

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DAS  
TÉCNICAS E EPISTEMOLOGIAS

ALEKSANDRO PEIXOTO DE AZEVEDO

EUGENIA BRASILIS: delírios e equívocos de um Brasil mestiço

RIO DE JANEIRO

2021

ALEKSANDRO PEIXOTO DE AZEVEDO

EUGENIA BRASILIS: delírios e equívocos de um Brasil mestiço

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologias, HCTE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Benevenuto Guisard Koehler

RIO DE JANEIRO

2021



ALEKSANDRO PEIXOTO DE AZEVEDO

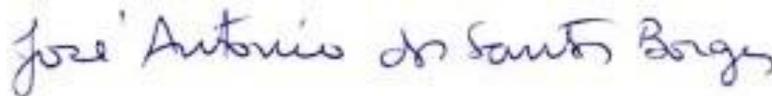
EUGENIA BRASILIS: delírios e equívocos de um Brasil mestiço

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia.

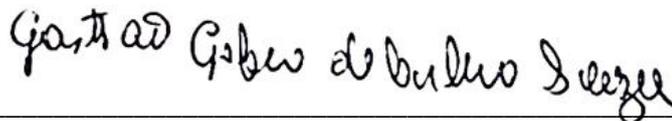
Aprovada em: 21 de dezembro de 2021



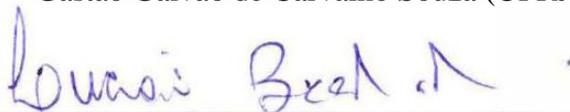
Carlos Benevenuto Guisard Koehler, Doutor (HCTE/UFRJ)



José Antonio dos Santos Borges (UFRJ)



Gastão Galvão de Carvalho Souza (UFRJ)



Luciano Bicchieri Medeiros (Colégio Militar-RJ)



Mércio Pereira Gomes (HCTE/UFRJ)

Dedico, com amor, esta dissertação às minhas  
filhas Jenifer e Kauane que são presentes de  
Deus na minha vida, a minha esposa Simone  
companheira nessa vida e a minha querida  
comunidade de fé a Igreja Batista Livre

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus que me proporcionou tantas coisas boas em minha vida que não tenho palavras para agradecer. Fico com as palavras do salmista no livro de Salmos 116, verso 2: “Que darei eu ao Senhor, por todos os benefícios que me tem feito?”

As minhas filhas amadas Jenifer e Kauane e a minha esposa e companheira de vida Simone.

Aos meus amados pais Ana e Osmar pelo esforço que fizeram para que eu pudesse chegar até aqui e os meus irmãos Wandré e Filipe.

Ao meu irmão e grande amigo Luciano que me apresentou ao HCTE e me ajudou com sua experiência e conselhos.

Ao querido professor Carlos Benevenuto Guisard Koehler que acreditou em mim e que tanto me inspirou e inspira em suas aulas.

Aos colegas e companheiros e o corpo docente do HCTE.

No dia seguinte, viu João à Jesus, que vinha  
para ele, e disse: Eis o Cordeiro de Deus que  
tira o pecado do mundo

**Evangelho Segundo João 1:29**

## RESUMO

AZEVEDO, A. P. de. **Eugenia Brasilis**: delírios e equívocos de um Brasil mestiço. Rio de Janeiro, 2021. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia)- Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Este trabalho caminha na direção de mostrar que existia uma intenção científica voltada para um processo civilizador e que este se fez através da Eugenia de Galton. Esta pseudociência trouxe para além das bancadas de laboratórios a ideologia social do aperfeiçoamento humano que logo foi aproveitado pelas elites econômicas e a aristocracia da época. A construção do pensamento nazista que estava eivada de misticismo, nacionalismo e eugenia e o desenrolar dos fatos terríveis ocorridos durante o período nazista na Alemanha que elevou à máxima potência as ideias de Galton e dos seus discípulos. Os diversos cientistas e intelectuais brasileiros em especial o doutor Renato Kehl que abraçaram a causa do “bem nascer” e o contraponto dessas ideias nos trabalhos de escritores e pensadores brasileiros como Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre e Mércio Gomes que apontaram em seus trabalhos que a mestiçagem na formação do povo brasileiro é o seu principal legado e esteio do nosso país.

**Palavras-chaves:** Eugenia; Nazismo; Renato Kehl; Mestiçagem.

## ABSTRACT

AZEVEDO, A. P. de. **Eugenia Brasilis**: delírios e equívocos de um Brasil mestiço. Rio de Janeiro, 2021. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia)- Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This work goes in the direction of showing that there was a scientific intention aimed at a civilizing process and that it was done through Eugenia de Galton. This pseudoscience brought, in addition to the laboratory benches, the social ideology of human improvement that was soon taken advantage of by the economic elites and the aristocracy of the time. The construction of Nazi Thought that was riddled with mysticism, nationalism and eugenics and the unfolding of the terrible events that occurred during the Nazi period in Germany that raised the ideas of Galton and his disciples to maximum Power. The Various Brazilian scientists and intellectuals, especially Dr. Renato Kehl, Who embraced the cause of “well being” and the counterpoint of these ideas in the works of Brazilian writers and thinkers such as Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre and Mércio Gomes Who pointed out in their works that miscegenation in the formation of the Brazilian people it is their main legacy and mainstay of our country.

**Keywords:** Eugenia. Nazism. Renato Kehl. Mestizaje.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – SIR FRANCIS GALTON .....	13
FIGURA 2 – LOGO DA II CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EUGENIA.....	18
FIGURA 3 – EXPERIMENTOS DE EUGENIA .....	22
FIGURA 4 – BOICOTE AOS COMÉRCIOS JUDAICOS.....	26
FIGURA 5 – DESFILES NAZISTAS .....	26
FIGURA 6 – CASA DA <i>LEBENSborn</i> .....	27
FIGURA 7 – BATISMO DA <i>SS</i> .....	27
FIGURA 8 – MENINAS DA <i>LEBENSborn</i> .....	28
FIGURA 9 – MADAME BLAVATSKY.....	30
FIGURA 10 – GUIDO VON LIST. ....	34
FIGURA 11 – JÖRG LANZ VON LIEBENFELS. ....	38
FIGURA 12 – SÍMBOLO DA SOCIEDADE THULE.....	43
FIGURA 13 – CAPA DE OS PROTOCOLOS DOS SÁBIOS DE SIÃO.....	55
FIGURA 14 – <i>REICHSFÜHRER</i> HEINRICH HIMMLER .....	61
FIGURA 15 – CARTAZ NAZISTA: “FASES DE CRESCIMENTO DE MEMBROS DA RAÇA ARIANA” .....	63
FIGURA 16 – O SUICÍDIO DE HIMMLER.....	65
FIGURA 17 – RENDIÇÃO DO SOLDADO DA <i>WAFFEN-SS</i> .....	66
FIGURA 18 – VÍTIMAS DO PROGRAMA T4 .....	69
FIGURA 19 – OS IDEALIZADORES DO PROGRAMA T4.....	70
FIGURA 20 – MONUMENTO AS VÍTIMAS DO PROGRAMA T4.....	70
FIGURA 21 – ASSASSINATOS DE JUDEUS .....	71
FIGURA 22 – DESFILE DA <i>WEHRMACHT</i> EM PARIS .....	72
FIGURA 23 – REYNHARD HEYDRICH.....	74
FIGURA 24 – EXÉRCITO VERMELHO EM AÇÃO .....	76
FIGURA 25 – BATALHA DAS ARDENAS .....	76
FIGURA 26 – <i>VOLKSSTURM</i> .....	77
FIGURA 27 – HASTEAMENTO DA BANDEIRA SOVIÉTICA NO <i>REICHSTAG</i> .....	78
FIGURA 28 – DOUTOR RENATO KEHL.....	92
FIGURA 29 – BOLETIM DE EUGENIA.....	105

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 ALEMANHA NAZISTA – A EUGENIA COMO PROGRAMA DE ESTADO .....</b>	<b>24</b>
2.1 OS APÓSTOLOS DO OCULTISMO NAZISTA.....	28
2.2 MÃOS À OBRA - A ORGANIZAÇÃO DAS SOCIEDADES SECRETAS E DO PARTIDO NAZISTA.....	41
2.3 FABRICANDO INIMIGOS – O PROTOCOLO DOS SÁBIOS DE SIÃO.....	49
2.4 MEIN KAMPF E A EUGENIA .....	57
2.5 HIMMLER E A SS – O ARTÍFICE E A SUA IRMANDADE DA MORTE.....	60
2.6 O PROGRAMA AKTION T4 – A POLÍTICA EUGENISTA NAZISTA.....	66
2.7 O HOLOCAUSTO E O FIM DO REICH DE MIL ANOS .....	70
<b>3 O MOVIMENTO EUGÊNICO NA TERRA BRASILIS – DELÍRIOS E CONTROVÉRSIAS .....</b>	<b>80</b>
3.1 PANORAMA DA EUGENIA NA EUROPA E AMÉRICA LATINA.....	80
3.2 A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL DO FINAL DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	82
3.3 O MOVIMENTO EUGÊNICO BRASILEIRO – NA VIDA DE RENATO KEHL .....	88
3.4 UMA MENTIRA REPETIDA MIL VEZES – A EUGENIA E SUA PROPAGANDA .....	99
3.5 VIVA O POVO BRASILEIRO – SUA MESTIÇAGEM E BOROGODÓ .....	103
<b>4 OBJETIVOS .....</b>	<b>112</b>
<b>5 METODOLOGIA.....</b>	<b>113</b>
<b>6 CONCLUSÕES.....</b>	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>119</b>

## APRESENTAÇÃO

A ideia da eugenia veio das técnicas procedentes da agricultura e da pecuária nos séculos precedentes ao século XIX, em busca de um aperfeiçoamento exclusivamente técnico. Na agricultura, este aperfeiçoamento se deu com a seleção das melhores cepas das plantações de milho e maçã, desde o século XVII. Na pecuária, a partir do século XVIII, com cruzamentos que geravam melhores estirpes. Essa ideia foi sendo crescentemente utilizada na agropecuária (ALMEIDA, 2019).

Existia uma intenção científica voltada para um processo civilizador que se esboçou antes do século XIX, fundamentada pelo campo da hereditariedade, quando se tem a origem da ideologia social do aperfeiçoamento da espécie humana voltada, neste momento, para a pureza das linhagens e legitimidade da aristocracia. Isto evidencia a força das relações de poder. Assim, para se manter o poder da realeza, a ideologia eugênica foi sendo forjada (ALMEIDA, 2019).

Até que ponto o movimento eugênico brasileiro influenciou a *novel science* brasileira do início do século XX, suas influências no cotidiano do brasileiro comum e o legado do discurso segregacionista que reverbera até os dias de hoje? A presente pesquisa percorre os caminhos que a teoria elaborada por Francis Galton se desenvolveu e como ela ganhou corações e mentes até mesmo em terras brasileiras. Diversos cientistas e intelectuais brasileiros abraçaram a causa do bem nascer. Além disso, na Alemanha Nazista, Hitler e seu grupo decidiam quem merecia viver ou não em nome de uma “raça superior”. Por fim, mostrar a importância dos escritores como Darcy Ribeiro, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Mércio Gomes que apontaram em seus trabalhos que a mestiçagem na formação do povo brasileiro é o seu principal legado e esteio do nosso país.

## 1 INTRODUÇÃO

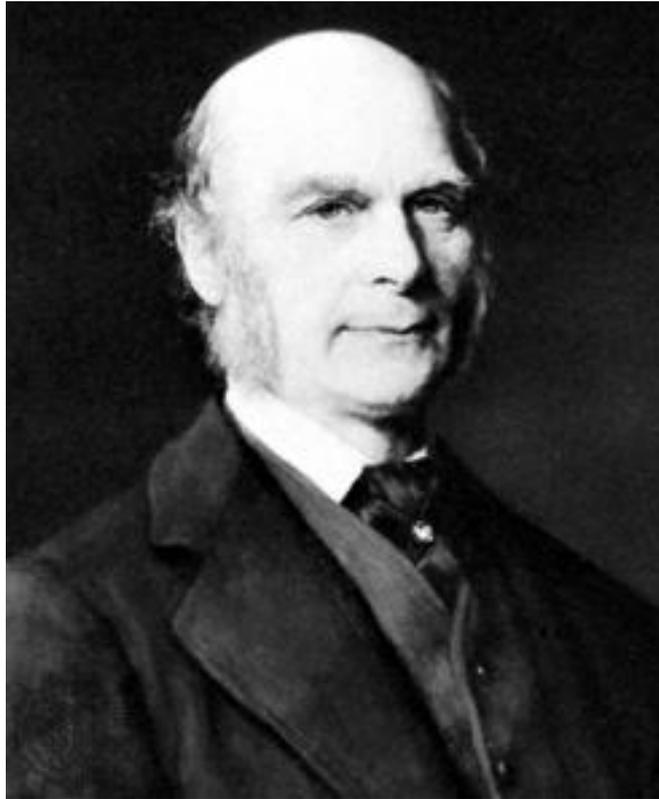
Embora a produção da bomba atômica seja sempre lembrada como exemplo da ciência a serviço da destruição, há outro igualmente relevante: o desenvolvimento das teorias eugênicas e seu aproveitamento por movimentos raciais, culminando no Holocausto nazista na Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, a história da ciência deve pesquisar e procurar elucidar os fatos para que movimentos como estes não se repitam.

Quando, em *A Origem das Espécies* (1859), Charles Darwin (1809-1882) propôs que a seleção natural fosse o processo seletivo de sobrevivência responsável pelo controle da sucessão histórica e permanência de espécies no planeta (GUERRA, 2006), importantes pensadores passaram a destilar suas ideias num conceito novo – o darwinismo social (GUERRA, 2006). Esse conceito, de que na luta pela sobrevivência, muitos seres humanos eram não só menos aptos, mas destinados a desaparecer, acabou inspirando escolas dentro da própria ciência que propunham o aprimoramento biológico da espécie humana por meio da ciência (GUERRA, 2006). Argumentos de convencimento por aproximação, como melhoria de raças de equinos, foram amplamente usados por cientistas para justificar tais teses, ditas eugenistas, conforme justificado em seguida (CASTAÑEDA, 2003).

Darwin não parece ter sido responsável por nenhuma das visões e atitudes que foram sendo divulgada sobre as diferenças evolutivas das espécies. Quem lê *A descendência do homem* (1871), que é uma aplicação das ideias contidas no livro *A Origem das Espécies* (1859), não há de notar mais que uns deslizes aqui ou acolá que poderiam ser maliciosamente interpretados como se as diferenças entre grupos humanos – as malfadadas raças e sub-raças – tivessem sido constituídas pelos mesmos processos prevalentes na evolução das espécies (GOMES, 2019).

A ideologia do “bem nascer”, ou eugenia, foi proposta pelo lorde inglês Sir Francis J. Galton (1822-1911), apresentado na Figura 1, matemático, antropólogo, meteorologista, estatístico, também considerado o pai da biometria (CASTAÑEDA, 2003). Convencido de que era a natureza biológica do indivíduo, não o ambiente, que determinava as habilidades humanas, Galton dedicou sua carreira científica à melhoria da humanidade por meio de casamentos seletivos. Sua obra célebre é o livro *Inquéritos sobre a faculdade humana e seu desenvolvimento*, de 1883, no qual o seu conjunto de ideias ganha vida (CASTAÑEDA, 2003).

Figura 1 – Sir Francis Galton



Fonte: Granger (2016)

A prática da eugenia desde muito cedo tem acompanhado a história da humanidade, a exemplo das medidas em prol o controle rigoroso dos nascimentos, encontrada em Esparta, Antiga Grécia, como o estímulo às mulheres robustas para gerarem filhos vigorosos e sadios, ao mesmo tempo em que crianças nascidas com imperfeições ou fragilidades eram atiradas do alto do Monte Taygeto (BIZZO, 1994). Essa diferenciação de condutas já sinalizava a existência de dois sentidos das práticas eugênicas, no caso, a eugenia positiva e a eugenia negativa.

E foram esses os sentidos assumidos ao final do século XIX quando, em 1883, Francis Galton procurou enunciar essa preocupação em torno do “bom-nascimento” com termo eugenia. Utilizando-se dos conhecimentos de Malthus, Lamarck, Darwin e das ideias circulantes na Inglaterra da época, Galton definiu eugenia como o “estudo dos fatores físicos e mentais socialmente controláveis, que poderiam alterar para pior ou para melhor as qualidades racionais, visando o bem-estar da espécie” (COUTO, 1994).

Jean-Baptiste Pierre-Antoine de Monet Chevalier de Lamarck (1744-1829) é atualmente, conhecido como um dos precursores do evolucionismo biológico; no entanto, sua obra é pouco estudada e seu nome é usualmente associado, por uma contingência histórica, ao lamarckismo – a concepção de que as características adquiridas por um indivíduo durante sua

vida são herdadas por seus descendentes. A contribuição de Lamarck, no entanto é muito maior do que isso. Ao longo de duas décadas e em diferentes publicações, ele desenvolveu uma teoria bastante detalhada sobre a progressão dos seres vivos, procurando fundamentá-la por meio de estudos a possibilidade de transformação progressiva dos seres vivos, nenhum naturalista havia proposto um sistema teórico completo defendendo tal visão (MARTINS e MARTINS, 1996).

O primeiro trabalho publicado de Thomas Malthus (1766 – 1834) foi na *Essay on the Principle of Population* (1798), e tinha como objetivo criar bases científicas para prever o estado futuro da humanidade. Nesse ensaio, Malthus afirma que o tamanho da população tenderia sempre a exceder o estoque de alimentos. De acordo com as previsões ali apresentadas, no futuro não haveria recursos ou, mais especificamente alimentos suficientes para saciar a fome de toda a população do planeta (CORAZA e ARAÚJO, 2009).

As ideias de Malthus, que se tornaram populares a partir da segunda edição de seu livro em 1803, foram vistas por Galton como uma ameaça à sobrevivência dos indivíduos mais capazes. De acordo com Malthus, o obstáculo mais poderoso ao crescimento populacional seria o controle moral por meio do qual as pessoas adiarão a decisão de se casar. É exatamente nesse ponto que Galton vê um perigo para a sociedade. Pois, essa doutrina influenciaria apenas aqueles indivíduos prudentes, enquanto que a outra parte da humanidade, os imprudentes, não se deixaria levar por regras morais. Com isso, a população desse último tipo de indivíduo aumentaria em função da diminuição do número de indivíduos mais prudentes (CASTAÑEDA, 2003).

Do ponto de vista da história da biologia, podemos ressaltar o impacto da teoria da evolução por seleção natural, proposta por Darwin em 1859, no mundo das ideias. Nesse sentido, diferentes teorias de herança foram propostas entre 1859 e 1900, cada uma delas trazia terminologias e mecanismos de transmissão distintos (CASTAÑEDA, 2003). Por exemplo, o próprio Darwin publicou em 1868 *The variation of animals and plants under domestication*, onde expõe a sua hipótese da pangênese. Ele presume que cada unidade do corpo expele pequenos grânulos que se reúnem por afinidade nos elementos sexuais femininos e masculinos. Cada grânulo ou gêmula carrega a informação da parte de origem, essas gêmulas quando reunidas e alimentadas se multiplicam e formam os diferentes tecidos e órgãos, além disso, elas podem permanecer em um estado latente durante muitas gerações. Esta hipótese ficou conhecida como pangênese, que procura explicar como ocorre a

transmissão dos caracteres, assim como, o desenvolvimento do organismo (CASTAÑDEDA, 2003).

As ideias de Darwin sobre a herança exerceram forte influência em Francis Galton, que, apesar de se basear na hipótese da pangênese, chega a uma conclusão oposto a ela, muito típico em terrenos argumentativos movediços, onde as tendências teóricas estão em constante desafio umas frente às outras (CASTAÑDEDA, 2003).

Em artigo<sup>1</sup> posterior Galton refinou e sistematizou os pontos colocados acerca da herança. Ele assumiu que se baseava na hipótese da pangênese de Darwin, ou melhor, nos argumentos gerais proferidos por seu primo: todas as partes do corpo emitem pequenas gêmulas; esses grânulos se reúnem por afinidade nos elementos reprodutivos. Porém, apesar de assumir as premissas básicas, Galton aceitou a teoria da pangênese com consideráveis modificações, ou seja, como uma parte suplementar e subordinada de uma teoria completa de hereditariedade, mas não a parte mais importante e primária (CASTAÑDEDA, 2003).

Segundo a teoria de Galton, o ovo fertilizado conteria as chamadas “estirpes”, partículas hereditárias detentoras das características. As estirpes passariam por um processo chamado de “Representação de Classe”, no qual as características seriam separadas em patentes (que iriam se manifestar no organismo) e latentes (que não iriam se manifestar). Estas últimas passariam ainda por mais um processo, denominado “Representação Familiar”, no qual seriam definidas quais características morreriam com o indivíduo e quais seriam passadas adiante (TEIXEIRA e SILVA, 2016).

A teoria de herança de Galton indicava que havia uma regularidade estatística na transmissão das características e isto se tornou, portanto, a base da sua “ciência” eugênica. De fato, desde a elaboração da eugenia, Galton procurou caracterizá-la como uma abordagem científica apoiada, primeiramente, em seus resultados estatísticos e, posteriormente, em sua teoria de herança (TEIXEIRA e SILVA, 2016).

---

<sup>1</sup>No lugar de gêmulas, Galton (1876, p. 330-331) usou a palavra estirpe derivada do latim, significando uma raiz. Ele usou esse termo para expressar o total de unidades orgânicas (germe, gêmulas etc.) encontradas no ovo recém-fertilizado. O conjunto da estirpe junto com os nutrientes está compactado em um espaço não maior que a cabeça de um alfinete. Com essa consideração, Galton quer chamar a atenção para a impossibilidade de observação direta dessas pequeninas gêmulas ou germes. Além do tamanho reduzido, a homogeneidade da coloração é outro impedimento, de onde tudo que nós sabemos sobre os constituintes da estirpe se dá por inferência e não por observação direta, portanto, somos forçados a teorizar.

Assim, a eugenia foi concebida como uma teoria da hereditariedade humana. Desse modo, o projeto científico da eugenia estava em perfeita consonância com a investigação biológica referente aos problemas da hereditariedade que estavam em curso na sua época (TEIXEIRA e SILVA, 2016).

Além da teoria de partículas hereditárias, Galton participou do que ficou conhecido como biometria. Para essa tendência, todas as características poderiam ser medidas e submetidas à análise estatística. Nesse sentido, as variações eram todas contínuas e apresentadas em grandes séries com distribuição normal: a prole de cada geração era mais parecida com o tipo médio da população como um todo do que com o tipo médio dos pais (CASTAÑEDA, 2003).

Galton criou ainda, em 1897, uma nova teoria de hereditariedade que tratava da contribuição de cada ancestral para as características totais de um indivíduo. Essa teoria foi chamada de “Lei da Hereditariedade Ancestral”. Essa lei teve sua origem nos dados coletados e analisados em seu livro *Hereditary Genius* e contemplava uma série de estudos genealógicos que inferiam a contribuição dos ancestrais para a prole. Os seus dados demonstravam que os pais contribuíam com  $\frac{1}{2}$ , os quatro avós  $\frac{1}{4}$  e os oito bisavós com  $\frac{1}{8}$  das características dos seus descendentes (TEIXEIRA e SILVA, 2016). Posteriormente, Karl Pearson (1857-1936), um dos continuadores dos trabalhos estatísticos de Galton sobre a hereditariedade, submeteu a “Lei da Hereditariedade Ancestral” a uma abordagem matemática mais sofisticada que acabou, já no século XX, se tornando um modelo rival do modelo mendeliano de herança (TEIXEIRA e SILVA, 2016).

As Leis de Mendel publicadas em fevereiro de 1865 no *Proceedings of Natural History Society of Brunn* podem ser assim resumidas: 1º - Os caracteres herdados são produzidos por “fatores” independentes que se transmitem inalterados, de geração a geração; e 2º - Estes fatores se apresentam aos pares nos indivíduos, cada um deles originário de cada um dos pais; geralmente um domina o outro, e é chamado dominante, ao passo que o outro, mais fraco, cujos efeitos desaparecem numa geração é chamado recessivo. Na formação de gametas, os dois fatores de cada par em cada um dos pais, se separam ou segregam, e apenas um de cada par vai para o descendente. Qualquer gene de um determinado par que vai para um dado gameta, independe de qualquer outro par que vai para o mesmo gameta (NEWTON, 1987).

Os biometristas, liderados por Karl Pearson e Raphael Weldon (1860-1906) participaram da chamada “batalha entre mendelistas e biometristas”, considerada um

momento importante na história da teoria evolutiva. Com o sucesso dos mendelistas, a ciência eugênica, longe de se abalar, acabou encontrando sua base científica não mais na biometria, mas no modelo mendeliano de herança<sup>2</sup> (TEIXEIRA e SILVA, 2016).

O pano de fundo desse emaranhado de ideias é um desdobramento da questão inicialmente proposta: em que tipo de variação a seleção natural atua. Para Darwin as variações pequenas eram as herdáveis, para os biômetras, só as variações com significado estatístico eram tema de interesse, portanto, aquelas que pudessem ser comparadas entre gerações. Por outro lado, havia os partidários da variação descontínua, aquela que se apresentava de uma forma ou de outra, sem um discreto *dégradé* (por exemplo, cor de olhos). Para esse nicho de proposta, as teorias de partículas se adequavam muito bem, pois, para explicar o fenômeno da transmissão, algum tipo de partícula deveria permanecer intacta na próxima geração de modo que a característica fosse mantida (CASTAÑEDA, 2003).

Na sua última década de vida, em 1911, Galton viveu um momento de reconhecimento público. Com o amadurecimento de suas ideias sobre herança e com o estabelecimento de suas técnicas biométricas, o movimento eugênico proposto pelo autor começou a tomar fôlego. Apesar da idade avançada, ele tinha energia para promover seus planos acerca da reforma da sociedade pelo controle do casamento. Seus esforços foram recompensados tanto como o estabelecimento de uma bolsa de estudo para pesquisas sobre eugenia, como com a criação do laboratório de eugenia, em 1907, ambos na *University College*, Londres. Além disso, pôde desfrutar, com a fundação da Sociedade Eugênica, de um papel privilegiado no debate da época. Proferiu várias aulas, escreveu artigos de divulgação e participou de várias reuniões públicas, tudo em prol da eugenia (CASTAÑEDA, 2003).

A Eugenia (Figura 2) alcançou o status de movimento mundial em torno à “boa procriação” e o Brasil vivenciou a ênfase nesse discurso eugenista nas décadas de 20, 30 e 40. Um dos principais canais de expressão da eugenia foi a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), fundada pelo psiquiatra Gustavo Riedel em 1923 no Rio de Janeiro, congregando muitos dos geneticistas, psiquiatras, médicos, políticos e intelectuais mais reconhecidos da época. Procurava-se justificar cientificamente a necessidade de medidas eugenistas coletivas em prol da construção de uma nação brasileira forte e saudável (MAI e ANGERAMI, 2006).

---

<sup>2</sup>A biometria, uma teoria matemática da herança defendida por um grupo de evolucionistas que trabalhavam com as regularidades estatísticas dentro das populações. Esses cientistas eram, também, eugenistas e se dedicavam a propagar e popularizar a ciência eugênica (TEIXEIRA e SILVA, 2016).

Do ponto de vista prático, a eugenia constituía uma verdadeira arte ou ‘hominicultura’, que se propunha ao grande ‘ideal eugênico’ de aperfeiçoar as qualidades e reduzir ao mínimo as imperfeições humanas. Cultivar os bons espécimes, segundo as regras mendelianas da hereditariedade, indicava que o único caminho para o melhoramento genético da humanidade era o recurso eugênico, que consistia na multiplicação das famílias eugênicas e na restrição paulatina e progressiva das não eugênicas. Pôr em prática esse recurso representava desenvolver ações de eugenia positiva e negativa (MAI e ANGERAMI, 2006).

Figura 2 – Logo da II Conferência Internacional de Eugenia



Fonte: Harry Laughlin (1923)

A eugenia positiva tinha como objetivos centrais propiciar a seleção eugênica na orientação aos casamentos e estimular a procriação dos casais considerados eugenicamente aptos para tal. A seleção matrimonial destinar-se-ia à seleção de boas linhagens hereditárias a fim de, preferencialmente, alcançar o ‘tipo eugênico’, tido como uma “síntese feliz de qualidades superiores de temperamento e de inteligência” (VIANNA, 1930). Considerava-se que esses indivíduos eugênicos se concentravam principalmente nas altas camadas dirigentes e classes superiores de qualquer sociedade, cuja pequena minoria de algumas centenas ou de alguns milhares de indivíduos poderiam dizer mais da capacidade de um povo do que os vários milhões das suas classes populares. Por isso estimulava-se a procriação desses elementos com grande ênfase às ações desenvolvidas no campo pré-concepcional, como a realização de exames pré-nupciais e estudos genéticos dos nubentes. (MAI e ANGERAMI, 2006).

Muitas outras medidas potencializadoras para viabilizar o nascimento de crianças saudáveis e perfeitas eram defendidas como educação eugênica, saneamento básico, cuidados com a nutrição e atividade física, assistência pré-natal e ao parto, controle e tratamento de doenças entre outras, as quais gozavam de grande impulso a política e serviços de assistência em saúde reprodutiva, saúde da infância e saúde mental. (MAI e ANGERAMI, 2006).

O Boletim da Eugenia foi à principal porta-voz dos eugenistas brasileiros e teve como diretor e proprietário o médico eugenista Renato Ferraz Kehl (1889 – 1974). Elaborado por iniciativa individual de Kehl, impresso no Rio de Janeiro, com uma tiragem mensal de 1000 exemplares. Este boletim noticiava concursos de eugenia, congressos, bibliografias e diversas pesquisas e reflexões que tratavam sobre os problemas da época mediante a abordagem do movimento eugênico (MAI e BOARINI, 2002). Kehl escreve em seu periódico comentários a respeito da eugenia positiva:

A eugenia positiva tem, sobretudo, por fim propagar o dever que cabe aos casais eugênicos de terem o maior número possível de filhos a fim de que, graças à crescente procriação hígida, se consiga equilibrar a formidável procriação de inferiorizados. É mister demonstrar e propagar o perigo e as ameaças que pesam sobre a humanidade, devido ao malthusianismo que se alastra de modo assustador entre os elementos das classes favorecidas (KEHL, 1929d, p. 146).

Por outro lado, a eugenia negativa visava o segundo aspecto do ideal eugênico, ou seja, diminuir o número dos seres não-eugênicos ou disgênicos e incluía basicamente a limitação ao casamento e procriação daqueles assim considerados. Propunha-se maior controle governamental sobre os casamentos e sobre a reprodução, através da exigência de exames pré-nupciais e de estudos genéticos, sendo a procriação desaconselhada, por exemplo, em caso de avançada idade materna ou de consanguinidade do casal (MAI e ANGERAMI, 2006). Defendia-se o aborto eugênico, o controle das fontes de degeneração como o alcoolismo e as doenças venéreas e algumas limitações nas políticas imigratórias do país; discutia-se sobre segregação e esterilização de doentes mentais e outros degenerados (MAI e ANGERAMI, 2006).

Medidas anticoncepcionais e de esterilização, porém, também estavam incluídas na propaganda contra a má procriação em geral, alcançando elementos sociais que compunham as classes mais desfavorecidas e empobrecidas da população, compostas prioritariamente de negros, mulatos e mestiços, os quais eram considerados por muitos eugenistas como elementos inferiores (MAI e ANGERAMI, 2006).

Eis outro grande equívoco do movimento eugenista de então: interpretar as condições de vida produzidas socialmente a partir da lente da biologia. Pobreza e multiparidade eram características de determinados segmentos sociais, os quais definitivamente não se mostravam compatíveis ao tipo ideal pré-estabelecido, ainda mais quando tais condições de vida passavam a ser vistas como resultados de fatores hereditários. A ciência convertia-se em uma ferramenta para a análise social, sendo especialmente bem-vinda uma ciência de melhoramento racial num momento em que as análises raciais alcançavam grande prestígio junto às elites brasileiras (MAI e ANGERAMI, 2006). No caso brasileiro, soma-se a opinião e militância de parte da academia brasileira, discurso de autoridade, num país onde a grande parte da população era de analfabetos.

Se, por um lado, algumas medidas negativas eram aceitas e apoiadas, outras mais radicais como o controle da natalidade, a segregação e esterilização dos inaptos e o aborto eugênico geravam grande discussão e polêmica, tornando-se alvo de fortes oposições de setores como a Igreja e alguns grupos médicos mais conservadores. A atitude desses em prol da natalidade, ao invés de seu controle, justificava-se por questões morais, religiosas e pelo temor circulante de despovoamento do território brasileiro, devido ao estado de enfermidade da população e sua baixa taxa de reprodução, os quais poderiam impedir o país de lograr ser a nação forte que se queria (MAI e ANGERAMI, 2006).

Em síntese, além de proporcionar incentivo e impulso aos cuidados reprodutivos, a configuração do movimento eugenista baseou-se em um conceito biológico de raça superior ou inferior, discriminou determinados indivíduos a partir da configuração de um ideal de homem, utilizando-se de argumentos tidos como científicos para tal, e interpretou condições de vida, resultantes da forma de organização social, como sendo consequências da hereditariedade dos indivíduos (MAI e ANGERAMI, 2006).

Não existem dúvidas que a eugenia era, nesse período, uma disciplina que tinha certo caráter científico – ligada fundamentalmente aos estudos de genética e evolução –, ela sempre foi também, desde o seu nascimento, uma disciplina marcada por interesses sociais e julgamentos de valores. Essa outra face da eugenia, aquela de um projeto de controle social, é a que vai se expressar mais fortemente neste período do século XX, enquanto o seu caráter propriamente científico vai sendo perdido na especialização da Genética e da Teoria Evolutiva (TEIXEIRA e SILVA, 2016).

Se ao historiador da ciência cabe o papel de articular contextos, acrescenta-se à receita eugênica do caldo de teorias hereditárias a questão nacional que converge com as questões políticas, tecnológicas e de transformações sociais. (CASTAÑEDA, 2003).

Segundo o historiador Eric Hobsbawm em seu célebre livro Nações e nacionalismo desde 1780:

O apogeu do nacionalismo se deu no período entreguerras, como resultados de dois fatores não intencionais: o colapso dos grandes impérios e a Revolução Russa, que fizeram os Aliados preferirem os argumentos wilsonianos aos bolcheviques. Os novos Estados que se reergueram das ruínas dos antigos impérios eram multinacionais, além de se tornarem territorialmente menores, estavam cheios de “minorias oprimidas”, como consequência, ocorreram expulsões maciças ou extermínios dessas minorias (HOBSBAWM, 1998, p. 159).

As propostas eugênicas encontraram terreno fértil nessa nova (des)ordem mundial surgida após a Primeira Guerra Mundial. Crise do capitalismo, movimentos nacionalistas, antisemitismo, sociedades secretas e suas pseudociências e antigos ressentimentos oriundos das trincheiras da Grande Guerra formaram o fermento que fomentou a eugenia como um programa de estado para a eliminação de “raças” inferiores.

A eugenia no Brasil foi caracterizada por uma forte tendência racista. A maior preocupação das elites era com a miscigenação e o perigo que ela representava para a população brasileira (branca e abastada). A prática do registro dos dados familiares e o estudo das genealogias receberam aqui a denominação de “raciologia”, denotando a ideologia por trás deste tipo de “prática científica” aqui instaurada. Genealogias que indicassem a presença de ancestrais negros e mestiçagem eram tomadas como evidências de contaminação das famílias por raças consideradas inferiores (TEIXEIRA e SILVA, 2016).

As propostas de Galton ficaram conhecidas como “eugenia positiva”. Nos Estados Unidos da América (EUA), porém, elas foram modificadas, na direção da chamada “eugenia negativa”, de eliminação das futuras gerações de “geneticamente incapazes” – enfermos, racialmente indesejados e economicamente empobrecidos -, por meio de proibição marital, esterilização compulsória, eutanásia passiva e, em última análise, extermínio (GUERRA, 2006).

Os eugenistas usaram os últimos conhecimentos científicos para “provar” que a hereditariedade tinha papel-chave em gerar patologias sociais e doenças (Figura 3). Os imigrantes tornaram-se alvos fáceis de defensores dessa nova “ciência”, que empregaram os achados do movimento eugênico para construir sua imagem como pessoas deformadas,

doentes e depravadas, encontrando eco em seus contemporâneos nas ciências sociais e na biologia, entre os quais a eugenia propagou-se como algo considerado perfeitamente lógico (GUERRA, 2006).

Figura 3 – Experimentos de eugenia



Fonte: Corbis Historical/ Getty Images

O racismo dos primeiros eugenistas norte-americanos não era contra os não-brancos, mas contra não-nórdicos, e as doutrinas de pureza e supremacia raciais eram elaboradas por figuras públicas cultas e respeitadas. Quando as teorias de Mendel chegaram aos EUA, esses pensadores influentes acrescentaram um verniz científico ao ódio racial e social (GUERRA, 2006).

O líder do movimento eugenista dos EUA foi Charles Davenport, que dirigia o laboratório de biologia do *Brooklin Institute of Arts and Science*, em Long Island, instalado em *Cold Spring Harbor*. Em 1903, obteve da *Carnegie Institution* o estabelecimento de uma Estação Biológica Experimental no local, onde a eugenia seria abordada como ciência genuína. Em seguida, juntou-se aos criadores de animais e especialistas em sementes da *American Breeders Association*, muitos deles convencidos de que o conhecimento mendeliano sobre gado e plantas era aplicável a seres humanos (GUERRA, 2006).

O próximo passo de Davenport foi identificar os que deveriam ser impedidos de se reproduzir. Em 1909 criou o *Eugenics Record Office* para registrar os antecedentes genéticos dos norte-americanos e pressionar por legislação que permitisse a prevenção obrigatória de linhagens indesejáveis. Para isso, o grupo concluiu que o melhor método seria a esterilização, e o estado de Indiana foi à primeira jurisdição do mundo a introduzir lei de esterilização

coercitiva, logo seguido por vários outros estados. Desde o início, porém, o uso de câmaras de gás estava entre as estratégias discutidas para eliminação daqueles considerados indignos de viver (GUERRA, 2006).

Na Alemanha, a eugenia norte-americana inspirou nacionalistas defensores de supremacia racial, entre os quais Hitler, que nunca se afastou das doutrinas eugenistas de identificação, segregação, esterilização, eutanásia e extermínio em massa dos indesejáveis, e legitimou seu ódio fanático pelos judeus envolvendo-o numa fachada médica e pseudocientífica (GUERRA, 2006).

Não houve apenas extermínio em massa de judeus e outros grupos étnicos. Em julho de 1933, foi decretada lei de esterilização compulsória de diversas categorias de “defeituosos” e, com o início da Segunda Guerra Mundial, os alemães considerados mentalmente deficientes passaram a ser mortos em câmaras de gás. Médicos nazistas realizavam experimentos em prisioneiros nos campos de concentração, e, em Auschwitz, Josef Mengele (1911-1979) médico do campo, dedicou-se ao estudo de gêmeos para investigar a contribuição genética ao desenvolvimento de características normais e patológicas – de 1.500 pares de gêmeos submetidos as suas experiências menos de 200 sobreviveriam (GUERRA, 2006).

## 2 ALEMANHA NAZISTA – A EUGENIA COMO PROGRAMA DE ESTADO

É na Alemanha nazista que as ideias eugênicas serão aplicadas em escala industrial. Inicialmente contra o próprio povo alemão e sendo expandida conforme o desenrolar da guerra e a ocupação de territórios. A eficácia do seu programa eugênico que era chamado de Higiene Racial vai encantar adeptos até mesmo em terra brasileiras, como o doutor Renato Kehl que fez diversas visitas para conhecer o “avanço” pseudocientífico da Eugenia alemã.

Como dirigente da Bayer no Brasil, uma das maiores multinacionais alemãs do período entre guerras, Kehl realizou ao menos três grandes excursões para a Alemanha e outros países do norte da Europa. Essas viagens, que duravam até seis meses, foram realizadas justamente no período de maior efervescência da eugenia na Alemanha, entre o final dos anos 1920 e o início dos anos 1930. Conforme a historiografia tem apontado, é possível afirmar que o movimento pela “higiene racial” criado durante a República de Weimar (1918-1933) formou as bases ideológicas e institucionais que vigorariam a partir da chegada do partido nazista ao poder, quando o tribunal eugênico foi instituído como um importante programa do partido nazista (SOUZA, 2016).

A importância de abordarmos neste trabalho de pesquisa a Alemanha Nazista, a crença no mito ariano, o programa de extermínio de pessoas como nunca antes na história da humanidade foram os laços criados por cientistas brasileiros com o III *Reich*.

Décadas após o fim do Terceiro *Reich*, este ainda continua sendo pauta de trabalhos jornalísticos, acadêmicos e culturais no mundo inteiro. Hitler e o nazismo empurraram o planeta na maior guerra de todos os tempos, produzindo o primeiro genocídio “industrializado” da história, responsável pelo extermínio de dois terços da população de judeus da Europa, e quase 60 milhões de mortos em decorrência da guerra. Não há dúvidas, portanto, de que o *Führer* e a sua ideologia transformaram radicalmente a história do mundo de formas irreparáveis (MEDEIROS, 2020).

O nazismo é uma ideologia nacionalista, anticomunista e antisemita. Em seu livro *Mein Kampf* – Minha Luta –, Hitler conta que um dos objetivos da doutrina seria a constituição de um Estado racista, cuja maior prioridade estaria na conservação e no progresso do sangue ariano. De acordo com ele, a humanidade seria composta por diferentes raças, umas superiores às outras, e a miscigenação conduziria as raças superiores a um “rebaixamento” na escala evolutiva da humanidade. As raças superiores teriam o dever de dominar e subjugar as inferiores e, com isso, teriam mais chances de sobrevivência e evolução. O contrário em sua

visão seria contra a natureza e o próprio Deus. Os judeus, por sua vez, eram considerados os maiores inimigos do sangue ariano, por serem vistos como degenerados, indesejáveis, corruptores da superioridade racial alemã (MEDEIROS, 2020).

A adoção de medidas para abreviar a vida vinha sendo discutida no contexto médico nazista desde 1931; em 1934, promulga-se a "Lei para a Prevenção de Filhos Geneticamente Doentes", que legalizou a esterilização forçada; e em 1935, a "Lei para Salvar a Saúde Hereditária do Povo Alemão", que legalizou o aborto nos casos em que os ascendentes da grávida sofressem de determinadas doenças hereditárias; em 1936, há a menção de eliminar os deficientes físicos e mentais no programa "Contribuição para o tratamento psiquiátrico hospitalar de tuberculose", de autoria de um oficial médico alemão. A primeira ordem direta para a execução do programa de eutanásia foi emitida em 1º de setembro de 1939 por Hitler. A seção médica do programa ficou sob a responsabilidade do Dr. Karl Brandt (1904 – 1948), Phillip Bauhler (1899-1945), este oficial superior da SS que ficou responsável pela seção administrativa (DE OLIVEIRA, 2015).

O Terceiro *Reich* era constituído por uma ditadura totalitária que desejava reconstruir a sociedade alemã a partir da conservação do sangue ariano, supostamente superior, criando a chamada *Volksgemeinschaft* (uma comunidade do povo pautada na pureza do sangue). Para isso, foi criada uma verdadeira máquina de propaganda que daria sustentação e legitimação ao regime, sendo os nazistas o primeiro grupo a utilizar o cinema como veículo para disseminação ideológica e legitimação de poder. Logo de início, opositores foram presos, partidos políticos fechados e Hitler ganhou no Parlamento o poder para governar por meio de decretos. Seus maiores objetivos eram uma Alemanha forte a partir da conservação do sangue ariano e a vingança contra os ganhadores da Primeira Guerra Mundial, com expansão territorial para o leste em busca de "espaço vital". Neste período, leis e programas raciais foram colocados em prática, como a proibição do casamento entre alemães e judeus, a proibição para os judeus desempenharem algumas profissões como advogado e professor, o confisco de propriedades judaicas, tentativas de boicote aos comércios judaicos (Figuras 4 e 5), e também a criação do esdrúxulo programa *Lebensborn* (MEDEIROS, 2020).

Figura 4 – Boicote aos comércios judaicos



Fonte: Domínio Público

Figura 5 – Desfiles nazistas



Fonte: Domínio Público

Um exemplo de eugenia positiva aplicada na Alemanha foi às casas da *Lebensborn* que significava primavera da vida (Figura 6). Um projeto secreto e aterrorizante que foi criado em 12 de dezembro de 1935 por Heinrich Himmler. Cujo objetivo era dar oportunidade as meninas racialmente puras dar à luz filhos de oficiais nazistas. Após o nascimento, a criança era entregue a *Schutzstaffel* (Tropas de proteção) comumente chamada de SS. No total dez casas da *Lebensborn* operaram na Alemanha.

Outras casas da *Lebensborn* foram estabelecidas por toda Europa ocupa. Muitas crianças de feições arianas foram raptadas e entregues a famílias alemãs após serem “batizadas” em rituais da SS (Figura 7).

Figura 6 – Casa da *Lebensborn*

Fonte: Domínio Público

Figura 7 – Batismo da SS



Fonte: Domínio Público

Figura 8 – Meninas da *Lebensborn*

Fonte: Domínio Público

O termo alemão *volk* significa “povo” (Figura 8), mas não se referindo a população em geral, e sim a uma nação, um povo enquanto etnia, raça, fisicamente semelhante, um “corpo coletivo”. Era também uma estratégia de legitimação de poder frente à população, tendo em vista que o regime era totalitário e antidemocrático. A construção desta nova comunidade não incluía grupos humanos indesejáveis, como judeus, gays, ciganos, negros e deficientes físicos e mentais. Esta concepção de comunidade do povo tendo como base a pureza do sangue e da raça encontrou respaldo nas teorias do darwinismo social de evolução das raças consideradas superiores (MEDEIROS, 2020).

## 2.1 OS APÓSTOLOS DO OCULTISMO NAZISTA

Compreender o nazismo em sua plenitude significa perceber que ele não foi simplesmente um movimento político, pois escapa a visão racionalista que quer ver cálculos racionais em tudo. Para o entendermos precisamos muitas vezes sair desse campo e entrar nas complexas ideias irracionais que eles seguiam, como: ocultismo, mitologia nórdica, crenças conspiratórias, tradições racistas e antissemitas europeias. Essas práticas podem ser melhor compreendidas a partir de uma análise que leva em consideração o campo das afetividades, dado que assim como o nacionalismo o fascismo é um mobilizador de afetividades e, em certos aspectos, está mais para uma religião do que para um movimento político. Hitler era considerado um "messias", aquele que possuía a missão de acabar com a degeneração moral

que atrapalhava o êxito do povo alemão, garantido a sua purificação racial e cultural (MEINERZ, 2018).

Nessa religião nazista, tudo era preparado e previsto: cada entrada em cena, a marcha dos grupos, os lugares dos convidados de honra, a decoração geral, flores, florestas de bandeiras, a multidão disposta disciplinadamente, a música, as luzes. Grandes templos eram construídos para a política em forma de espetáculo, como o *Zeppelifeld* - campo de pouso para Zeppelin - em Nuremberg, que abrigava cerca de cem mil pessoas. O entusiasmo do povo era incitado pelas músicas cantadas e pela presença de fanfarras. Os hinos oficiais do partido nazista, *Deutschlandüberalles* – Alemanha sobre tudo –, era cantado pelas massas provocando uma sensação de unidade (MEINERZ, 2018).

É importante salientar que um conjunto de ideias ocultistas vagava fervorosamente pela Europa no final do século XIX e início do século XX. Estas ideias juntaram-se a pseudociência da Eugenia de Galton e criaram algumas ideias postas em prática durante os doze anos que o partido nazista governou a Alemanha.

Para os historiadores acostumados a considerar fatos concretos, causas e propósitos racionais, este submundo de fantasia poderá talvez decepcioná-los. Protestarão que as transformações históricas e políticas se baseiam em interesses materiais verificáveis. Sem embargo, as fantasias podem adquirir um status casual, uma vez institucionalizada em crenças, em valores e em grupos sociais (GOODRICK-CLARKE, 2004 citado por SILVA, 2009, p. 90).

Nessa perspectiva, entendida como uma religião mobilizadora das afetividades é necessário entrar na irracionalidade nazista para "compreender racionalmente as suas crenças, por mais absurdas que sejam, e não acreditar e concordar com elas. Para esse objetivo, é importante analisar a presença de crenças míticas e ocultistas em movimentos nacionalistas que influenciaram o pensamento nazista. isso, por sua vez, não é tarefa de fácil empreendimento ( tanto pela complexidade como pela falta de uma biografia especializada e adequada sobre o assunto), pois é necessário explorar uma variada gama de questões que, segundo o historiador norte-americano Alan Baker (1939-2018), são historicamente verificáveis, mas não são muito analisadas no meio acadêmico (MEINERZ, 2018).

São elas:

- As origens das crenças ocultistas da Alemanha nazista em movimentos como o nacionalismo *völkisch* e o Pangermanismo:

- A adoção de conceitos teosóficos (crença ocultista ligada à tradição das religiões orientais) pelos nazistas;
- O desenvolvimento da doutrina oculta e racista conhecida como Ariosofia (sistema de crenças de natureza esotérica, ou seja, um conjunto de tradições e interpretações filosóficas das doutrinas e religiões que buscam desvendar o seu sentido supostamente oculto);
- As sociedades ocultas que eram usadas como meio de propagação da teoria da supremacia ariana;
- A mitologia centrada na ideia de uma terra natal ariana perdida no extremo norte da Europa (MEINERZ, 2018).

Uma figura central do pensamento ocultista do século XIX foi a filha de um oficial do exército e de uma romancista popular. Helena foi oferecida em casamento ao general czarista e vice-governador provincial Nikifor Blavatsky, de quem herdaria somente o nome. Três meses depois, Helena Blavatsky (1831-1891), retratada na Figura 9, abandona o marido e foge para Constantinopla. Nesse momento, têm início às especulações, os fatos imprecisos, as viagens supostas que darão forma ao mito em torno da mais importante ocultista do século XIX (SILVA, 2009).

Figura 9 – Madame Blavatsky.



Fonte: Domínio Público

Conta à lenda que Blavatsky teria viajado para o oriente, Ásia Central, Índia, África, América Central e do Sul, Europa e Estados Unidos. Mas nada que se comparassem aos setes

anos que diz ter passado em um vale oculto na cordilheira do Himalaia, no Tibete, onde teria sido iniciada por uma comunidade de mestres espirituais que lhe ensinaram uma antiga sabedoria que revelava muitos dos mistérios do universo (SILVA, 2009).

Entretanto, a vida de Blavatsky parece ter sido bem mais modesta que essa lenda por ela inventada. Conta-se que muito provavelmente ela nunca esteve no Tibete, que ainda hoje pode ser considerada uma das regiões mais inacessíveis do mundo e que desde 1792 estava com as fronteiras fechadas aos estrangeiros (SILVA, 2009).

Aparecendo aqui e desaparecendo ali, em 1874 nos Estados Unidos, ela conhece aquele que viria ser seu adepto e parceiro por toda vida: Henry Steel Olcott (1832-1907). Jornalista autônomo, veterano da Guerra Civil, advogado e pesquisador da paranormalidade, o coronel Olcott conheceu Blavatsky em Vermont, onde estava cobrindo algumas sessões espíritas na fazenda de um lavrador e que vinham atraindo muitos crentes e curiosos. A partir dessas reuniões, Olcott sugeriu a criação de uma sociedade que seria a origem da futura Sociedade Teosófica. E foi exatamente nessa época que Blavatsky começou a escrever se *Ísis Desvelada*, supostamente sob inspiração de seus mestres espirituais (SILVA, 2009).

Graças ao sucesso de *Ísis Desvelada*, a sociedade teosófica estabeleceu lojas em Londres e Bombaim. Aproveitando o declínio dos negócios mediúnicos em Nova Iorque e a obsessão de Blavatsky pela Índia, esta parte com Olcott em 1878 para Bombaim, onde a teosofia deixou-se influenciar pela doutrina indiana da reencarnação (SILVA, 2009).

Defendendo que o ocultismo deveria ser aceito pela ciência ortodoxa, o livro foi um sucesso, teve sua primeira edição esgotada em dez dias, isto se deu pelo efeito por ele produzido, ou seja, de acalmar as mentes daqueles cuja fé religiosa tinha sido prejudicada pelo racionalismo científico, em particular, as teorias da evolução e da seleção natural de Darwin. A crítica especializada (de acadêmicos na maioria) rapidamente atacou a obra, por incompetência intelectual e plágio (MEINERZ, 2018).

Em 1884, no auge de seu sucesso, Blavatsky decide visitar a Inglaterra e deixa sua Loja da Índia aos cuidados de dois empregados. Estes fazem uma denúncia pública em um jornal protestante e revelaram o "truque" do correio astral que consistia em cartas que caíam de uma fenda do teto, enquanto os participantes eram induzidos a acreditar que estas eram entregues por espíritos. Diante do escândalo não havia mais como salvar a sociedade teosófica na Índia e Blavatsky retorna para a Europa, para nunca mais pisar em solo indiano.

Em Londres, Blavatsky, que mesmo doente começou a escrever sua maior obra, A doutrina secreta - que pretendia dissolver alguns mal-entendidos "teóricos" suscitados pelo seu livro: Ísis desvelada - em vários volumes, totalizando mais de 1500 páginas. A Doutrina Secreta pretende ser, sem qualquer modéstia, como indica o subtítulo, uma "síntese da ciência, da religião e da filosofia" (SILVA, 2009).

Compreender os ensinamentos de Madame Blavatsky e a sua teosofia é importante no estudo e entendimento do arcabouço de teorias que influenciaram o nazismo. E consequentemente a sua política eugênica.

De acordo com a Doutrina Secreta, a história humana teria se desenvolvido ao longo de sete raças-raiz. A primeira raça-raiz conhecida como os "nascidos por si mesmos", foram os habitantes do primeiro continente, chamado de "terra sagrada e imperecível". A segunda raça-raiz foi aquela dos "nascidos do suor" ou os "sem ossos". Essa raça habitou um continente que se estendia ao sul e ao leste do polo norte e que Blavatsky supõe ter mesmo existido tal como é descrito na mitologia grega, ou seja, a região para onde o deus Apolo ia viajar todos os anos. Desta segunda raça procedeu a terceira raça-raiz, a raça dos "duplos" (andróginos) que, diferente das primeiras duas raças (que se reproduziam por meios espirituais), já se reproduziam de forma sexuada. Tal raça teria vivido em um continente que se estendia de Madagascar ao Ceilão e Sumatra e teria submergido sobre as águas. Tal continente foi batizado como "Lemúria" e supunha-se que tivesse realmente existido. A quarta raça foi à lendária raça dos atlantes, habitantes do continente desaparecido a que se referia Platão. Atualmente a Terra é habitada pela quinta raça-raiz<sup>3</sup>, a raça ariana, sendo seu continente a Europa (SILVA, 2009).

O mais surpreendente na antropogênese jaz na rejeição da evolução das espécies. Segundo Blavatsky, o ocultismo repudia a ideia de que o homem possuiria um ancestral comum com os macacos. Para ela, parte da quarta raça-raiz teria procriado com fêmea de outra espécie – animal ou semi-humana – e os seres híbridos resultante dessa união procriaram também dando origem aos atuais símios antropóides. Em outro momento, ela aponta a terceira raça-raiz do primeiro período atlante como a origem dos símios. Nas palavras da autora:

---

<sup>3</sup>Madame Blavatsky em suas obras não definiu exatamente o que seria a sexta e a sétima raças-raízes. Apenas afirmou que a sexta seria mais desenvolvida do que a quinta e a sétima mais desenvolvidas do que a sexta e estas ainda estariam por surgir.

Moralmente irresponsáveis, os 'homens' da terceira raça-raiz, mantendo relações antinaturais com espécies animais inferiores a eles, deram origem àquele 'elo perdido' que, em épocas posteriores (no período terciário somente), veio a ser o remoto antepassado do verdadeiro símio, tal qual o conhecemos hoje na família pitecóide (BLAVATSKY, 1888, p. 377).

Blavatsky reconhece a objeção dos biólogos do seu tempo, que afirmavam ser impossível a procriação entre espécies diferentes, mas responde que isso seria possível, pois acontecera quando o homem físico acabara de surgir. E avança em sua teoria ao criticar os naturalistas que argumentavam que todas as raças humanas poderiam se cruzar umas com as outras. Ou seja, ela admite que, antes do homem se constituir em sua forma física atual, mais densa, era possível o cruzamento entre raças diferentes, o que seria impossível agora. Mas havia exceções a essa impossibilidade. Então ela cita um caso que Darwin analisara de esterilização em massa em uma tribo da Tasmânia, criticando a tentativa do naturalista de buscar explicação para isso em uma mudança nos hábitos alimentares. “Para o ocultista, o cruzamento de europeus com as mulheres tasmânicas, que representaria a progênie de 'monstros' sem alma e sem mente, teria ocasionado a referida esterilidade. Não por conta de uma lei fisiológica, mas por força de uma lei de evolução cármica” (SILVA, 2009, p. 96).

Em resumo, dentre todos os mamíferos o homem teria sido o primeiro a aparecer e teria sido o antepassado indireto do macaco a partir de um decaimento moral e físico, antecedido por cruzamentos antinaturais. Como resultado, surgiram espécimes humanos inferiores que em seguida, ao se reproduzirem, originaram uma espécie que se desenvolveu dando origem, muitos séculos depois, aos símios que conhecemos (SILVA, 2009).

Dando prosseguimento ao desenvolvimento de sua lógica racial, Blavatsky, ao discutir o desenvolvimento da linguagem, aponta o sânscrito como a primeira língua da quinta raça-raiz, hoje a língua que guarda os mistérios dos iniciados. Sua conclusão é a de que os semitas seriam os arianos mais recentes, espiritualmente degenerados, porém materialmente aperfeiçoados (SILVA, 2009).

Na Alemanha foram fundados outros grupos baseados na Teosofia de Blavatsky. O principal deles foi a Sociedade Teosófica Alemã, constituída em 22 de julho de 1884 na cidade de *Elberfeld* (MEINERZ, 2018).

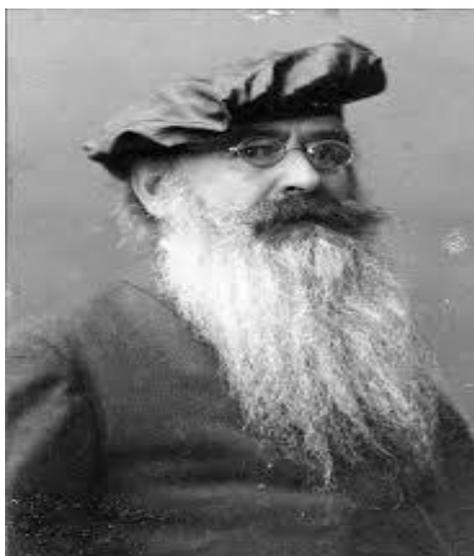
A principal função exercida pela Teosofia no final do século XIX foi oferecer às pessoas uma alternativa para que elas mantivessem sua fé religiosa, enquanto simultaneamente aceitavam as novas teorias, como a da evolução, que ameaçavam comprometer sua visão de mundo anterior. Contudo, para muitos europeus, o racionalismo

científico, a rápida industrialização e urbanização apresentaram uma ameaça ao seu estabelecido estilo de vida (MEINERZ, 2018).

Como um antídoto para esses medos e incertezas da vida moderna, a Teosofia foi rapidamente aceita por movimentos populares alemães e austríacos. Como a *Lebensreform* (reforma da vida): um movimento alemão de classe média que representou a tentativa de atenuar os males da vida moderna decorrente do crescimento das cidades e indústrias. Goodrick-Clarke (1959-2012) assegura que uma variedade de estilos de vida alternativa – que incluía o uso de ervas e remédios naturais, vegetarianismo, nudismo e comunidades rurais autossuficientes –, foram abraçadas por pequenos grupos que esperavam retornar a uma existência puramente natural da vida. Dessa forma, a crença teosófica relacionava-se aos sentimentos *Lebensreform* e providenciou uma justificativa filosófica a esses grupos (MEINERZ, 2018).

Em cinco de outubro de 1848 nascia, em Viena, no seio de uma família de comerciantes de classe média, aquele que se converteria no principal escritor *völkisch*<sup>4</sup> e ideólogo do Pangermanismo de antes da Primeira Grande Guerra. Guido Karl Anton List, ou Guido Von List (1848-1919), representado na Figura10, como viria a ser conhecido. Com a morte do pai, List que nutria ambições artísticas, não possuía qualquer vocação para levar adiante os negócios que herdara de seu pai (SILVA, 2009).

Figura 10 – Guido Von List.



---

<sup>4</sup>O movimento *Völkisch* tentou elevar a consciência nacional e cultural dos alemães que viviam, principalmente, na Áustria. A palavra não é de fácil tradução para o português. O significado da palavra contém um profundo senso da importância do folclore e dos elementos nacionalistas (MEINERZ, 2018).

Fonte: Domínio Público

Enquanto publicava artigos sobre o cotidiano e os costumes dos camponeses, onde pululavam interpretações muitas vezes fantasiosas sobre as origens pagãs dos movimentos, costumes e lendas locais, List trabalhava em um grande romance, inspirado nas impressões geradas pela excursão de 1875 às ruínas de *Carnuntum*, antiga cidade romana. O romance *Carnuntum*<sup>5</sup>, publicado em 1881, inicia List na profissão de visionário e místico. Esta história enganosa teria soado muito atrativa para os nacionalistas da Áustria, já que como bem indicava a novela de List, as tribos da Áustria pré-romana e os reinos bárbaros que lhe sucederam apontavam para uma ocupação nativa e contínua da pátria (SILVA, 2009).

List expressava sua aversão ao *establishment* católico na Áustria, denunciando que “a ordem política do presente e sua principal confissão religiosa demonstrava ser ilegítimas, derivavam da inspiração de um jugo estrangeiro e a supressão da cultura germânica muitos anos antes” (SILVA, 2009, p. 98).

Essa obra clarividente de List fez com que ele ficasse conhecido nos círculos *Völkisch*, convertendo-o em uma figura conhecida do movimento pangermânico na Áustria, que buscava uma legitimação de seu descontentamento com o Estado multinacional austríaco. Os trabalhos de List prosseguiram ao longo da década de 1890 com diversas contribuições ao semanário *OstdeutscheRundschau* (Revista da Alemanha Oriental), sempre tratando do passado remoto da Áustria, da mitologia germânica e do folclore. Ao lado de seus sentimentos nacionalistas, crescia também o anti-semitismo (SILVA, 2009).

Anos antes, em 1893, List aborda em uma conferência a existência de um antigo sacerdócio sagrado do culto de *Wotan* (ou Odin), antigo deus germânico, fé esta que teria sido a religião nacional dos teutônicos. A partir de seu interesse pelo passado heróico e mitológico dos germanos e tendo em conta as fantasias históricas geradas por esse interesse, a conversão de List ao ocultismo descortinava-se com a força de uma consequência lógica. Entretanto, apesar de sua imaginação prodigiosa e de seu pioneirismo na interpretação ocultista das runas, List não idealizou sua nova religião a partir do nada. Ele incorporou elementos da teosofia para construir suas fantasias mitológicas. Muitos desses elementos já estavam disponíveis na cultura e a própria teosofia já havia sido impulsionada pelos trabalhos de Blavatsky. Dada a influência de Blavatsky, List já não chamava aos antigos nativos de 'germanos' e não falava de

---

<sup>5</sup>*Carnuntum* é uma obra inspirada apenas na imaginação de List, como costuma ocorrer com os místicos em todas as épocas, onde ele descreve a história longínqua da cidade como se fosse uma incontestável realidade histórica, descrevendo em detalhes - como ele mesmo tivesse presenciado - a batalha ocorrida entre germanos e romanos que levou à queda das resistências romanas no ano de 375.

‘povo’, mas de ‘ario-germanos’ e de ‘raça’, para identificá-los com a quinta raiz do esquema etnológico proposto por Blavatsky (SILVA, 2009).

Outra fonte de influência apontava para os escritos de Max Ferdinand Sebaldt Von Werth (1859 - 1916), cujo trabalho *Sexualreligion*, de 1897, descreve a vida sexual dos arianos, supostamente calcada em uma prática sagrada de eugenia, que tinha como objetivo manter a pureza da raça. Antecipando a Ariosofia ao combinar ocultismo e doutrinas raciais com bizarras interpretações da mitologia teutônica, ele insistia na importância da eugenia para a superioridade ariana, convicção essa baseada em suas especulações ocultistas de princípios opostos (matéria e espírito), e na crença de que apenas “opostos puros” poderiam liberar essa “energia primária” oculta na polaridade. Logo, uma força messiânica para criar uma descendência perfeita. List conseguiu a partir dessas interpretações ocultistas "nacionalizar o passado remoto de acordo com a ideologia contemporânea do Pangermanismo (SILVA, 2009).

Os ideais desses dois movimentos nacionalistas – Pangermanismo e *Völkisch* – difundidos pela Europa Central no final do século XIX e início do XX, promovendo o ressurgimento da mitologia e do folclore germânico, corroboraram com a formação ideológica do nazismo. Mas ainda é necessário frisar que nesse contexto a Europa passou por um reavivamento de inúmeras sociedades dedicadas às práticas esotéricas, místicas e ocultas como o Gnosticismo, o Hermetismo e a Cabala (formadas no mediterrâneo oriental há mais de 1500 anos), que tinham sido amplamente banidas, mas nunca deixado de existir, do pensamento ocidental pela revolução científica do século XVII e pela racionalidade do pensamento Iluminista. Essas sociedades ocultistas possuíam certas características em comum: o saber oculto, esotérico e reservado a poucos.

O gnosticismo - gnose simplesmente significa conhecimento - foi um conjunto de movimentos religiosos desenvolvidos nos primeiros séculos do cristianismo institucionalizado. Considerados como heréticos esses movimentos mesclavam o misticismo, o dualismo, o sincretismo religioso e especulações filosóficas. Os Gnósticos acreditavam ser uma classe privilegiada, pois supostamente possuíam um conhecimento mais elevado e profundo sobre Deus e a vida, adquirido por um tipo de esfera mística e superior de existência (MEINERZ, 2018).

Hermetismo é o estudo e prática das doutrinas filosóficas, místicas, mágicas ocultas e alquímicas relacionadas a Hermes Trismegistus, nome dado pelos gregos ao deus egípcio Thoth, o deus que personificava a sabedoria universal. Para os gregos, esse “escriba dos

deuses” era autor de todos os livros sagrados existentes, conhecidos como “herméticos”. Esses livros possuiriam discursos sobre a evolução da alma humana, sobre a filosofia egípcia, e teriam sido de central importância para os alquimistas, os quais acreditavam que eles eram codificados com segredos místicos do universo. O Hermetismo influenciou o ocultismo europeu desde a época do renascimento no século XV, quando foi resgatado pelos italianos Giordano Bruno (1548 - 1600) e Marsílio Ficino (1433-1499), persistindo até o século XIX, com a Ordem Hermética do Amanhecer Dourado e pela ocultista francês Eliphas Lévi (1810-1875) (MEINERZ, 2018).

A Cabala é um sistema mítico, filosófico-religioso judaico clássico formado no início da era cristã, que engloba um conjunto de ensinamentos relacionados com Deus, o universo, o homem e a criação do mundo, a vida e a morte. A Cabala é uma escola de pensamento espiritual que busca decifrar o conteúdo da Torá – escrituras judaicas – os primeiros cinco livros do Antigo Testamento da Bíblia ou Pentateuco -, um tipo de mapa que teria sido dado à Adão por anjos e transmitido através das eras, pelo qual nossa espécie poderá um dia encontrar o seu caminho de volta a Deus. O cabalismo acredita que os segredos do Universo foram revelados por Deus, de forma codificada, naquelas escrituras. No ocidente, ele se tornou o principal alicerce do ocultismo, com seus amuletos mágicos e encantados, selos e demonologia, e sua concentração no poder inerente das letras do alfabeto Hebreu (MEINERZ, 2018).

Mas na Viena do final do século XIX, List não era o único a cultivar a fantasia aristocrática de um mundo protoariano perdido na noite do tempo. Lanz Von Liebenfels (1874 - 1954), representado na Figura 11, que dizia ter nascido em 1º de maio de 1872 em Messina, nascera mesmo em Viena-Penzing em 19 de julho de 1874 e era filho do professor Johann Lanz. Descendente de uma família burguesa vienense, essa realidade era bastante diferente daquela que Lanz iria pintar na vida adulta, ligando suas origens à aristocracia, como também fizera o velho guru que ele admirava Guido Von List. Aliás, talvez seguindo mesmo o exemplo de Lanz. Como List, Lanz Von Liebenfels também era um apreciador dos estudos de heráldica (ciência que estuda a história e o significado dos brasões), conhecimento este bastante conveniente na hora de se tentar ligar a própria linhagem a antepassados nobres (SILVA, 2009).

Figura 11 – Jörg Lanz Von Liebenfels.



Fonte: Domínio Público

Lanz ingressa aos vinte e um anos como noviço em uma abadia cisterciense<sup>6</sup> em Viena. O clima religioso da abadia de *Heiligenkreuz* exalava uma atmosfera cavalheiresca e romântica que viria influenciar decisivamente sua trajetória místico-política. Sua primeira intuição (de caráter francamente herético) teve lugar quando da descoberta, em uma escavação, de uma lápide que remontava supostamente ao século XIII e representava um nobre esmagando com os pés um animal não identificado. Lanz viu aí uma interpretação alegórica da luta eterna entre o bem e o mal. Convencido de que o mal no mundo (da mesma forma como fez madame Blavatsky) poderia ser creditada à natureza animal (subumana), ele decide estudar zoologia. Posteriormente inspirado pelas descobertas arqueológicas e pelas fantasias antropológicas da época, Lanz não tarda a identificar (como fizeram os darwinistas sociais) em um dualismo cósmico, neo-maniqueísta, a raça loira de olhos azuis com o princípio do bem, e os negros, mongóis e “mediterrânoides” com o princípio cósmico do mal. A contribuição de Lanz à ideologia racista foi à incorporação de preconceitos e ideias científicas em uma doutrina gnóstica, que caracterizava as raças loiras e negras como entidades cósmicas que trabalham respectivamente para a ordem e o caos do universo. (SILVA, 2009).

Algum tempo depois, Lanz abandona Heiligenkreuz. De acordo com seus superiores da abadia, por falta de vocação, mas segundo Lanz, porque a ordem teria abandonado suas doutrinas (racistas, obviamente) originais. Liberado de seus votos religiosos, ele prossegue

<sup>6</sup>Ordem de *Cister* ou Ordem Cisterciense é uma ordem religiosa monástica católica beneditina reformada. Aos seus membros religiosos dá-se o nome de monges (ou monjas) cistercienses (SILVA, 2009).

seus estudos em paleontologia, antropologia e mitologia, tendo sua imaginação se desviado para recentes descobertas arqueológicas acerca dos assírios conduzindo animais como se fossem mascotes. Lanz se deixa levar por especulações muito fantasiosas e chega a concluir que tais animais seriam na verdade pigmeus com os quais as raças arianas teriam cometido bestialismo e dado origem a uma nova linhagem de seres inferiores, tudo isso emoldurado por passagens do Antigo Testamento que lhe serviam de confirmação para suas hipóteses pseudocientíficas. Tinha sido então revelada a fonte de todos os males do mundo e o segredo da Bíblia (SILVA, 2009).

De acordo com a sua teologia, a queda significava simplesmente que a raça ariana havia ficado comprometida graças ao cruzamento com espécies animais inferiores. A consequência desses pecados persistentes, logo institucionalizados como cultos satânicos, foi a criação de várias raças misturadas, que ameaçavam a autêntica e sagrada autoridade dos arianos em todo o mundo, especialmente na Alemanha, onde está raça era mais numerosa (GOODRICK-CLARKE, 2004, p. 127).

Seu trabalho de 1905 já deixa explícito no título à essência de seu pensamento místico e de certa forma gnóstico: A teozoologia ou a ciência dos *sodom-simiescos* e do elétron dos deuses. O texto, digno de competir com a Doutrina Secreta de Blavatsky, não fazia uso dos jargões orientalistas da teosofia, mas seguia claramente a mesma “metodologia” de trabalho. Sua teosofia era, portanto uma teozoologia, porque misturava suas crenças judaico-cristãs com as ciências da vida. Já a referência aos “elétrons dos deuses” mostra que ele estava muito atento às novas descobertas na Física, sobretudo no que concernia à descoberta da radioatividade (SILVA, 2009).

A partir de 1905, List passaria a divulgar suas ideias a partir de uma revista quinzenal, inicialmente dedicada a uma discussão antiliberal e pangermânica dos problemas econômicos e políticos relacionados com o império Habsburgo. A lendária revista Ostara (nome da deusa pagã da primavera) se transformaria rapidamente em um dos mais célebres veículos de divulgação de ideias racistas. A revista, que chegou a influenciar os devaneios de Hitler em sua juventude em Viena e a moldar a concepção de mundo nacional-socialista (SILVA, 2009).

A revista Ostara conseguiu conectar vários elementos que estavam soltos na cultura *Völkisch*, como o nacionalismo, o paganismo e o racismo, alinhando todas essas tendências em torno do núcleo razoavelmente estruturado do ocultismo, capaz de promover essas tendências de forma muito mais eficiente. As pseudociências, por sua vez, como era o caso do darwinismo social, também formavam suas agremiações, como foi o caso da Liga Monista –

fundada em 1906 – e fornecia o conteúdo eugênico para os devaneios dos artigos da revista (SILVA, 2009).

Como vimos, Lanz nutria um grande interesse pela idade média e seu ingresso na ordem cisterciense indica sua fascinação pela lenda criada em torno dos Cavaleiros Templários, que ele pregava serem os representantes medievais de uma gnose racista. De acordo com Lanz, naqueles tempos na Alemanha, graças à influência de Richard Wagner (1813 – 1883), a mitologia em torno Parsifal e do Graal estava em alta. Para Lanz, a perseguição aos cavaleiros templários significava o triunfo das raças inferiores contra os defensores do culto eugênico, tensão que teria conduzido à desordem do mundo moderno. Tomado por essas convicções, Lanz decide refundar a desaparecida ordem religiosa através da sua *Ordo Novi Templi* (ONT), que tinha como sede, em 1907, o castelo *Borg Werfenstein*, então uma ruína medieval. Na mais exemplar tradição do ocultismo, de sempre tentar ligar o presente ao mais remoto passado (SILVA, 2009).

Na edição de Ostara de dezembro de 1907, Lanz publica o programa da ONT, que descrevia a ordem como: “uma associação ariana de assistência recíproca, fundada para fomentar a consciência racial através da investigação genealógica e heráldica, concursos de beleza e a fundação de utopias racistas nas regiões subdesenvolvidas do mundo.” Não seria necessário muito esforço intelectual para perceber as implicações dessas ideias no desenvolvimento, três décadas depois, do projeto eugênico do nacional-socialismo (SILVA, 2009).

Com os distúrbios causados pela derrota da Alemanha na Primeira Grande Guerra, Lanz teve confirmadas suas angústias de que as raças inferiores poderiam triunfar sobre os loiros de olhos azuis e sangue puro. A convicção de que a perda do prestígio das elites tradicionais devia-se a uma conspiração judeu-bolchevique-maçônica que imprimirá em sua gnose racista a estampa do antissemitismo (SILVA, 2009).

Lanz que mudara para a Hungria por causa da decepção com uma administração socialista na Áustria – fato que confirmava suas teorias conspiracionistas –, passava o seu tempo militando na causa contrarrevolucionária em Budapeste, onde o clima parecia ser muito mais favorável às suas ideias políticas que Viena. A atuação da ONT esgotou-se com o fortalecimento dos regimes autoritários que se deu com a aproximação do novo conflito mundial (SILVA, 2009).

As ideias dos ariosofistas influenciaram o *Reichsführer* Heinrich Himmler na década de 1930, contribuindo em seus projetos acerca da pré-história germânica, especialmente seus planos visionários para o Grande *Reich* Germânico no terceiro milênio. Devido ao surgimento o neopaganismo e a constante antipatia em relação ao cristianismo pelos fascistas, a Ariosofia ofereceu a essas pessoas um projeto de crenças religiosas que ignora o cristianismo em favor de uma mistura de tradições míticas e novos conceitos científicos da elite acadêmica contemporânea na Antropologia, na Etimologia, na História Antiga e na religião comparada. Inclusive, os ariosofistas utilizaram a teoria teosófica das raças-raiz para designar os judeus, ciganos, negros e eslavos, como sobreviventes da raça inferior Lemuriana, considerados pelo nazismo como seres que deveriam desaparecer para a evolução plena dos arianos, a casta superior (MEINERZ, 2018).

Embora as ideias de List e Liebenfels fossem inerentemente odiosas e violentas, elas permaneceram justamente como são, ideias. Muitos de seus seguidores tornaram-se cada vez mais inquietos e insatisfeitos com a falta de ação contra a ameaça à raça ariana, ou seja, aqueles “seres inferiores” – com quem eles foram forçados a compartilhar sua nação, em particular os Judeus – que eram culpados pelos males da urbanização, da industrialização e da ameaça ao tradicional modo de vida rural do “camponês ariano”. E nesse ambiente, muitos passaram a acreditar que o tempo da teorização acadêmica tinha passado, sendo à hora da ação direta (MEINERZ, 2018).

## 2.2 MÃOS À OBRA - A ORGANIZAÇÃO DAS SOCIEDADES SECRETAS E DO PARTIDO NAZISTA

As ideias de List alcançaram a Alemanha através de um grupo de discípulos que se encarregou de transmitir a organizações racistas como a *Germanenorden* (Ordem dos Germanos) e a *Reichshammerbund* (Liga do Martelo do Reich), grupos violentamente antissemitas cujas origens ligam-se a Theodor Fritsch (1852 - 1933), figura de expressão na história do antissemitismo alemão anterior à Primeira Guerra Mundial (SILVA, 2009).

A *Germanenorden* espalhou-se rapidamente pela Alemanha desde a sua fundação em 1912. Em julho, lojas já existiam nas cidades de Breslau, Dresden, Königsberg, Berlim e Hamburgo. No final daquele ano, outras surgiram em Duisburg Nuremberg e Munique. O objetivo principal dessas lojas era o monitoramento das atividades judaicas e a criação de um material antissemita para a distribuição popular (MEINERZ, 2018).

A guerra de 1914 trouxe dificuldades para a *Germanenorden*. Aos problemas financeiros seguiram-se críticas à administração de Hermann Pohl (1887-1966) que, irritado, acabou por fundar em 1916 um novo grupo, uma *Germanenorden* cismática chamada *Walvater* do Santo Graal ou *Germanenorden Walvater*. A confusão fez com que todos pensassem que a *Germanenorden* tivesse se dissolvido. Neste ponto parece mesmo reinar certa confusão acerca do destino da ordem, mas após o final da guerra alguns membros antigos surpreenderam-se em revivê-la. Até 1922, a ordem parece ter atuado como um centro de recrutamento de assassinos políticos, cujos alvos incluíam inimigos judeus, depois de 1921, ela teria se convertido em apenas mais um dos inúmeros grupos antissemitas da Alemanha (SILVA, 2009).

Entretanto o futuro da Ordem dos Germanos mudaria quando, ainda em 1916, os caminhos da cismática *Germanenorden Walvater* e de Rudolf Von Sebottendorff se encontraram. Com ele, tanto a *Ariosofia* quanto a *Germanenorden* foram salvas dos porões da história, passando a integrar definitivamente um capítulo na biografia nacional-socialista (SILVA, 2009).

Nascido em 1875, na cidade de *Hoyerswerda*, Adam Alfred Rudolf Glauer (1875-1945) era filho de um operário ferroviário e ex-combatente nos conflitos austro-prussianos e franco-prussianos. Apesar dos estudos em engenharia, Glauer abandona a vida de estudante e decide aventurar-se como marujo, após trabalhar como estivador por alguns meses. Em suas viagens pelo mundo enquanto trabalhava na Turquia, inspirado pelas religiões exóticas que ele começou a estudar ocultismo. Ali ficou conhecendo o significado cosmológico e numerológico das pirâmides (que ele conhecia). Conheceu uma família de Judeus francos-maçons que estudavam que estudavam cabala e colecionavam textos de alquimia e rosacruceiros (SILVA, 2009).

Alguns anos depois, Glauer sucumbiu à tentação aristocrática a que tanto Lanz quanto List, como vimos, não conseguiram resistir: a de reivindicar para si ancestrais nobres adotando o nome e o título de “*Von Sebottendorff Von der Rose*”. Mas as justificativas para a utilização do título de nobreza superaram a imaginação de seus predecessores (SILVA, 2009).

Agora um “nobre” é difamado como um “caça-fortunas” por conta de um casamento com uma rica herdeira. O casal muda-se diversas vezes até se estabelecem na Bavária. Casualmente lê um jornal da *Germanenorden* convocando os alemães puros para unirem-se à ordem, Curioso, Sebottendorff candidata-se como membro e ao visitar o chefe da ordem em Berlim ele conhece Hermann Pohl (1887-1966) (SILVA, 2009).

O contato de Sebottendorff com Pohl parece ter ocorrido pouco antes da cisão no interior da Ordem dos Germanos e da posterior criação da facção cismática da *Germanenorden-Walvater*. A partir daí, Sebottendorff começa a atuar no interior da ordem recrutando novos membros, com o auxílio de um estudante de arte, Walter Nauhaus, que tinha interesse em ocultismo, cabala e na religiosidade hindu e egípcia. O número de membros crescia e eram frequentes as reuniões para a investidura dos noviços, com a realização de conferência esotérica e excursões. Com o tempo, essas atividades passarão a incluir comícios políticos de extrema-direita, e para que a ordem não afastasse os socialistas e os republicanos, adotou-se na intenção de encobrir o nome da ordem, a denominação de *Thulegesellschaft* (Sociedade Thule). O emblema da sociedade era representado por uma por uma adaga com sol brilhante ao fundo e inscrito nele o símbolo da cruz gamada (suástica) (SILVA, 2009).

A Sociedade Thule (Figura12) foi fundada em Munique, em julho de 1918, sendo ela um grupo *Völkisch* racista batizado em homenagem à Última Thule, uma terra do polo norte (provavelmente a Islândia) que teria sido descoberta cerca de 400 a.C. Esse local foi considerado sagrado por Guido Von List e outros nacionalistas alemães, pois teria sido o último refúgio dos antigos teutos que rejeitaram o cristianismo (MEINERZ, 2018).

Figura 12 – Símbolo da Sociedade Thule



Fonte: Domínio Público

Para Goodrick Clarke a Sociedade Thule vai ser a precursora do partido nazista:

A sociedade Thule certamente agiu como um importante foco para círculos nacionalistas e racistas ao final da Primeira Guerra Mundial, fornecendo apoio militar contra a revolução de esquerda na Baviera, na primeira de 1919. Ela pode ser considerada justificadamente como um estimulador e um predecessor do Partido dos Trabalhadores Alemães nacional-socialista. Contatos pessoais e organizacionais foram passados diretamente da Sociedade Thule por intermédio do Círculo Político dos Trabalhadores para o Partido dos Trabalhadores Alemães, os percursos do Partido Nazista. Personalidades que mais tarde se tornariam lideranças nazistas como Rudolf Hess (1894 – 1987) e Hans Frank (1900 – 1946), foram membros da Thule, enquanto Dietrich Eckart (1868 – 1923) e Alfred Rosenberg (1893-1946) foram convidados (GOODRICK-CLARKE, 2004, p. 149).

Mas, a Thule apenas não era suficiente. Em 1918 Sebottendorff decidiu que os ideais racistas herdados de List e Lanz Von Liebenfels, bem como os ideais nacionalistas pangermânicos, deveriam descer até as classes trabalhadoras, e para isso pede que Karl Harrer (1890-1926), então um jornalista de esportes, criasse um círculo de trabalhadores. Com Harrer como presidente e o operário Anton Drexler (1884-1942) formou-se um pequeno grupo que se reunia semanalmente para discutir temas como as causas da derrota alemã, o inimigo judeu e a hostilidade contra os ingleses. Em dezembro deste mesmo ano, seguindo a sugestão de Drexler, o pequeno grupo decidiu fundar um partido. Surgiu assim, no dia 5 de janeiro de 1919, no salão de uma cervejaria, o *Deutsche Arbeit Partei* (Partido Trabalhista Alemão – DAP), cujos membros eram todos amigos de Drexler da indústria ferroviária (SILVA, 2009).

Os negócios da Thule prosperavam e além do DAP a sociedade possuía também seu próprio veículo de divulgação em larga escala. Nos subúrbios de Munique circulava desde 1868 um jornal local com certa inclinação anticlerical e antisemita que de 1900 em diante esteve sob a administração de Franz Eher (1887-1918). Quando Eher morreu, em junho de 1918, o jornal deixou de circular durante alguns meses, até que Sebottendorff o comprou por 5.000 marcos, agregando-o à Sociedade Thule, que agora contava com seu próprio jornal, o *Münchener Beobachter*, e seu próprio partido político (SILVA, 2009).

E foi exatamente esse crescimento que fez com que os militantes se interessassem pelas atividades da *Thulegesellschaft* e do DAP. Assim, em setembro de 1919, o capitão Karl Mayr (1883-1945) encarregou um de seus homens de confiança para fazer uma visita ao DAP. A espionagem desses pequenos grupos extremistas surgidos após a Primeira Guerra costumava ser frequente. Na reunião de 12 de setembro, Gottfried Feder (1883-1941) discursava na cervejaria *Sternecker* defendendo sua tese acerca de como e por que meios se eliminaria o capitalismo. Após o discurso, teve início um debate em que um dos ouvintes sugeriu que a Baviera deveria se separar do resto do *Reich*, sendo anexada à Áustria. O espião enviado por Mayr, após escutar tamanha asneira, não resistiu à tentação e atacou os argumentos do aparteante com tanto vigor que deixou Drexler impressionado (SILVA, 2009).

Logo após, na saída, Drexler presenteou o intruso com uma brochadora de sua autoria – Meu despertar político – na qual descrevia, dentre outras coisas, suas dificuldades como operário e sua crença acerca do papel nefasto dos judeus. Dias depois Drexler enviaria, sem que lhe fosse solicitado, um título de membro ao homem que tanto lhe impressionara, convidando-o para uma nova reunião no bar *Alte Rosenbad*. O homem em questão,

encarregado de espionar o DAP e a Sociedade Thule e que despertaria a simpatia de Drexler era um certo Adolf, de sobrenome Hitler. (SILVA, 2009).

Sobre esse evento histórico na cervejaria *Sternecker*, que jamais seria esquecido, Hitler recordará muito tempo depois o inusitado contato com o Partido dos Trabalhadores Alemães:

Na manhã seguinte àquela reunião eu estava deitado, mas acordado, lá pelas 5 horas, assistindo ao movimento dos camundongos. Como não pudesse conciliar o sono, lembrei-me, de repente, da noite passada, e veio-me à lembrança a brochura que o operário me havia dado. Comecei a lê-la. Era uma pequena brochura, na qual o autor, o tal operário, descrevia a maneira pela qual ele tinha chegado de novo ao pensamento nacionalista através da confusão marxista e das frases ocas das corporações profissionais. Daí o título – “meu despertar político”. Desde o início o livreto me despertou interesse, pois nele se refletia um fenômeno que há doze anos eu tinha sentido. Involuntariamente vi se avivarem as linhas gerais da minha própria evolução mental. Durante o dia pensei sobre o assunto várias vezes e ia pô-lo fundamentalmente de lado quando. Menos de uma semana depois recebi, com surpresa minha, um cartão postal anunciando que eu tinha sido aceito sócio do “Partido Trabalhista Alemão”. Pedia-se que eu me externasse a respeito e para isso viesse na próxima quarta-feira a uma sessão da comissão do partido. Na realidade eu me sentia mais do que surpreso por essa maneira de “angariar” sócios e não sabia se me devia zangar ou rir. Eu não pensava em entrar para um partido já organizado e sim fundar o meu próprio partido. Essa pretensão de filiar-me a um partido não me tinha passado pela cabeça (HILTER, 1925, p. 165).

Em novembro de 1925, Rudolf John Gorsleben (1883-1930) fundou, na cidade alemã de Dinkelsbuhl, mais uma sociedade ocultista inspirada na ideologia *Völkisch* e pangermânica: a Sociedade Edda. Por meio do seu periódico *Arische Freiheit* (Liberdade Ariana), Gorsleben difundiu suas ideias racistas que se centravam no conceito de pureza racial e a reativação dos poderes ocultos que todo ariano possuía, mas que estavam atrofiados. De acordo com Baker, com estes poderes mágicos mais uma vez em sua plenitude, os arianos estariam em posição de dominar e controlar o mundo. Essa sociedade reiterava a noção *Völkisch* de que a mistura das raças era prejudicial aos arianos e somente a eugenia e a segregação poderiam reverter a infecção racial do mundo (MEINERZ, 2018).

Impregnado de darwinismo social e de arianismo, sua doutrina afirmava que os arianos eram os filhos dos deuses e que o mundo moderno, corrupto e vulgar, seria o resultado da mistura racial. Gorsleben também reafirmava a concepção *Völkisch* que a mulher poderia ser “impregnada”, mesmo que não ocorresse a concepção, pelo primeiro coito e que sua descendência carregaria as características de seu primeiro amante (SILVA, 2009).

Enquanto isso Hitler, que após muita hesitação decidira tomar parte no DAP, recebeu o título nº 7, sendo encarregado da propaganda e do recrutamento de novos membros. As reuniões desde o final do ano (1919), e por insistência de Hitler, vinham acontecendo no subsolo da cervejaria *Sternecker*. No início de 1920, Hitler insiste para que o partido realize seu grande comício, mas Harrer não concorda com a ideia e retira-se da liderança do movimento, sendo sucedido por Anton Drexler. A vontade de Hitler acaba se impondo e a data é fixada em 24 de fevereiro de 1920, no salão de festas da *Hofbräuhaus* de Munique. Em meio a algumas agitações (metade do auditório era formada por comunistas e independentes), que foram rapidamente abafadas “por alguns fiéis camaradas da Guerra”. Esses “camaradas”, decerto companheiros de caserna, representarão em um futuro próximo as bases da milícia paramilitar do partido nacional-socialista. Restabelecida a ordem após alguns socos e pontapés, Hitler pôde prosseguir com seu intento de apresentar o programa do partido, ponto a ponto, explicando depois as 25 teses do movimento. Relata-se que “depois desse acontecimento, a lenda criada pelo partido comparou a manifestação de 24 de fevereiro de 1920 com as teses de Martinho Lutero afixadas nas portas da igreja de *Wittenberg*”. Nessas teses estavam expostas as bases para o enlouquecimento futuro de uma nação inteira: a tese do espaço vital, o antissemitismo, o anticapitalismo a defesa do totalitarismo e o antimarxismo (SILVA, 2009).

Uma semana depois da exposição das 25 teses, o DAP alterou o seu nome para *Nationalsozialistische Deutsch Arbeitpartei* (NSDAP) – Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, adotando como emblema a cruz gamada. Sobre isso, a escolha dos símbolos do partido (SILVA, 2009).

O relato de Hitler é bastante instrutivo:

já na minha juventude, tinha sido, muitas vezes, a ocasião de sentir e compreender a significação psicológica dos símbolos dessa ordem. Depois da guerra, presenciei uma grande manifestação dos marxistas diante do Palácio Real, no Lustgarten. Uma imensidade bandeiras, de faixas e de flores vermelhas davam a essa manifestação, na qual tomavam parte, aproximadamente, cento e vinte mil pessoas, uma aparência formidável. Pude sentir com que felicidade o homem do povo é empolgado pela magia sugestiva de um tal espetáculo (HILTER, 1925, p. 367-368).

Com a ajuda de pessoas influentes que apostavam no futuro do partido e do movimento, o NSDAP conseguiu comprar, em dezembro de 1920, o jornal racista *Völkisch Beobachter*, que estava à beira da falência. O dinheiro, 60.000 marcos, havia sido levantado por Ernst Röhm (1887-1934) e Dietrich Eckart, que conhecera Hitler em março de 1920. Influenciado por Lanz Von Liebenfels, ele pregava nos artigos de sua antiga editora a

proibição de casamentos mistos e medidas para garantir a pureza da raça. Dietrich Eckart exerceu grande influência sobre Hitler, “emprestou e recomendou a Hitler alguns livros, deu um certo verniz a suas maneiras, corrigiu suas expressões defeituosas e lhe abriu numerosas portas” (SILVA, 2009).

Contando com o talento de Hitler para a oratória e sua vocação para o fanatismo em uma época de instabilidade social, o NSDAP tinha tudo para prosperar. O exército, desde 1920, vinha crescendo em importância e se constituindo como um novo poder no interior do Estado, e junto com ele cresciam também as milícias paramilitares. Esses grupos paramilitares eram intensamente nacionalistas, tinham como inimigos os socialistas (logo em seguida, foi-lhes acrescentado o ódio aos judeus) e funcionavam na sombra do exército, que via neles uma forma de driblar as exigências dos aliados. E como o governo na república de *Weimar* esteve por um bom tempo nas mãos da “esquerda” social-democracia, essas milícias (e o próprio exército) estavam sempre prontas para agir como forças contrarrevolucionárias (SILVA, 2009).

O NSDAP passará então a ser considerado “fator de ordem”, atrapalhando as reuniões dos marxistas, intimidando seus oponentes, enfim, espalhando o terror na Baviera, sobretudo em Munique. Enquanto, para esse fim, Hitler precisou criar sua própria milícia: a temida *Sturmabteilung* – Tropa de Assalto (SA) – com intermédio de Röhn, um afiliado do NSDAP e oficial do exército, que por isso mesmo dispunha da influência, do conhecimento e dos meios materiais necessários para se criar um exército político (SILVA, 2009).

Em 1923 o partido já contava com 50.000 membros e as SA somavam 10.000 homens, contingente suficiente para que Hitler pudesse pensar em um assalto ao poder. Então, no dia 8 de novembro, Hitler interrompe uma reunião pública donde Gustav Ritter von Kahr (1862-1934) discursava (com eles estavam Alfred Rosenberg e o operário Anto Drexler, que não sabia o que iria acontecer) e manda cercar o local. Tinha início o famoso “*Putsch*” de Munique. Escoltado pela SA, Hitler anuncia a todos que o governo bávaro e o governo do Reich estavam depostos (SILVA, 2009).

Sem qualquer apoio, essa tentativa desastrosa de tomar o poder acabou no dia seguinte, quando o partido desfilava pelas ruas tentando demonstrar que o golpe estava consolidado. A marcha terminou em tiroteio, onde dezenas de nazistas foram mortos e Hitler fugiu ferido. Algumas semanas depois ele será preso e julgado por conspiração (SILVA, 2009).

O julgamento de Hitler por conspiração contra a segurança do Estado mostrou-se um carnaval político. Enquanto todos juravam não saber de nada, Hitler foi o único a reconhecer a veracidade dos fatos, mas recusou-se a se considerar culpado, pois ele lutara pelo bem de seu povo. A audiência, a opinião pública e mesmo a acusação pareciam ser simpáticos à causa de Hitler. Com muito esforço ele foi condenado a cinco anos de prisão, mas ficou preso apenas pouco mais de um ano. No cárcere, Hitler ocupava seu tempo passeando no jardim da prisão, pregando para os companheiros e lendo a volumosa correspondência que recebia regularmente, dentre elas uma homenagem de um estudante de filologia recém diplomado, Joseph Goebbels (1897-1945), que em breve se tornaria seu ministro da propaganda. Foi também no começo de julho, que ele começou a trabalhar no manuscrito do *Mein Kampf* (Minha Luta), ditando-o até altas horas da noite ao amigo Rudolf Hess, que batia o texto à máquina (SILVA, 2009).

Parecia que a experiência nacional-socialista chegara ao fim. Mas, Hitler ressurgiu como salvador do partido que se debatia em lutas internas. Em 26 de fevereiro de 1925 o *Völkisch Beobachter* reapareceu anunciando, no exato lugar do *Putsch* fracassado, a nova fundação do NSDAP com um editorial intitulado “Um novo começo”. Após seu discurso, Hitler tinha conseguido assegurar sua ascendência sobre o partido. Decorridos alguns anos de intensa militância e publicidade, agindo nos estreitos limites da legalidade, o NSDAP conseguiu, nas eleições de setembro de 1930, 6 milhões e 400 mil votos contra os 810 mil da última eleição, saltando de 12 para 107 cadeiras no parlamento. Parecia mesmo possível tomar o poder por meios legais (SILVA, 2009).

Dois anos depois, quando terminou o mandato de Hindenburg, que vinha sendo ampliado artificialmente através de medidas legislativas por conta do medo de que os partidos extremistas chegassem ao poder, não houve como evitar a realização de novas eleições presidenciais. Havia três concorrentes certos, o marechal Hindenburg (1847-1934), concorrente à reeleição concorrente à reeleição; Ernst Thälmann (1886-1944), representando a esquerda comunista; e Theodor Düsternberg, candidato da extrema direita burguesa. Depois de muita hesitação, Hitler apresenta sua candidatura. A social-democracia, sem muita opção, decidiu apoiar Hindenburg, considerando que a catástrofe seria ainda maior com a vitória de Hitler. Apesar do otimismo dos militantes do NSDAP, o resultado das eleições de 13 de março de 1932 deu ampla vitória a Hindenburg (49,6% dos votos), com Hitler em segundo (30,1%) e Düsternberg em último (6,8%). De qualquer forma, sem a maioria absoluta, era necessário realizar um segundo turno. O NSDAP estava abalado com a derrota no primeiro

turno e desesperançoso com as perspectivas da nova votação, mas Hitler permanecia inabalável, crente de que seria o instrumento de Deus para libertar a Alemanha. Contudo, mesmo após uma campanha intensa de propaganda e dezenas de comícios, o resultado das eleições marcadas para o dia 10 de abril daria a vitória a Hindenburg, por 53% dos votos (equivalente a 20 milhões), enquanto Hitler conseguira 36,7% (SILVA, 2009)

Após ter sido reeleito, Hindenburg demite, em 30 de maio de 1932, seu chanceler Heinrich Brüning (1885-1970), indicando para o seu lugar Franz Von Papen (1879-1969), descendente de uma família nobre. As SA, que haviam sido proibidas por Hindenburg, foram postas de volta na legalidade e, logo em seguida, não por coincidência, recomeçaram os confrontos de rua. Na tentativa de domar o NSDAP, Papen ofereceu a Hitler à vice-chancelaria, mas este recusou a oferta com irritação e pouco depois, diante do apelo de Hindenburg, recusou seu apoio ao governo. E era impossível governar sem o apoio do partido de Hitler. No dia 3 de dezembro de 1932 Papen se retira da chancelaria, que passa a ser ocupada pelo general Von Schleicher (1884-1934), que não durou sequer dois meses no cargo. Enquanto isso, Von Papen, que ainda gozava da confiança do presidente, articulava junto a Hindenburg um governo que contasse com Hitler como chanceler e ele próprio como vice-chanceler. Mesmo relutante Hindenburg cedeu em 29 de janeiro de 1933, demitindo Schleicher e entregando a Hitler a chancelaria. Estava aberto o caminho para o estado totalitário (SILVA, 2009).

A chegada de Hitler ao poder consolida o pensamento nazista na grande maioria do povo alemão. Com isso, permitiu que o maior programa de eugenia de toda a história da humanidade fosse colocado em prática. A eugenia baseada em teorias pseudocientíficas de Galton e sistematizada como doutrina espiritual por místicos e esotéricos torna-se uma política de estado na Alemanha nazista. Esta que vai influenciar jovens cientistas até mesmo em países tropicais e miscigenados como o Brasil.

Era preciso criar inimigos e colocar a culpa das mazelas do país nos judeus, comunistas e outros grupos minoritários. No projeto de poder nazista e da criação do homem ariano que dominaria a todos, os portadores de necessidades especiais precisavam “sair das vistas” da sociedade. No tocante aos judeus, O protocolo dos Sábios de Sião veio a ser uma das conhecidas obras apócrifas de todos os tempos. Uma *fake news* como muitas que vemos nos dias atuais.

### 2.3 FABRICANDO INIMIGOS – O PROTOCOLO DOS SÁBIOS DE SIÃO

Os Protocolos dos Sábios de Sião é uma literatura apócrifa, inventada para criar um inimigo comum: o Judeu. Nos dias de hoje temos o fenômeno mundial das *Fake News* – notícias falsas –. Estas destroem reputações de inimigos, espalham mentiras, criam movimentos orgânicos e levam a barbárie e a morte. O poder de uma mentira, da falsa informação ou de uma informação com meias-verdades compartilhadas nos dias de hoje através das redes sociais<sup>7</sup> torna-se uma perigosa arma nas mãos de grupos facciosos, fundamentalistas e de movimentos autoritários. Um exemplo pueril é a afirmação pseudocientífica de que o planeta Terra é plana e não redonda.

A mensagem clara de antissemitismo do livro forneceu informações fantasiosas sobre o povo Judeu, levando Hitler e muitos de seus líderes a acreditarem em suas páginas e a reproduzirem a ideia de um grande plano mundial de dominação sionista. Com isso, o povo judeu experimentou a morte nos campos de concentração nazistas e o Holocausto. Segundo Joseph Goebbels (1897 – 1945) líder da propaganda nazista: “Uma mentira contada mil vezes, torna-se verdade”.

Um ponto a se ressaltar a respeito dos Protocolos é o de sua origem histórica. O livro que hoje se encontra traduzido senão para quase todas as línguas ao menos par as principais, foi uma obra forjada em 1898 por um oportunista membro da antiga aristocracia russa em decadência, Mathieu Golovinski (1865-1920) (FREITAS, 2013).

A farsa dos Protocolos está diretamente relacionada aos momentos finais da Rússia czarista. A revolução de 1905, de caráter popular, apenas reproduzia as reivindicações da maioria durante anos por reforma política, agrária e melhores condições de vida. Sem ceder perante a maioria dos apelos, porém, introduzindo algumas inovações – como um frágil parlamento com representantes do povo (Duma) o Czar Nicolau II, aliás, Nicolau Aleksandrovich Romanov (1868-1918), também vinha desagradando os grupos reacionários do país, contrários aos princípios democráticos e a modernização da Rússia (FREITAS, 2013).

Um aristocrata relacionado à polícia secreta russa do Czar (*Okhrana*), Piotr Rachkovski (1853-1910), com o objetivo de frear a “ocidentalização” do país, se aproveitando

---

<sup>7</sup>O termo "rede social" tornou-se sinônimo de tecnologia da informação e comunicação; seu uso transcorreu áreas e destruiu fronteiras sendo apropriado, hoje, por muitos atores sociais. Uma das apropriações mais intensas deu-se no campo da comunicação - mas não exclusivamente - com o uso de termos como rede social digital, mídia social, mídia digital, entre outros, para expressar o fenômeno em questão.

do antissemitismo latente da Europa Oriental, é indicado como o responsável por “encomendar” a farsa que relacionaria os judeus aos princípios liberais que destruiriam a Rússia. É nesse momento que ele vai até Paris, onde se encontrava o exilado Golovinski, conhecido por falsificar documentos (FREITAS, 2013).

Golovinski, então, se aproveita quase completamente de uma obra publicada em 1864, Diálogos no Inferno entre Maquiavel e Montesquieu, do francês Maurice Joly (1829-1878), para escrever Os Protocolos dos Sábios de Sião. Centenas de passagens dos Diálogos foram inseridas, quase sem alterações, nos Protocolos. Pouco conhecido na época, ninguém parecia ter notado que os Diálogos de Joly foram plagiados (FREITAS, 2013).

Os Protocolos foram disseminados e ganharam força com tal vigor que chegaram até mesmo a se tornarem alvo de uma dramática manchete no londrino *The Times* em 1920. Com os nazistas, os Protocolos também receberiam atenção especial (FREITAS, 2013).

Apesar de o nacional-socialismo ter possuído uma retórica voltada ao passado tradicional, os guardiões que lhe serviram como escudo não eram a religião ou a monarquia, mas algo novo: a liderança corporificada no próprio homem. Assim, Hitler e, na verdade, boa parte dos europeus – alemães ou não – tinham como base de suas ideias a descoberta de um mundo até então desconhecido: as novas ciências que rompiam com os paradigmas até então existentes, apesar de, no caso do nazismo, haver uma fusão entre o novo e o antigo, a ciência e a tradição (Freitas,2013).

#### Segundo Hobsbawm:

O passado ao qual eles [os nazistas] apelavam era uma invenção. Suas tradições, fabricadas. Mesmo o racismo de Hitler não era feito daquele orgulho de uma linhagem ininterrupta e sem mistura que leva americanos esperançosos de provar sua descendência de algum nobre de Suffolk do século XVI a contratar genealogistas, mas uma mixórdia pós-darwiniana do século XIX pretendendo (e, infelizmente, na Alemanha muitas vezes recebendo) o apoio da nova ciência da genética, mais precisamente do ramo da genética aplicada (“eugenia”) que sonhava em criar uma super-raça pela reprodução seletiva e a eliminação dos incapazes. A raça destinada a dominar o mundo através de Hitler não tinha sequer um nome até 1898, quando um antropólogo cunhou o termo “nórdico”. Hostil como era, em princípio, à herança do Iluminismo e da Revolução Francesa do século XVIII, o fascismo não podia formalmente acreditar em modernidade e progresso, mas não se acanhava em combinar um lunático conjunto de crenças com uma modernidade tecnológica em questões práticas, exceto quando ela comprometia sua pesquisa científica básica feita em premissas ideológicas (HOBSBAWM, 1995, p. 98).

Deve-se ter em vista o contexto histórico em que surgiram essas ideias da segunda metade do século XIX. De um lado, os novos tempos eram de grande tormento para as antigas

classes conservadoras, não raro, associadas à direita política. Um “novo mundo” estava se descortinando frente aos seus olhares perplexos: a classe trabalhadora ascendia e ganhava importância política; o capitalismo e a crescente industrialização, através do liberalismo econômico, transformavam aceleradamente as sociedades; e a maior migração de massa da história até então, levava um enorme número de estrangeiros a invadir todo o mundo (HOBSBAWM, 1995).

Esmagados pela grande empresa e pelos crescentes movimentos trabalhistas, esses homens procuravam respostas que justificassem os seus ressentimentos. O antissemitismo como argumento político, por exemplo, nasceu – entre outros fatores – como forma de se apontar culpados pelas figuras do odiado capitalista/financista e do agitador revolucionário. Além disso, os judeus – emancipados pelas tendências “progressistas” – pareciam ser o símbolo dos ideais iluministas (HOBSBAWM, 1995). Não por acaso, os Protocolos descreviam a forma como os judeus traziam o colapso dos “bons costumes”, da vida financeira e política e das nações (FREITAS, 2013).

Como resposta às fobias e transformações sociais de meados do século XIX, alguns dos segmentos conservadores das sociedades europeias compilaram uma série de pensamentos que formariam a sua teoria racista, também conhecido como “racialismo” – doutrina pseudocientífica que buscava o estudo das raças humanas. O aristocrata francês Conde Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) é considerado o fundador da teoria racial na era contemporânea. Assim como Hitler, ele acreditava que a questão racial domina todos os outros problemas da história (FREITAS, 2013).

Gobineau teorizava no seu livro: *A diversidade moral e intelectual das raças de 1856*, a existência de três raças na humanidade: a “branca” (associada a aristocracia), a “amarela” (associada a burguesia) e a negra (associado ao proletariado). Além disso, elas seriam responsáveis pelos estágios de desenvolvimento social, econômico e tecnológico. A raça branca seria a superior e, as outras, as inferiores. O grande problema da humanidade estaria no cruzamento dessas raças, pois traria a decadência de todas elas (FREITAS, 2013).

Dessa forma, dizia Gobineau – cônsul da França na corte de Pedro II – que o Brasil, por exemplo, pereceria devido à miscigenação racial, pois ela eliminava as qualidades do branco, do negro e do índio, deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental (FREITAS, 2013).

Além disso, tomando como base a biologia evolucionista do naturalista Charles Darwin e seus conceitos de seleção natural e hereditariedade, Herbert Spencer (1829-1903). Iria criar uma poderosa corrente que viria a influenciar a teoria racial chamada de Darwinismo social. As ideias de Spencer sobre a concorrência entre os homens viriam a influenciar a interpretação da história, da cultura e da política (LUZ, 2006)

Em seu consagrado a *Origem das Espécies*, publicado em 1859, Darwin tem como tese principal o conceito de seleção natural, baseado na ideia de que os animais mais adaptados ao seu meio são os mais aptos à vida. Na teoria racista, numa tentativa de adaptar o darwinismo ao que lhe era conveniente, Spencer, tendo como foco o conceito de seleção natural aplicada ao meio social humano, afirmava que o mundo pertencia ao mais forte e que por isso mesmo, este teria o direito de submeter os mais à sua vontade (LUZ, 2006)

Assim como na biologia de Darwin, o darwinismo social também incorporou o conceito de hereditariedade, agora aplicado ao comportamento humano. Dessa maneira o indivíduo não viveria de acordo com as suas próprias escolhas, já que a sua herança genética influenciaria os rumos de sua vida. Juntos, os conceitos de seleção natural e hereditariedade tinham como objetivo criar uma hierarquia dos grupos e “raças” humanas, separando-as em raças criadoras e conquistadoras, e raças dominadas ou inferiores. Essas teorias reforçavam a ideia de que o judeu, por exemplo, como grupo distinto, devido às suas inalteráveis características raciais e biológicas, não deveria ser integrado à sociedade (LUZ, 2006)

Em todas as diversas concorrentes da teoria racial, o judeu pertencia ao extrato inferior diante de todas as raças. Além da perseguição religiosa e da sua marginalização, a peça panfletária dos Protocolos dos Sábios de Sião contribuiu para disseminar a figura nefasta de um povo.

A conceituação de superioridade e inferioridade de diferentes povos, raças e culturas também se tornam importante para o entendimento da evolução do antissemitismo (ARENDR, 1951).

Na Alemanha – provavelmente o país europeu mais receptivo ao nacionalismo da época –, as ideias que, direta ou indiretamente, serviam à doutrina racialista, geralmente se dividiam entre a exaltação do povo alemão e da raça ariana, e a estigmatização do povo judeu. Os judeus eram associados ao desprezível fruto do estrangeiro: a democracia, o parlamentarismo, o marxismo, o comunismo, o liberalismo e a desmoralização da nação. Como que influenciados pelos padrões de seu código genético, os judeus representavam ao

mesmo tempo a sedição e a dominação. Os protocolos reproduziriam fielmente este retrato (FREITAS, 2013).

O judeu seria a expressão máxima dos povos destruidores de cultura. Ele apresentaria o maior contraste com o ariano. Enquanto os povos arianos seriam idealistas e abnegados, sacrificando a própria vida em proveito da comunidade e do coletivo, os judeus seriam egoístas e individualistas. O judeu não teria cultura própria, pois viveria da imitação. A função desse povo seria apenas a de sugar – como um parasita – os outros povos ao se introduzir no seu meio. Ao idealismo alemão e ariano se oporia o materialismo judeu (FREITAS, 2013).

Também como parte da difamação do judeu pelos nazistas foi a sua associação com o capital internacional. É interessante notar a argumentação que Hitler e outros antissemitas a respeito deste assunto. Restrito a poucas atividades laborais no passado, os judeus viriam a se destacar no ramo comercial e econômico. A maioria dos ofícios considerados “produtivos” estava, desde a idade Média, “protegida” e sob o controle de corporações de ofícios – também conhecidas como *guildas* –. Evidentemente, essas corporações excluía os judeus que, assim, não poderiam exercer várias profissões. Ignorando este fato imposto por elas mesmas aos judeus, as sociedades europeias, em geral, consideravam as atividades econômicas praticadas pelos judeus como cruéis e abusivas (FREITAS, 2013).

Dessa forma, o judeu pôde ser facilmente associado à margem do cambista, devido a sua “intimidade” com as diferentes moedas e operações financeiras; do mercador e comerciante que viviam com os seus escusos métodos de vendas; ou ainda do profano usuário, já que em desacordo com a visão da Igreja: a de que a cobrança de juros seriam imorais, já que “o tempo somente a Deus pertencia”. Enquanto o restante do povo ‘produzia’ e ‘criava’ para o bem coletivo, os judeus se apropriavam dessas ‘produções’ para realizar pechinchas e comércio, como um parasita que vive do sangue de seu hospedeiro: os judeus seriam, naturalmente, improdutivos, se constituindo um fardo (FREITAS, 2013).

Provavelmente mais impactante em sua propaganda do que a relação entre o judeu e o “capitalismo internacional”, o nazismo priorizava convencer tanto aliados como adversários que a verdadeira face da ameaça bolchevista mundial era judaica. Esta preferência certamente tem uma explicação: enquanto a imagem histórica do judeu como mercador, financista ou próspero proprietário já era bastante arraigada de forma geral na sociedade, a representação do judeu como agitador revolucionário das massas trabalhadoras ganharia um enorme impulso após a então recente Revolução Russa de 1917, quando os bolcheviques viriam a tomar o

poder após a revolta contra o absolutismo czarista. Segundo os Protocolos, os judeus tramavam dominar os países elevando o povo ao status de proprietário das nações, fazendo-o rebelar-se contra as classes dirigentes. O povo seria uma força cega a serviço dos judeus (FREITAS, 2013).

Figura 13 – Capa de Os Protocolos dos Sábios de Sião



Fonte: Domínio Público

À esquerda, na Figura 13 a capa de uma das primeiras edições dos Protocolos, na Rússia do início do século XX. Nitidamente ainda sob a influência do místico cristão Sergei Nilus (1862-1929), a capa retrata uma figura associada a *Baphomet*, relacionado ao diabo no imaginário cristão/católico e, supostamente, a uma entidade cultuada na maçonaria. Em ambos os antebraços da figura existem alguns caracteres escritos em latim, “Solve” e “Coagula”, associados, respectivamente, aos verbos ‘dissolver’ e ‘coagular/solidificar’, e na Terra em que ela se senta, “Eliphas Lévi”, significando, simplesmente, o pseudônimo do ocultista francês Alphonse Louis Constant (1810-1875), responsável pela criação de tal representação de *Baphomet* (FREITAS, 2013).

Na testa da figura há o desenho de uma estrela de cinco pontas, o pentagrama, que, apesar de ser original à figura de *Baphomet*, talvez tenha sido utilizada com a pretensão de compará-la com a estrela de seis pontas judaica, a Estrela de Davi ou, muito provavelmente, à estrela vermelha bolchevista – já que o comunismo constantemente era associado ao judeu pelos antissemitas –. Parece não haver na imagem significados mais profundos que a associação entre os judeus/judaísmo e o diabo/satanismo, o que é reforçado pela forte cor

avermelhada no fundo da imagem, talvez evocando-se sangue ou mesmo a imagem clássica do inferno, envolta pelo fogo (FREITAS, 2013).

À direita, na Figura 13, a capa de uma edição dos Protocolos na Alemanha, de 1920. Divulgada, possivelmente há mais de uma década após a edição russa, a capa da versão alemã se mostra com aspecto muito mais “leve” que aquela outra. Livre de figuras associadas ao aspecto religioso, a imagem retrata, acima, uma bandeira bem parecida com a do atual estado de Israel. Na verdade, ela se refere à bandeira do Sionismo, criada já no final do século XIX. Abaixo, há a representação do “cumprimento maçom” e de outro símbolo ligado a esta sociedade. Ressalte-se que, aqui, a menção à maçonaria não tem conotação religiosa – como provavelmente há, em alguma proporção, nas primeiras edições russas –, mas simplesmente política (FREITAS, 2013).

Os Protocolos dos Sábios de Sião, apesar de terem sido apenas um dos vários “documentos” e “provas” usadas pelos nazistas a fim de se apontar os judeus como os conspiradores par a destruição da Alemanha e mesmo para a dominação mundial, foi explorado de forma intensa pelos nazistas: os judeus seriam a “chave” para se entender a história. Curiosamente, um dos maiores divulgadores dos Protocolos pelo mundo não foi alemão, mas sim o americano Henry Ford – autor de O judeu Internacional –, que chegou mesmo a ser condecorado com honrarias nazistas (FREITAS, 2013).

Os Protocolos dos Sábios der Sião são conhecidos como um livro que nunca “morre” e talvez, neste ponto, é que este livro demonstra uma preocupação ainda atual. Forjado e escrito nos finais do século XIX e publicado no começo do século XX na Rússia, os Protocolos se espalharam inicialmente por toda a Europa e, logo depois, por todo o mundo. Hoje, se encontra traduzido em diversas línguas (FREITAS, 2013).

No ano de 2002, por exemplo, foi levado ao ar, em vários canais de televisão árabe, “Cavaleiro Sem Cavalo”. Baseada nos Protocolos, a série foi patrocinada pela televisão estatal egípcia. Certamente produzida pela influência dos acirrados ânimos entre judeus e palestinos devido às tensões pela criação e permanência do Estado de Israel, a série televisiva se tornou popular no mundo árabe, contribuindo para a exacerbação de ódios infundados (FREITAS, 2013).

Em 2006, a Centauro, editora que publicara a última edição dos Protocolos no Brasil teve 1.600 exemplares do livro apreendido em sua sede, em São Paulo, por ordem da Justiça.

Membros da FISESP – Federação Israelita do Estado de São Paulo – alegaram que o livro promovia o antissemitismo (FREITAS, 2013).

#### 2.4 MEIN KAMPF E A EUGENIA

*Mein Kampf* (Minha Luta), 1925-1927, obra escrita por Adolf Hitler, iniciada no presídio militar de Landsberg à margem do *Lech*, na Baviera, pretendia oferecer ao povo alemão não uma palavra de ordem eleitoral, mas uma “nova concepção filosófica de importância fundamental”, uma nova concepção do mundo que, como uma verdadeira religião (CAETANO, 2010).

O livro *Minha Luta* se compõe de dois volumes: o primeiro, escrito na prisão em 1924 – ano em que começou a pagar a pena pela sua liderança no *Putsh* de Munique –, e editado em 1925; já o segundo volume foi editado em 1926, fora da prisão (FREITAS, 2013).

O autor principia a obra com sua autobiografia, por considerá-la eminentemente representativa. Nasceu em Braunau, cidade localizada na fronteira dos dois Estados alemães (Áustria e Alemanha), em 1889, fato que considerou “símbolo de uma grande missão”, qual seja a de fazer triunfar, “contra todas as leis falsas e artificiais, uma lei natural e sagrada: a da comunidade do sangue” (CAETANO, 2010).

A narrativa de Hitler é profundamente retórica. Nem por isso deixa de ser preciosa, ao nos mostrar Hitler, decerto não tal qual foi exatamente, mas tal qual desejava ser visto pelo povo alemão. Buscava comover as pessoas e edificar os crentes do nacional-socialismo amantes da pátria vencida e humilhada da I Guerra Mundial (CAETANO, 2010).

Hitler com sua mente impregnada de teorias racistas, frustrações pessoais e já envolvido num projeto de poder para uma “nova” Alemanha dedica um capítulo de sua obra para mostrar de como as raças deveriam se comportar.

Os homens erram ao acharem que quase tudo sabem sobre a natureza, pois, com raras exceções, ignoram que os seres humanos, como os demais seres vivos, devem respeitar o princípio básico de sua organização: o isolamento dentro de sua respectiva espécie (CAETANO, 2010).

Segundo Hitler:

Já a observação mais superficial nos mostra, como lei mais ou menos implacável e fundamental, presidindo a todas as inúmeras manifestações expressivas da vontade de viver na natureza, o processo em si mesmo limitado, pelo qual esta se continua e se multiplica. Cada animal só se

associa a um companheiro da mesma espécie. O abelheiro cai com a abelheiro, o tentilhão com o tentilhão, a cegonha com a cegonha, o rato campestre com o rato campestre, o rato caseiro com o rato caseiro, o lobo com a loba.

Só circunstâncias extraordinárias conseguem alterar essa ordem, entre as quais figura, em primeiro, lugar a coerção exercida por prisão do animal ou qualquer outra impossibilidade de união dentro da mesma espécie. Aí, porém, a natureza começa a defender-se por todos os meios, e seu protesto mais evidente consiste, ou em privar futuramente os bastardos da capacidade de procriação ou em limitar a fecundidade dos descendentes futuros. Na maior parte dos casos, ela priva-os da faculdade de resistência contra moléstias ou ataques hostis.

Isso é um fenômeno perfeitamente natural: todo cruzamento entre dois seres de situação um pouco desigual na escala biológica dá, como produto, um intermediário entre os dois pontos ocupados pelos pais. Significa isto que o filho chegará provavelmente a uma situação mais alta do que a de um de seus pais, o inferior, mas não atingirá, entretanto, altura do superior em raça. Mais tarde será, por conseguinte, derrotado na luta com os superiores. Semelhante união está, porém, em franco desacordo com a vontade da natureza, que, de um modo geral, visa o aperfeiçoamento da vida na procriação. Essa hipótese não se apoia na ligação de elementos superiores com inferiores, mas na vitória incondicional dos primeiros. O papel do mais forte é dominar (HITLER, 1925, p. 131).

Está justificado o racismo nazista. Hitler se apóia em postulado hipotético, apesar de indemonstrável, fazendo por insurgir o orgulho dos arianos que se creem parte de uma espécie naturalmente superior, depositária do desenvolvimento da civilização humana. Para Hitler, a superioridade racial não se questiona, ela existe (CAETANO, 2010).

Advinda da natureza, a superioridade alemã se torna aos olhos de quem se deixa seduzir, um postulado não exigente de maiores justificativas e atribuições meritórias. Hitler, na intenção do movimento nazista, tinha que convencer para o momento apenas o povo alemão desacreditado na república. Ao restante do mundo, seria imposta a superioridade ariana como consequência do expansionismo planejado (CAETANO, 2010).

A mestiçagem racial não é natural. A tendência da natureza é a purificação da raça. Aplique-se ao ariano, raça superior, tal regra fundamental da natureza. Ver-se-á aplicada, como afirma a história:

Com assombro clareza ela demonstra que, em toda mistura de sangue entre o ariano e povos inferiores, o resultado foi sempre a extinção do elemento civilizador (HITLER, 1925, p. 212).

Hitler compara de forma superficial e de dentro das suas convicções racistas o processo de colonização da América do Norte e das Américas: Central e Sul. Para o futuro *Führer* da Alemanha o progresso do Norte e o “fracasso” do restante do Continente se dá por que aquele não se mestiçou tanto como os outros dois:

A América do Norte, cuja população decididamente, na sua maior parte, se compõe de elementos germânicos, que só muito pouco se misturaram com povos inferiores e de cor, apresenta outra humanidade e cultura do que a América Central e do Sul, onde os imigrantes, quase todos latinos, se fundiram em grande número com os habitantes indígenas. Bastaria esse exemplo para fazer reconhecer clara e distintamente o efeito da fusão de raças (HITLER, 1925, p. 213).

A natureza do casamento sempre foi um dos temas polêmicos mais constantes entre os juristas brasileiros. Ou seja, seria ele algo mais compatível com um sacramento, justificando, portanto, o controle da Igreja; ou, ao contrário, algo mais próximo de um mero contrato, dando, pois, argumento para a adoção do casamento civil pela sociedade brasileira (CASTAÑEDA, 2003).

Tais preocupações já estavam presentes nas discussões do Centro Positivista do Brasil que, em carta enviada ao então ministro do Império, em 1854, discute o projeto do casamento civil. “O casamento não é um contrato, como a maioria dos legistas apregoa. O casamento é a sanção social (cívica ou religiosa) da união fundamental que institui a família e a família é uma associação que se forma espontaneamente em torno da mulher, em consequência dos vários instintos que constituem a natureza moral das espécies superiores (CASTAÑEDA, 2003).

Por sua vez, os eugenistas também se preocupavam com o casamento. Envolvidos por suas crenças de aperfeiçoamento da raça humana, discutiam, entre outras coisas, as melhores medidas para se evitar as uniões indesejáveis e, como vimos, o exame pré-nupcial figura entre as mais cotadas (CASTAÑEDA, 2003).

Hitler em sua obra vai expressar suas ideias a respeito do casamento como forma de aperfeiçoamento da raça. Assim como, os eugenistas, Hitler verá na união entre um homem e uma mulher o controle da sociedade para a expansão das suas ideias racistas:

O casamento não deve ser uma finalidade em si, mas ao contrário, deve servir à multiplicação e conservação da espécie e da raça. Esse é o seu significado, essa é sua finalidade. Assim, a sua razão de ser deve ser medida pela maneira por que é alcançado esse objetivo. Os casamentos entre jovens se justificam ao primeiro exame, por que podem dar produtos mais sadios e mais resistentes. Para facilitar essas uniões tornam-se imprescindíveis várias condições sociais, sem as quais impossível é contar com casamentos entre jovens (HITLER, 1925, p. 166-167).

A ideologia calcada na ideia de superioridade racial pressupõe, dessarte, que o indivíduo de sangue ariano se dilua no “corpo” social. Era a melhor forma de se alcançar a eficiência desejada pelo Partido. A propaganda nazista se encarregou, através de fotos, publicações, desfiles e marchas, de criar e manter o mito do “Líder”, da “Nação”, da

“Vitória”, do “Partido”, proporcionando um alimento mental à massa desacreditada (CAETANO, 2010).

No livro de sua autoria Hitler afirma:

Quanto mais aumenta a disposição para sacrificar interesses puramente pessoais, tanto mais se desenvolve a capacidade para erigir comunidades mais importantes. É o ariano que apresenta, de modo mais expressivo, essa disposição para o sacrifício do trabalho pessoal, e, sendo necessário, até da sua própria vida que arrisca em favor dos outros (...) a significação intrínseca de toda organização repousa sobre o princípio do sacrifício (HILTER, 1925, p. 193).

A consagrada frase “fé cega, faca amolada” parece nortear o espírito de Hitler em sua construção retórica acerca da luta pelo movimento. Quando mais centralizada e uníssona uma concepção, não obstante não ser perfeita, mais vantajosa se mostra, na medida em que corporifica uma nova organização inquebrantável (CASTAÑEDA, 2003).

As ideias mestras do novo movimento “são sintetizadas em vinte e cinco proposições principais destinadas a orientar a luta”. O que elas procuram é a eficácia, não a satisfação de um punhado de estetas ou de eruditos. Assim, não se dirigem tanto ao cérebro, mas aos sentimentos da multidão (CASTAÑEDA, 2003).

Diante disso, Hitler vai expressar em muitos trechos do seu livro que o ideário eugenista estaria presente como política de Estado do III *Reich*. Primeiramente para os alemães e depois como “Solução Final” para judeus e outros grupos indesejáveis. Antes, precisaria de alguém, tão devotado a causa nazista, para mover a máquina de destruição e morte. E Hitler conseguiu, um agrônomo e ex-granjeiro de nome Heinrich, sobrenome Himmler.

## 2.5 HIMMLER E A SS – O ARTÍFICE E A SUA IRMANDADE DA MORTE

Não havia nada de extraordinário em sua aparência ou em seus modos que pudesse intimidar, mas a mera menção de seu nome bastava para instalar terror e obediência imediata, não por alguma qualidade sua, mas em virtude da lealdade inquestionável que nos inspirava que cumpriam impiedosamente suas ordens. A aparência comum e a presença nada imponente faziam de Heinrich Himmler (1900-1945), apresentado na Figura 14, um acréscimo improvável à galeria de malfeitores e criminosos de guerra nazistas, mas, como *Reichsführer-SS* e chefe da Polícia Secrete do Estado, estima-se que tenha sido indiretamente responsável por autorizar a morte de quatorze milhões de civis em campos de extermínio e de trabalhos forçados. E isso não inclui os incontáveis milhares de prisioneiros de guerra desarmados e

integrantes da Resistência assassinados pela SS – *Schutzstaffel*, na tradução livre: Tropas de Proteção –, e pela Gestapo, as centenas de milhares pessoas liquidadas pelos esquadrões da morte dos *Einsatzgruppen* – esquadrões da morte – nos países conquistados e o número desconhecido de civis executados em represália a supostos atos de sabotagem ou por abrigarem soldados inimigos (ROLAND, 2016).

Figura 14 – *Reichsführer* Heinrich Himmler



Fonte: Domínio Público

É revelador do regime que seu personagem mais temido e poderoso, atrás apenas do próprio Hitler, fosse um homem sem nenhum caráter ou qualidade perceptível além do talento para a intriga, o oportunismo e a capacidade de delegar a outros a responsabilidade de organizar o homicídio em massa numa escala sem paralelo nos tempos modernos (ROLAND, 2016).

Segundo dos três filhos de um autoritário professor de escola secundária de Munique, Himmler foi prejudicado pela incapacidade de fazer amigos e formar relacionamentos. Sua natureza fria e desconfiada foi estimulada pelo pai opressor. Em suas férias escolares o pai-professor não dava aos filhos descanso das aulas incansáveis, exigindo do jovem Heinrich um diário de suas atividades, a ser verificado e corrigido todos os dias. Essa obediência estrita e inflexível às regras e o treino incansável que promovia o trabalho pelo trabalho instalou em Himmler a obediência cega à autoridade e a ânsia de exercer sobre os outros esse grau de autoridade (ROLAND, 2016).

Só havia uma pessoa que ele acatava: Adolf Hitler. Quando compareceu a uma reunião política numa cervejaria de Munique em 1923, ele soube que encontrara uma causa, e logo louvava as virtudes do homem que acreditava ser o futuro salvador da Alemanha. Himmler era devoto de Hitler e o considerava um personagem tão importante quanto Jesus Cristo. Tornou-se fanático, e dizia a quem quisesse ouvir: “Um personagem do mais alto brilho encarnou em sua pessoa”. Nenhum dos líderes do partido olhava duas vezes o jovem magro e de óculos, mas Hitler tinha instinto para perceber os que lhe pudessem ser úteis e, em 1929, fez de Himmler o chefe de sua guarda pessoal a SS (ROLAND, 2016).

Fundada por Adolf Hitler em 1925, a SS tinha como principal objetivo ser a guarda pessoal do ditador e era conhecida como a elite brutal do Partido Nazista. A partir de 1929, Himmler assume a liderança do esquadrão que cresceu e ganhou mais poder sob o seu domínio. Sendo inicialmente uma entidade paramilitar com menos de 300 soldados, a SS vai absorver outros órgãos como a Gestapo, a polícia secreta nazista. No auge, tinha um contingente de mais de um milhão de soldados. Independente do exército alemão, a SS era a verdadeira guarda da Alemanha nazista administrando os campos de concentração e toda a organização por trás do Holocausto (KOEHL, 2015).

Estando totalmente de acordo com a noção de Hitler da “supremacia branca”, os “homens com casacos negros” eram escolhidos a dedo e espalhavam a morte e a destruição por onde passavam (KOEHL, 2015).

A SS foi descrita idealmente em 1931 como “tropas centrais do movimento”, e “os mais ativos combatentes do partido”. De fato, a SS supostamente deveria se tornar a melhor tropa paramilitar da Alemanha. Os futuros guardas do futuro exército nacional deveriam ser reconhecidos em qualquer lugar, mesmo em roupas civis: seu porte, físico, aparência – de fato, sua herança biológica – deveriam mostrar que pertenciam à SS. Não deveria haver rostos eslavos ou mongóis na SS, deveria se tornar uma comunidade de sangue, os portadores do sangue da raça nórdica. O futuro oficial da SS deveria ter sua família e origens profundamente investigadas, pois se supunha que, quando decisões fatais tivessem que ser tomadas, apenas os mais puros dos puros poderiam agir sem hesitação, “por princípio”. Aqui se reconhecem os valores da velha casta de oficiais, traduzidos no racismo eugênico nazista, representados pela Figura 15 (KOEHL, 2015).

Figura 15 – Cartaz nazista: “fases de crescimento de membros da raça ariana”



Fonte: Domínio Público

Himmler, entretanto, não parou por aí. A tarefa da SS não repousava primariamente no campo de batalha, e sim na terra natal. Na guerra deveria ser o instrumento que, no momento mais difícil, decide a batalha – as últimas reservas. “Somos chamados para construir os alicerces sobre os quais a próxima geração fará história”, disse Himmler certa vez (KOEHL, 2015).

Na mente de Himmler, a SS era uma irmandade de farda preta na qual podia projetar seus distorcidos ideais românticos. Himmler exercia um estrito interesse paternal pelo bem-estar moral de seus homens e testava sua lealdade e fanatismo com o mesmo rigor com que avaliava sua força física e a coragem sob fogo. Ele se via principalmente como um educador e sob o patrocínio de Himmler, a SS passou a se ver como uma elite à qual não se aplicavam as regras e regulamentos normais da guerra, crença reforçada pelo fato de ser imune a processo em tribunais civis e militares (ROLAND, 2016).

Em seu discurso aos líderes da SS em 4 de outubro de 1943, Himmler afirmou:

Um princípio tem de ser absoluto para o homem da SS: temos de ser honestos, decentes, leais e bons camaradas com quem for de nosso sangue e com mais ninguém. O que acontece aos russos, o que acontece aos tchecos, é questão de total indiferença para mim. Esse sangue bom de nossa própria raça que possa haver entre as nações adquiriremos para nós, se necessário tirando as crianças e criando-as entre nós. Se os outros povos vivem com conforto ou perecem pela fome é coisa que só me interessa na medida em que precisamos deles como escravos para nossa cultura; fora isso, não me interessa (...). Nós, alemães, que somos o único povo do mundo a ter uma atitude decente com os animais, também adotaremos uma atitude decente

com esses animais humanos, mas é um crime contra nosso sangue nos preocuparmos com eles e lhes darmos ideais (ROLAND, 2016, p. 88).

Hitler, após conquistar o poder na Alemanha no ano de 1933, resolve promover, um ano depois, Himmler a *Reichsführer-SS*. Aquele encarrega Himmler de organizar a prisão dos inimigos políticos do partido, dos indesejáveis e dos *Untermenschen* – “sub-humanos –, cujo destino, em última análise, seria determinado por um homem obcecado pelo mito da superioridade ariana e pela subjugação das raças “inferiores” (ROLAND, 2016).

Um indício de como Himmler se distanciou da realidade no fim da guerra é a saudação que fez a um representante do Congresso judaico Mundial que foi discutir os termos da rendição alemã em 21 de abril de 1945. “Bem-vindo à Alemanha, é hora de vocês judeus, e nós nacional-socialistas, fazermos a paz”. Em 1º de maio, ele se reuniu com o almirante Karl Dönitz (1891 – 1980), nomeado *Führer* depois da morte de Hitler, para falar de sua própria reputação no exterior, como se fosse uma reputação digna de orgulho (ROLAND, 2016).

Himmler e sua SS promoveram a morte de milhões de vidas na Alemanha e nos países ocupados. Experiências de médicos e cientistas da SS tinham de Himmler sua chancela e apoio. A eugenia – o bem nascer – esteve presente em seu discurso e ações e fez da sua organização uma irmandade de criminosos.

No final, a arrogância de Himmler que julgava ser a reencarnação de do Rei nórdico Henrique I – o passarinho - provocou seu fim. Ele tentou escapar disfarçando-se de sargento da polícia secreta militar, um ramo da Gestapo, o que seria causa certa de prisão. Depois de capturado pelos britânicos em Lüneburg em 23 de maio de 1945, ele ordenou tolamente a outros prisioneiros de guerra que cumprissem por ele suas tarefas, o que levou um deles a informar os guardas. Com a identidade descoberta, Himmler engoliu uma pílula de cianureto e morreu em segundos, conforme a Figura 16. Não havia alternativa para um homem que sabia que seria forçado a enfrentar a enormidade de seus crimes sob as luzes de um tribunal público. E pior: confrontar a si mesmo (ROLAND, 2016).

Figura 16 – O suicídio de Himmler



Fonte: Domínio Público

Quanto a SS, ela refletia a visão de mundo de Adolf Hitler, não apenas por serem seus vassallos juramentados em um sentido feudal, como evoluindo, sob a mão de Heinrich Himmler, em um Corpo de Segurança do Estado – um corpo de guardiões do Estado dispostos e capazes de cumprir qualquer tarefa, abominável ou repugnante, sob as ordens de seu líder. A SS se transformou, nas mãos de Himmler, em uma rede de influências, espiões e de irmandade. O apoio geral dos nazistas para a eugenia, “pureza racial” e perspectivas biológicas – “Sangue e Solo”, aperfeiçoamento corporal, religião da natureza – ajudou a fazer a versão peculiar do racismo da SS parecer muito apropriada (KOEHL, 2015).

Por fim, a SS do período da guerra se transformou em um alibi para toda uma nação. Os soldados da *Waffen-SS*<sup>8</sup>, em 1944 e 1945, tinham a reputação de cometer ultrajes contra civis em todos os fronts. Alguns efetivamente faziam isso, embora a maioria não (KOEHL, 2015).

A verdadeira SS era muito mais multiforme – ainda que sujeita ao poder total de uma ditadura –, de modos especiais não iguais, mas geralmente, aplicáveis aos homens da *Wehrmacht*<sup>9</sup>, funcionários públicos e a alemães comuns. Os homens da SS juravam obedecer, estavam organizados em unidades facilmente operáveis que todos esperavam que fossem cruéis e terríveis (KOEHL, 2015).

---

<sup>8</sup>*Waffen-SS* – (SS Armada) O termo foi usado depois de 1939 para se referir às antigas *Verfügungstruppe* (Tropas de serviço Especial), forças militares aquarteladas, em contratos com a SS Geral, paramilitar, e em grande medida se exibindo e desfilando apenas em paradas. A *WAFFEN-SS* lutou ao da *Wehrmacht* de 1939 em diante (KOEHL, 2015).

<sup>9</sup>*Wehrmacht* – As forças armadas do Exército alemão (*Heer*), Marinha (*Kriegsmarine*) e Força Aérea (*Luftwaffe*) (KOEHL, 2015).

Quanto ao Holocausto, a SS merece toda a culpa que recebeu, ainda que não a culpa exclusiva que às vezes lhe é atribuída. A *WAFFEN-SS* sem dúvida prolongou a guerra, deu aos nazistas um tempo que não sabiam como usar – talvez o tempo comprado com tantas mortes fosse desperdiçado de qualquer maneira, pois nada poderia ter comprado tempo suficiente para os nazistas. Mas isso não foi algo que os homens da SS podiam decidir então. Era a tragédia deles o fato de terem previamente rendido suas escolhas para mestres como Hitler e Himmler. Aprendizes de feiticeiros se viram dentro das ruínas da cozinha do feiticeiro – a Alemanha, Figura 17 (KOEHL, 2015).

Figura 17 – Rendição do soldado da *Waffen-SS*



Fonte: Domínio Público

## 2.6 O PROGRAMA AKTION T4 – A POLÍTICA EUGENISTA NAZISTA

Na construção do aparato estatal nazista as ideias da pseudociência de Galton, já eivadas de misticismo teutônico, são colocadas em prática de forma cruel e desumana jamais vistas na história da humanidade. Conceitos acadêmicos que falam sobre eugenia positiva e eugenia negativa tornaram reais em primeiro lugar para os indesejáveis alemães e depois para judeus, eslavos e minorias étnicas, religiosas e políticas.

Em 1 de janeiro de 1934, começou a vigorar a Lei de Esterilização (Lei para a prevenção de doenças hereditárias), que previa a castração forçada de pessoas com doenças hereditárias sob o argumento de que elas não poderiam gerar filhos que fossem um “fardo” para a sociedade e para o Estado. Argumentava-se sob o ponto de vista econômico, de que o governo gastava muito para cuidar de pessoas doentes, inclusive com atividades escolares para crianças e jovens que pediam cálculos da quantidade de dinheiro gasto pelo governo com

peessoas doentes, como uma forma de convencer a população e legitimar as ações do Estado (MEDEIROS, 2020).

O programa nazista começou com um período de “educação” em que foram criados vídeos de propaganda. Um dos mais famosos retratava a história de uma mulher com esclerose múltipla; quando seu marido percebe que aquela vida não vale a pena ser vivida, tira a sua vida ao som de uma música clássica tranquila executada por um colega no quarto ao lado. Nas escolas, eram utilizados textos nos quais problemas de matemática eram expressos em termos de custos e benefícios em relação ao tratamento dos pacientes crônicos (OLIVEIRA, 2015).

As instituições públicas, principalmente hospícios e hospitais, desempenhavam um papel preponderante no programa. Os médicos e enfermeiras eram obrigados a informar às autoridades sobre todos os pacientes com doenças há mais de cinco anos e incapazes de trabalhar nesse período. Os estudantes de medicina foram treinados para analisar e indicar os bebês e as crianças para o programa T4 (OLIVEIRA, 2015).

Em 1939, começou a funcionar o *Aktion* T4, o programa de eutanásia para doentes irrecuperáveis que estavam internados em hospitais, após Hitler receber uma carta dos pais de uma criança cega e doente pedindo uma “morte misericordiosa” para o filho (MEDEIROS, 2020).

A seleção para o programa era realizada através de um relatório impessoal e mecânico cujas perguntas eram: nome, raça, estado civil, nacionalidade, parente mais próximo, se recebia ou não visitas, quem eram, quem arcava com as responsabilidades financeiras e outras perguntas nesse sentido. Esse questionário não levava em consideração os interesses dos pacientes, as opiniões dos médicos que estavam em relação direta com eles e não se consultava os seus familiares. Consultores especializados analisavam administrativamente esses questionários, e as escolhas eram feitas a partir de seus pareceres. Mortos os pacientes, suas famílias recebiam atestados de óbitos falsos (OLIVEIRA, 2015).

O major médico Leo Alexander em seu artigo: *Medical Science under Dictatorship* – na tradução livre: Ciência médica sobre Ditadura – escreve:

A decisão sobre quais os pacientes deveriam ser mortos foi feita inteiramente com base nestas breves informações por consultores especializados, a maioria dos quais professores de psiquiatria nas universidades chave. Esses consultores nunca viram os próprios pacientes. A consistência do seu controle pode ser apreciada pelo trabalho de perito, que entre 14 de

novembro e 1 de dezembro de 1940, avaliaram 2.109 questionários (ALEXANDER, 1949 citado por AZEVEDO e KOEHLER, 2021, p. 4).

No discurso oficial, o programa de extermínio nazista incluiria psicóticos, enfermos com doenças crônicas, portadores de distúrbios neurológicos e orgânicos, como Parkinson, tumores cerebrais, esclerose múltipla, paralisia infantil, todos em estado terminal, no entanto, o critério adotado na prática era a incapacidade laborativa permanente, os “comedores inúteis” – *useless eaters* – (OLIVEIRA, 2015).

O método usado, em uma primeira fase, era a exposição dessas pessoas ao gás carbônico; depois foi utilizado o *Zyclon B*, o gás cianeto, já que era mais eficiente. Os nazistas camuflavam os dispositivos de dispersão do gás em chuveiros, assim, os pacientes, segundo relata Viktor Brack<sup>10</sup> (1904-1948) caminhavam calmamente e ficavam esperando a água com seus sabonetes nas mãos. Esse testemunho contradiz frontalmente a propaganda nazista segundo a qual os selecionados para o programa eram pacientes terminais completamente incapazes – eles não poderiam se locomover e tomar banho com tamanha facilidade sem ajuda, como faziam as pessoas descritas por Brack – (OLIVEIRA, 2015).

O programa nazista de extermínio era uma parte do esforço de guerra alemão, concebido para poupar dinheiro e recursos ou garantir espaço para a alocação dos germânicos desempregados ou repatriados. A agenda do programa não era médica, embora tardiamente ela tenha sido justificada a partir de considerações médicas (OLIVEIRA, 2015).

A “eutanásia” praticada pelos nazistas não procurava, de nenhuma forma, proporcionar uma “boa morte” para aqueles pacientes em estado terminal que já não desejavam mais continuar vivendo. Os nazistas não possuíam qualquer sentimento de consideração pelo sofrimento alheio; procuravam, na realidade, realizar o projeto de melhoramento do *Volk* ariano e de eliminar o ‘fardo social’ causado por essas pessoas; reconheciam que o que faziam era o contrário dos interesses dos pacientes e não desejavam justificar isso publicamente; para camuflar suas práticas, falsificavam os atestados de óbitos (OLIVEIRA, 2015).

Para os nazistas, se esses excluídos não possuíam valor enquanto vivos poderiam ser utilizados depois de mortos. Seus corpos e, preferencialmente, o cérebro, foram enviados a várias universidades para serem objeto de pesquisa científica. Um grande número de indivíduos selecionados para o programa de extermínio também foi utilizado como cobaias

---

<sup>10</sup>Viktor Herman Brack um dos responsáveis pelo programa T4. *Oberführer* (coronel sênior) na SS e *Sturmbannführer* (major) na *WAFFEN-SS*.

em uma pesquisa denominada “experiência terminal humana”, na qual, para a experiência ser bem sucedida o resultado teria que ser a morte (OLIVEIRA, 2015).

Nesses programas, foram desenvolvidos muitos métodos de esterilização, métodos de extermínio individual através da inoculação de bacilos; testava-se a eficiência do assassinato através da utilização de vários tipos de venenos, dentre muitas outras experiências cujo objetivo consistia em encontrar métodos de execução rápida, 100% eficientes, imperceptíveis e que, em casos de autópsias, produziram resultados indicativos de morte natural (OLIVEIRA, 2015).

O programa de “eutanásia” nazista começou destinado apenas a pacientes internados e em estado grave, mas, com o tempo ganhou dimensões gigantescas, teria sido o instrumento usado para o treinamento de pessoal e desenvolvimento dos métodos que seriam empregados para os extermínios eugênicos ocorridos nos campos de concentração (OLIVEIRA, 2015).

Estimativas dão conta de que foram esterilizadas compulsoriamente entre 260 a 360 mil pessoas e 70 mil pessoas foram “eutanasias” pelo programa T4 (Figura 18). Este foi encerrado em 1941 (Figuras 19 e 20), após padres denunciarem nas igrejas, durante as missas, o projeto de eutanásia. Por isso, alguns membros da Igreja Católica chegaram a ser visitados pela Gestapo, a polícia secreta do III *Reich* (MEDEIROS, 2020).

Figura 18 – Vítimas do programa T4



Fonte: Domínio Público

Figura 19 – Os idealizadores do programa T4



Legenda: da esquerda para direita: Dr. Viktor Brack, Dr. Philipp Bouhler e Dr. Karl Brandt.

Fonte: Domínio Público

Figura 20 – Monumento as vítimas do programa T4



Fonte: University of South Florida

## 2.7 O HOLOCAUSTO E O FIM DO REICH DE MIL ANOS

Na chamada da manhã de 22 de junho, um prisioneiro chamado Witold notou uma atmosfera nova e estranha no campo de concentração de Auschwitz. Os guardas pareciam quietos, abatidos, como se estivesse com medo, os oficiais da SS fumavam em pequenas rodas e pareciam nervosos. Os *kapos*<sup>11</sup> não bateram tanto nos prisioneiros quanto o habitual. A notícia se espalhou com rapidez: a Alemanha tinha invadido a União Soviética (...). O ódio de Hitler à União Soviética era bem conhecido, mas a ideia de que os alemães abririam uma

<sup>11</sup>Os *Kapos* eram prisioneiros designados pela SS como chefes de barracão, no qual se encarregavam da ordem e da disciplina de um determinado grupo de prisioneiros. Era uma função de privilégio e os prisioneiros que a exerciam eram conhecidos pelo uso excessivo da violência, com raras exceções.

segunda frente parecia inacreditável. No entanto a rádio BBC de Londres confirmou que nas primeiras horas da manhã a Alemanha tinha atacado a União Soviética com o maior exército já montado: quatro milhões de homens retirados das potências do Eixo e seiscentos mil tanques e veículos motorizados espalhados por um front de mil e seiscentos quilômetros. Em seu rastro, a *Einsatzgruppen* da SS – Esquadrões da morte – e unidades policiais militarizadas seguiam as operações de “limpeza” dirigidas aos agentes comunistas e homens judeus em idade militar que fossem acusados de ser simpatizantes (Figura 21). Hitler ainda não havia concebido a Solução Final, mas acreditava que o comunismo era uma invenção judaica que pretendia subjugar a raça ariana e que os judeus eram, portanto, alvos que deveriam ser eliminados. Chegara a hora, Hitler anunciou. Em poucas semanas, a SS também estava atirando em mulheres e crianças judias, em um primeiro passo na direção do genocídio e da limpeza eugênica (FAIRWEATHER, 2019).

Figura 21 – Assassinatos de judeus



Fonte: Domínio Público

A guerra, portanto, começou em 1939 como conflito puramente europeu e, de fato, depois que a Alemanha entrou na Polônia, que foi derrotada e dividida em três semanas com a agora neutra URSS, como uma guerra puramente europeia ocidental de Alemanha contra Grã-Bretanha e França. Na primavera de 1940, a Alemanha levou de roldão a Noruega, Dinamarca, Países Baixos, Bélgica e França com ridícula facilidade (Figura 22), ocupando os quatro primeiros países e dividindo a França numa zona diretamente ocupada e administrada pelos alemães vitoriosos, e num “Estado” satélite francês (seus governantes, oriundos dos vários setores da reação francesa, não queriam mais chamá-la de república), com capital num

balneário provinciano, *Vichy*. Só restou em guerra com a Alemanha a Grã-Bretanha, sob uma coalizão de todas as forças nacionais, chefiada por Winston Churchill e baseada na total recusa a qualquer tipo de acordo com Hitler. Foi nesse momento que a Itália fascista decidiu escorregar do muro de neutralidade, onde se sentava cautelosamente seu governo, para o lado alemão (HOBSBAWN, 1995).

Figura 22 – Desfile da *Wehrmacht* em Paris



Fonte: Domínio Público

Para fins práticos, a guerra na Europa acabara. Mesmo que a Alemanha não pudesse invadir a Grã-Bretanha, devido ao duplo obstáculo do mar e da Real Força Aérea, não havia possibilidade de uma guerra em que os britânicos pudessem retomar ao continente europeu, quando mais derrotar a Alemanha (HOBSBAWN, 1995).

As tentativas britânicas de ampliar a guerra nos Bálcãs levaram à esperada conquista de toda a península pela Alemanha, incluindo as ilhas gregas. A Alemanha cruzou de fato o Mediterrâneo para a África, quando pareceu que sua aliada Itália, ainda mais decepcionante como poder militar na Segunda Guerra Mundial que a Áustria-Hungria na Primeira, ia ser inteiramente expulsa de seu império africano pelos britânicos, que lutavam a partir de sua base principal no Egito. O África *Korps* alemão, sob um de seus mais talentosos generais, Erwin Rommel (1891-1944), ameaçou toda a posição britânica no Oriente Médio (HOBSBAWN, 1995).

A guerra foi revivida pela invasão da URSS por Hitler em 22 de junho de 1941, a data decisiva da Segunda Guerra Mundial; uma invasão tão insensata – pois comprometia a Alemanha numa guerra em duas frentes – que Stalin simplesmente não acreditava que Hitler pudesse contemplá-la. Mas para Hitler a conquista de um vasto império territorial oriental,

rico em recursos e trabalho escravo, era o próximo passo lógico, e, como todos os outros especialistas militares, com exceção dos japoneses, ele subestimou espetacularmente a capacidade soviética de resistir. Não, porém, sem certa plausibilidade, em vista da desorganização do Exército Vermelho pelos expurgos da década de 1930, da aparente condição do país, dos efeitos gerais do terror, e das intervenções extraordinariamente ineptas de Josef Stalin (1878-1953) na estratégia militar. Na verdade, os avanços iniciais dos exércitos alemães foram tão rápidos e pareceram tão decisivos quanto as campanhas no Ocidente. No início de outubro, estavam nos arredores de Moscou, e há indícios de que, durante alguns dias, o próprio Stalin ficou desmoralizado e pensou em fazer a paz. Mas o momento passou, e as simples dimensões das reservas de espaço, força humana, valentia física e patriotismo russos, e um implacável esforço de guerra derrotaram os alemães e deram à URSS tempo para se organizar efetivamente, sobretudo por deixar que os muitos talentosos chefes militares (alguns deles recém-libertados de *gulags*<sup>12</sup>) fizessem o que achavam melhor. Os anos de 1942-45 foram a única vez em que Stalin fez uma pausa em seu terror (HOBSBAWN, 1995).

Uma vez que a guerra russa não se decidira em três semanas, como Hitler esperava, a Alemanha estava perdida, pois não estava equipada nem podia aguentar uma guerra longa. Apesar de seus triunfos, tinha, e produzia muito menos aviões do que mesmo a Grã-Bretanha e a Rússia, sem contar os Estados Unidos. Uma nova ofensiva alemã em 1942, após o inverno terrível, pareceu tão brilhantemente bem-sucedida como todas as outras, e levou os exércitos alemães a fundo no Cáucaso e ao vale do baixo Volga, mas não podia mais decidir a guerra. Os exércitos alemães foram detidos em Stalingrado no verão de 1942. Depois disso, os russos começaram por sua vez o avanço, que só os levou a Berlim, Praga e Viena no fim da guerra. De Stalingrado em diante, todo mundo sabia que a derrota da Alemanha era só uma questão de tempo (HOBSBAWN, 1995).

Nos anos de 1943 e 1945, vimos que as principais potências aliadas – EUA, URSS e Grã-Bretanha – decidiram a divisão dos despojos da vitória e (sem muito sucesso) tentaram determinar suas relações umas com as outras depois da guerra: em Teerã, em 1943; em

---

<sup>12</sup>A palavra *Gulag* é acrônimo de *Glavnoe Upravlenie Lagerei* (Administração Geral dos Campos) que eram campos de trabalhos forçados na Rússia. Os primeiros campos soviéticos surgiram durante a Guerra civil: Em 1919, havia 21 colônias registradas na Rússia. No ano seguinte, eram 107 unidades. Na URSS, as vítimas foram primeiro a “gente de antes” (supostos partidários do antigo regime) e depois os “inimigos do povo”, termo vago que viria a abranger não apenas os pretensos opositores políticos do regime, mas também certos grupos nacionais e étnicos (CHAVES,2018).

Moscú, no outono de 1944; em Ialta, na Criméia, no início de 1945; e em Potsdam, na Alemanha ocupada, em agosto de 1945 (HOBSBAWN, 1995). “Quem mata prisioneiros de guerra nunca vencerá o conflito. Quando a outra parte descobrir, será uma luta até a morte” (FAIRWEATHER, 2019, p. 152).

As vitórias do Exército alemão nos dois primeiros anos da guerra entregaram nas mãos de Hitler as populações judias de grande parte da Europa. No período inicial do conflito, os alemães criaram vários guetos na Polônia, o maior deles em Varsóvia, onde pelo menos 40.000 judeus morreram de inanição em 1941. As conquistas feitas pela Alemanha na União Soviética no verão de 1941 resultaram na “Solução final”, eufemismo utilizado para denominar o extermínio dos judeus europeus (WILLMONT, 2008).

A Solução Final foi sistematizada em janeiro de 1942, numa conferência secreta no subúrbio de Berlim de Wannsee presidida por Reynhard Heydrich (1904-1942), subchefe da SS. Heydrich industrializou a matança, montando campos de extermínio com base no sistema de campos de concentração já existente. Foram construídos conjuntos de campos na Polônia, como Treblinka, Belzec, Maidanek, Sobibor e Auschwitz-Birkenau. Adolf Eichmann (1906-1962) e seus subordinados organizaram o transporte de judeus, eslavos, soldados do Exército Vermelho prisioneiros de guerra, ciganos, presos políticos e homossexuais para esses e outros campos. Estes eram provenientes de toda a Europa ocupada, como mostram os meticulosos registros de tráfego ferroviário, que forneceram muitos detalhes aos historiadores da Solução Final. Como alguns campos estavam ligados a complexos industriais administrados pela SS, os prisioneiros considerados capazes de trabalhar ao chegarem eram contemplados com um adiamento da execução. Os demais – velhos, doentes e crianças – eram gaseados. Auschwitz atingiu a marca de 12.000 vítimas por dia (WILLMONT, 2008).

Figura 23 – Reynhard Heydrich



Fonte: Domínio Público

Em abril de 1943 houve rebelião e fuga em massa em Treblinka, ponto de destinação de muitos judeus poloneses. No mesmo mês, as tropas alemãs encarregadas de esvaziar o gueto de Varsóvia se depararam com resistência armada. A luta terminou em meados de maio. Cerca de 13.000 judeus morreram, e os sobreviventes foram levados para campos de extermínio. Os soviéticos ocuparam muitos outros campos nos meses seguintes, inclusive Auschwitz (WILLMONT, 2008).

A Solução Final levou à morte aproximadamente 5.700.000 de judeus, isto é, cerca de 40%, da população judia mundial, bem como um milhão de pessoas não-arianas ou consideradas indesejáveis pelos nazistas (WILLMONT, 2008).

O plano soviético para 1945 exigia uma continuação dos ataques na Prússia Oriental e na Hungria. O golpe principal, porém, seria uma ofensiva atravessando o rio Vístula, na Polônia, tendo Berlim como alvo (Figura 24). O serviço de inteligência alemão descobriu o plano e alertou Hitler. Heinz Guderian (1888-1954), chefe de Estado-Maior do Exército, recomendou a evacuação do Grupo de Exército Norte, que estava isolado na península da Curlândia, e a redução das forças na Noruega com o propósito de fortalecer as defesas no Vístula. Mas Hitler não considerou nada disso. Após a fracassada ofensiva das Ardenas, sua preocupação principal era Budapeste, que – com sua grande guarnição alemã – estava sob o cerco do Exército Vermelho. Uma tentativa de suspender o cerco durante o mês de 1945 fracassou, e a cidade caiu em meados de fevereiro (WILLMONT, 2008).

O principal ataque soviético cruzando do Vístula foi iniciado em 12 de janeiro e logo ganhou ímpeto, isolando mais as forças alemãs na Prússia Oriental e chegando ao rio Oder no fim do mês. As tropas soviéticas tinham sido inflamadas por uma propaganda pedindo que elas exigissem vingança pelos sofrimentos que seu país havia suportado nas mãos dos alemães. Logo, vários refugiados alemães rumavam para o oeste, trazendo com eles histórias horríveis de estupro, assassinato e pilhagem. Isso serviu para aumentar a percepção de que o III *Reich* estava enfrentando o seu *Armagedon* (WILLMONT, 2008).

Figura 24 – Exército Vermelho em ação



Fonte: Domínio Público

No Oeste, os Aliados logo recuperaram o terreno que haviam perdido durante a contra-ofensiva alemã nas Ardenas (Figura 25) e avançaram numa frente ampla em direção ao Reno. Mas, o tempo frio e a resistência alemã, sempre resoluta, fizeram com que o avanço fosse lento. As forças estratégicas de bombardeiros dos aliados se concentravam em alvos de transporte e petróleo, mas, para ajudar a ofensiva soviética, elas também atacaram cidades na parte oriental da Alemanha, especialmente Dresden, onde pelo menos 25.000 pessoas foram mortas numa única noite (WILLMONT, 2008).

Figura 25 – Batalha das Ardenas



Fonte: Domínio Público

Várias rendições totais por parte da Alemanha estavam ocorrendo. As forças alemãs no norte do país e na Dinamarca se renderam ao general Montgomery (1887-1976). Em oito de maio foi decretado como Dia da Vitória na Europa, embora as hostilidades só tenham terminado formalmente no dia seguinte. Mesmo assim, o combate continuou na Tchecoslováquia, na Áustria e na Croácia até 14 de maio, quando o grupo de Exército E dos

alemães se rendeu às forças do líder da resistência Tito (1892-1980) na Iugoslávia (WILLMONT, 2008).

Dönitz teve permissão de permanecer no posto tempo suficiente para assegurar que os submarinos no mar recebessem ordens de atacar em portos Aliados para se render. Dönitz foi preso no dia 23 de maio, marcando o fim do III *Reich* (WILLMONT, 2008).

No seu aniversário de 56 anos, em 20 de abril de 1945, o *Führer* apareceu em público pela última vez quando encontrou com jovens defensores que faziam parte da *Volkssturm*<sup>13</sup> (Figura 26), nos jardins da Chancelaria do III *Reich*. No *Bunker*, a noite se fundia com o dia, com as últimas conferências militares indo com frequência até as seis horas da manhã. Em 15 de abril, Hitler ganhou a companhia de sua amante, Eva Braun (1912-1945) que vivia na Chancelaria desde meados de março (WILLMONT, 2008).

Figura 26 – Volkssturm



Fonte: Domínio Público

Nas primeiras horas do dia 29 de abril, Hitler ditou seu testamento final e se casou com Eva Braun. Por volta das 15h30 do dia 30, ele e sua agora esposa cometeram suicídio juntos. Hitler mordeu uma cápsula de cianureto e se matou com seu revólver Walther 7,65mm (Figura 27) (WILLMONT, 2008).

---

<sup>13</sup>Volkssturm – Tormenta do povo – criados por Josef Goebbels, esta era uma forma de guarda nacional para a qual todos aqueles que ainda não haviam servido com idade entre 16 e 60 anos. Como a vasta maioria estava em ocupações reservadas na indústria, o treinamento ficava restrito a quatro horas aos domingos. Com os soviéticos perto de Berlim, eles seriam mobilizados para a defesa final do Reich (WILLMONT, 2008).

Figura 27 – Hasteamento da bandeira soviética no Reichstag



Fonte: Domínio Público

Hitler está morto. E junto com ele o maior projeto de racismo da história humana. Aplicando conceitos do “bem-nascer” de Galton com teorias de místicos e esotéricos, Hitler com seu ódio e insanidade promoveu juntamente com outros partidários atrocidades em nome de uma raça, a sua raça ariana.

Na sua avaliação, o mundo mental nazista estava intimamente ligado à ecologia e a uma visão radical do darwinismo social. As raças humanas estavam numa guerra total pela sobrevivência num mundo em que os recursos – especialmente, a terra, fonte dos alimentos – eram escassos. Hitler, nesse sentido, teria rompido radicalmente com a tradição humanista que afirmava que os homens são diferentes dos animais e da natureza por serem capazes de imaginar e criar novas formas de associação além da concorrência e da disputa (BERTONHA, 2017).

O saldo final da Segunda Guerra Mundial foi de aproximadamente 60 milhões de mortos. A Alemanha ficou destruída e depois foi dividida entre as potências vencedoras. A humanidade ainda veria a destruição nuclear de duas cidades japonesas – Hiroshima e Nagasaki – realizado pelos Estados Unidos da América para pôr fim ao conflito no Pacífico. Logo, o mundo passaria a temer não a eliminação de uma raça especificamente e sim de toda a vida na Terra.

A revelação das atrocidades nazistas desacreditou a eugenia científica e eticamente, e fez com que a palavra desaparecesse abruptamente do uso. No entanto, a eugenia não

desapareceu, mas se refugiou em muitos casos sob o rótulo de “genética humana” (GUERRA, 2006).

### 3 O MOVIMENTO EUGÊNICO NA TERRA BRASILIS – DELÍRIOS E CONTROVÉRSIAS

#### 3.1 PANORAMA DA EUGENIA NA EUROPA E AMÉRICA LATINA

Na década de 1890, em plena *belle époque*, o mundo já estava sob domínio imperial inglês, com suas políticas intervencionistas, civilizatórias, excludentes e eugênicas. Pudemos observar que a eugenia teve sua gênese a partir de três condições específicas no mundo ocidental, sobretudo nos países industrializados da Europa e nos Estados Unidos: as condições políticas sociais fundamentadas na teoria do darwinismo social de Herbert Spencer; a reversão do liberalismo político que se transformou em intervencionismo civilizatório excludente; e a consolidação do paradigma darwinista como evolução biológica da espécie (ALMEIDA, 2019).

Tais condições expressavam alguns movimentos políticos como a ascensão da democracia, o imperialismo inglês sobre o mundo moldando a cultura ocidental, a intensa migração intercontinental, o otimismo da sociedade com o progresso, o triunfo das ciências naturais sob o domínio da biologia e as perspectivas favoráveis da saúde pública frente as epidemias, com a ciência da microbiologia, mais especificamente da bacteriologia e a ascensão da higiene como prática de saúde pública voltada à sociedade ocidental (ALMEIDA, 2019).

Com o movimento de consolidação do sistema capitalista no mundo ocidental desde o século XVI e seu reforço sob a hegemonia inglesa no século XIX, legitimada desde meados do século XVIII com a revolução Industrial, o último quarto do século em estudo nesse texto, foi a afirmação do poder capitalista e científico, tanto no que diz respeito a ações voltadas à economia liberal quanto a ações e intervenções de políticas excludentes, vis a vis o poder imperial vitoriano como movimento totalitário intervencionista, na ocasião da definição dos Estados nacionais. Este foi um período da história do mundo em que a sociedade viveu numa transição a respeito dos valores nacionais, sociais e morais. Todos os aspectos da vida estavam se transformando, ao mesmo tempo em que existia uma biologização da sociedade, amalgamando o projeto eugênico (ALMEIDA, 2019).

A ideologia eugênica significou, neste sentido, marcante suporte para o racismo, xenofobia e antissemitismo no cerne da sociedade civil euro-americana, fornecendo as bases ideológicas-sociais para a legitimação da eugenia, dando impulso fundamental para sua legitimação sob bases científicas (ALMEIDA, 2019).

Levando-se em consideração a transitoriedade deste momento da história podemos apontar três aspectos: A sociedade civil euro-americana vivia um crescente otimismo decorrente do ideal de um novo mundo, moderno, que se concretizava em todos os aspectos da vida, ao mesmo tempo em que vivia um pessimismo que se fazia sentir pelas políticas econômicas repressivas; a sociedade política preocupava-se com a formação da identidade nacional dentro do movimento de conformação e delimitação do Estado moderno, que focava a ordem e o progresso sob a higiene das cidades e de suas populações e o último aspecto a sociedade científica consolidava o paradigma darwinista, fornecendo a legitimação da ideologia eugênica como ideia de aperfeiçoamento biológico da espécie humana e da sociedade, em íntima conexão com a ideia de construção de uma raça pura, perfeita, ariana, que, crescentemente, se tornava possível através da crença na ciência que se afirmava como uma verdadeira fé (ALMEIDA, 2019).

A eugenia, em 1900, já estava incorporada no inconsciente coletivo da sociedade ocidental. Em poucos anos começaria a ser aplicada na educação, de maneira geral e na prática médica com legitimidade mundial. A eugenia passou a fazer parte do senso comum, para a estruturação de uma nação constituída de indivíduos higiênicos e puros, arianos em essência, o que era considerado o ideal da sociedade moderna (ALMEIDA, 2019).

Durante muito tempo, a América Latina foi encarada como mera consumidora de ideias científicas estrangeiras produzidas nos países centrais. No caso da eugenia, prevalecia a impressão de que aqui não haveria um desenvolvimento dessa ciência nem a aplicação sistemática de práticas inspiradas por ela (MISKOLCI, 2006).

As ideias políticas conservadoras nacionalistas e racistas se dividiu em dois ramos. Grã-Bretanha, Alemanha e Estados Unidos formavam o ramo “duro” da eugenia, o qual se baseava na concepção de Mendel sobre a hereditariedade. Segundo essa concepção, a hereditariedade não sofria influência do meio e, portanto, a preservação da “pureza” de certas “raças” era uma necessidade para evitar o fantasma da degeneração (MISKOLCI, 2006).

Degeneração era um termo usado pela medicina social até o Holocausto para descrever tudo o que ela considerava um desvio da normalidade de fundo hereditário e sem cura. Suas supostas manifestações iriam desde estigmas físicos como estrabismo, orelhas imperfeitas, crescimento atrofiado até doenças mentais como histeria, pessimismo, apatia, impulsividade e completa falta de senso sobre o certo e o errado. O termo degenerado tornou-se o rótulo para a outra essência da patologia, o fardo de uma condição congênita: logo, sem a menor possibilidade de cura e diante da qual nenhum esforço para revertê-la valeria a pena. Deve-se

sublinhar que degeneração e degenerado são termos que expressam o poder da eugenia e outros saberes e práticas congêneres, como a sexologia e a criminologia, de discriminarem aqueles que classificavam como inaceitáveis segundo seus padrões hegemônicos de identidade (MISKOLCI, 2006).

Na América Latina, região apontada por eugenistas europeus e norte-americanos como exemplo primário de degeneração racial, a incorporação das ideias e práticas eugênicas poderia incorrer na pura e simples aceitação de teorias sobre nossa inferioridade. Porém, ao contrário, aqui se deu a constituição de um ramo “macio” da eugenia, influenciado pelas teorias de Lamarck e, portanto, pela ideia de que a hereditariedade era determinada tanto por fatores internos (ou raciais) quanto por fatores externos: a influência do meio. Percebe-se assim a razão pela qual a versão dura resultou em práticas de controle da reprodução que chegaram até mesmo ao extermínio de grupos étnicos enquanto na América Latina a eugenia originou particularmente políticas públicas de higienização do espaço urbano e controle matrimonial (MISKOLCI, 2006).

As técnicas mais conhecidas de “aprimoramento da raça” foram as adotadas pelos adeptos da eugenia mendeliana: esterilizações, segregação sexual compulsória e eutanásia. Na Argentina, no Brasil e no México predominou uma versão chamada “eugenia matrimonial”, a qual enfatizou formas de controle baseadas em exames médicos e certificados pré-nupciais. O único país latino-americano a empreender a esterilização foi o México, enquanto na Argentina discutiu-se com seriedade a emissão de cartões de identidade biotipológica, os quais definiram e imporiam a escolha de parceiros reprodutivos considerados compatíveis. O racismo e o pressuposto sobre o direito da ingerência estatal e ou médica na vida sexual e reprodutiva dos indivíduos retratam o contexto social e histórico autoritário em que se desenvolviam tais ideias e, infelizmente, também políticas públicas (MISKOLCI, 2006).

### 3.2 A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL DO FINAL DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO SÉCULO XX

O historiador e escritor José Murilo de Carvalho em seu celebre livro narra o seguinte episódio emblemático da história brasileira:

O golpe militar de 15 novembro expôs com clareza a alienação do Imperador em relação à política e a perda de controle da situação por parte do governo. O visconde de Ouro Preto, presidente do último Conselho de Ministros, assumiu em 7 de junho de 1889. O ministério anterior de João Alfredo fora nomeado exclusivamente para fazer a abolição. Realizada esta, não teve mais apoio da Câmara conservadora. Não lhe tendo o Conselho de Estado concedido a dissolução, pediu demissão. Pedro II, já de volta ao governo,

buscou outros conservadores para organizar o novo ministério, mas nenhum conseguiu unir o partido, dividido pela abolição. Voltou-se, então, para os liberais. O político liberal em quem mais confiava era Saraiva. Teve com ele uma longa conversa. Muito franco, Saraiva lhe disse que a república estava perto, mas preocupava-se com o fato de o país não se estar preparado para ela. Poderia surgir uma situação de anarquia. Achava por isso importante que se fizessem reformas para lhe preparar o caminho (CARVALHO, 2007, p. 203).

A essa altura, o imperador lhe perguntou qual seria, na hipótese da República, o destino do reinado da filha. Saraiva, tão arguto quanto Cotejipe, embora menos conservador, retrucou que o reino de Isabel não era deste mundo. Exprimiu numa frase a opinião quase geral, mesmo entre os monarquistas, de que a herdeira se preocupava mais com a religião do que com política, ou via a política como dependente da religião. Acrescentou ainda Saraiva que o conde d'Eu tampouco era benquisto, sobretudo pelos negócios de aluguel de estalagem em que se metera (CARVALHO, 2007, p. 203-204).

A grande redentora e simpática Isabel ao assinar a Lei Aurea estava fechando um ciclo na história da política do Brasil. O Império sem o apoio da aristocracia cafeeira do Vale do Paraíba era insustentável. Ventos republicanos sopravam fortes e muitos jovens militares e veteranos da sangrenta e desastrosa guerra do Paraguai conspiravam abertamente pela república. No bojo dessa mudança surgia uma pergunta: O que seria do escravo liberto?

Os debates que mobilizavam a intelectualidade brasileira do final do Século XIX e começo do XX expressavam a medida da dificuldade de se formular, à época, interpretações do país e, sobretudo, de sua composição étnica, que não tivessem uma forte carga racista. Com efeito, o apoio nas teorias raciais em voga parecia definir o próprio estatuto de cientificidade (COSTA, 2006).

Ao longo do século XIX, a escravidão foi a grande questão do Brasil, tratada por alguns como uma instituição arcaica que atrapalhava o desenvolvimento econômico e social, além disso, ainda era um empecilho à imigração europeia. Findando o sistema escravista, o problema agora não era mais a escravidão como instituição retrógrada, mas os negros e seus descendentes, classificados como raças inferiores. A questão racial tornou-se tão forte no final do século XIX, que se acreditou que com a entrada maciça de imigrantes europeus no país a população brasileira, ao longo dos anos, iria se embranquecer (GUIMARÃES, 2008).

A “questão racial” foi matéria de análise de diversos pensadores brasileiros durante a virada do século XIX para o XX e se entrelaça com o cientificismo em formação no Brasil. A ciência no país desempenhou um papel importante na tentativa de compreensão do seu sentido dentro de nação. Os decênios finais do século XIX apontaram para uma visão biológica do conceito “racial” pra o entendimento da “nação” e, por isso, as teorias científicas como o

darwinismo/evolucionismo entraram em voga na pauta dos que analisaram os “problemas raciais”. Logo, no final do século XIX o que se “consumia” no Brasil eram os modelos evolucionistas e social-darwinistas, que além de popularizados no meio científico justificaram práticas imperialistas de dominação (CARVALHO, 2014).

Este período de ascensão das ciências contribuiu dentro dos limites do Brasil para uma série de investimentos que abriram ainda mais o leque de “progresso” e desenvolvimento das ciências em expansão no país. Um ambiente nacional composto por um clima variado, povos de diferentes características físicas e com diversos problemas na estruturação social, implicava numa visão científica para tentar resolver os aspectos que alguns consideravam como preocupantes para a nação. As ideias importadas acarretariam um agravante adicional para o “enigma brasileiro”: a “mestiçagem”. De modo geral, para muitos intelectuais do exterior – das quais as ideias eram importadas como Henry Tomas Buckle (1821-1862), Louis Agassiz (1807-1873) e Arthur de Gobineau (1816-1882) –, o Brasil era considerado doente por natureza (CARVALHO, 2014).

A imagem do “povo brasileiro era um debate frequente da intelectualidade na procura de uma homogeneidade nacional, pois era necessário um “diagnóstico para a nação”. Diagnosticando os problemas nacionais seria possível agir e corrigi-los, na tentativa de almejar uma nação progressista e soberana. Para isso, foram construídos institutos, financiados estudos e escolas, que deram um caráter científico para o Brasil que, ao passo que se modernizaram como instituições, estabeleceram relações do “pensar racial” dando a si mesmos ares de legitimidade (CARVALHO, 2014).

O racismo científico brasileiro espelha precisamente o paradoxo que vivia o país, premido, por um lado, pela condição de objeto do discurso etnológico europeu e, por outro, pelo desejo de produção de um discurso nacional, como sociedade histórica (GUIMARÃES, 2008).

O escritor e antropólogo Mércio Gomes vai analisar e tecer comentários sobre a novel ciência brasileira:

O que veio a prevalecer com muito poder de persuasão e dominação no Brasil, como teoria científica da nação, foi uma visão derivada dos desdobramentos da teoria da evolução. Pelo último quartel do século XIX, havia desabado sobre a consciência dos brasileiros a ideia de que a nacionalidade brasileira era fundamentalmente negra, índia e branca (uma mistura de um modo quase bizarro), ainda que houvesse alguma pureza de cada sangue em uma grande porcentagem de pessoas. Não dava para repatriar os negros, ainda que algumas famílias tivessem regressado à África

(Nigéria e Guiné-Bissau), nem esconder os índios para algum território remoto. Nossa elite social e econômica era constituída de indivíduos que se diziam brancos, muitos deles “brancos baianos” (em que o sangue negro misturado era disfarçado ou revelado pelo posicionamento social), mas havia evidentes mulatos e mestiços por todos os lados. O que isso significava? (GOMES, 2019, p. 309).

Se fizessem essa pergunta a um Machado de Assis, André Rebouças, José do Patrocínio ou Luiz Gama (mulatos bem-sucedidos socialmente, como tantos no último segmento temporal do Império), eles certamente teriam uma resposta mais temperada. Talvez formulassem uma visão de mestiçagem em ascensão: Machado evitava essas conversas; Luiz Gama estava em campanha pela abolição; e Rebouças, de tão fiel ao imperador, partiu com ele para o exílio. Entretanto, para os iniciantes e inseguros cientistas brasileiros do fim do século XIX, naturalistas que começavam a se especializar em temas mais específicos, como zoologia, botânica ou antropologia, engenheiros que se interessavam pela geologia, química e física, médicos que pesquisavam vírus e bactérias e se preocupavam com epidemiologia, demografia, raças e criminalidade, eis que surgia a versão mais feroz do evolucionismo biológico que dominava a Europa e explicava as diferenças raciais, a degeneração dos mestiços, a inferioridade de inteligência, a selvageria congênita e a civilização exclusiva (GOMES, 2019, p. 310).

Entretanto, alguns dos epígonos de Darwin, como Herbert Spencer; Francis Galton (que criou a pseudociência da eugenia); o criminólogo italiano Cesare Lombroso e o diplomata francês conde Arthur Gobineau (que viveu durante um ano no Brasil, 1869-1870, e desprezava completamente os brasileiros, todos considerados mestiços degenerados e feios, exceto dom Pedro II, que tinha olhos azuis e cabelos louros, e era seu amigo) tiveram uma arrasadora influência racista sobre os nossos primeiros cientistas. Essas personalidades europeias articularam um discurso cheio de conjecturas e teorias científicas sobre o que constitui raça, mestiçagem, desigualdade racial, suas causas, efeitos e consequências demográficas, sociais e morais. Esse discurso deflagrou uma corrente, um paradigma de análise que é conhecido como “darwinismo social”, com o perdão de Charles Darwin (GOMES, 2019, p. 310).

O Darwinismo social teve grande influência, inclusive, no Brasil. O escritor Euclides da Cunha (1866-1909), autor do aclamado *Os Sertões* (1902), presenciou, como correspondente pelo jornal *O Estado de São Paulo*, a fase final da Guerra de Canudos (1896-1897) – movimento popular de fundo sociorreligioso liderado por Antônio Conselheiro (1830-1897) no interior da Bahia. A obra de Euclides da Cunha, criada graças a sua presença e experiência no sertão durante o massacre da jovem República contra a pequena aldeia, se baseia na imagem do sertanejo nordestino e sua luta contra a seca e a miséria, na sua relação com o seu meio ambiente, além de sua controversa convivência com as elites locais (FREITAS, 2013).

Em *Os Sertões*, que também pode ser encarada como um estudo de geografia e história, Euclides da Cunha deixa clara a influência recebida de vários pontos do darwinismo

social em sua obra: o determinismo geográfico, o fator hereditário e a crença numa hierarquização entre as diferentes raças. Acreditando na existência de três diferentes raças em nosso país; a saber: a branca, a negra e a indígena, que também estavam divididas hierarquicamente, ele dizia que: “Adstrita às influências que mutuam, em graus variáveis, três elementos étnicos, a gênese das raças mestiças do Brasil é um problema que por muito tempo ainda desafiará o esforço dos melhores espíritos. Está apenas delineando. E defensor da homogeneidade racial – ou no caso do Brasil, da diminuição da mistura sanguínea entre as “raças” – acreditava, como Hitler, que a miscigenação racial “abastardava” e degenerava a raça superior (FREITAS,2013):

A mistura de raças mui diversas vezes é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas do inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e Brasilio-guarani ou tapuia exprimem estádios evolutivos que se fronteiavam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço – traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre, um desequilibrado (CUNHA, 2010, p. 122).

O alvorecer do século XX trouxe em seus primeiros raios as permanências das teorias do século anterior, na tentativa de compreender o aspecto “racial” brasileiro. As explicações das “degenerações” pressupunham cada vez mais novas elucidaciones: o índio, o negro, o sertanejo, as doenças, a sujeira, a pobreza, enfim, o “retrato” do Brasil ganhava, por vezes, novas e mais pinceladas, ao passo que sua reconstituição perpassava pelas mãos dos mais diversos intérpretes da nossa sociedade. Euclides da Cunha foi um desses pintores do quadro do país. Em sua obra, *Os Sertões* (1902), contribuiu com um livro cheio de paradoxos como, entre outros, o que se origina das tensões entre textos científicos e obra ficcional. Os determinismos do meio e da “raça”, o pessimismo com relação ao mestiço, e a noção do sertanejo como distante da civilização, compunham esta obra que angariou sucesso de tiragem em pouco tempo de publicação. Independente das críticas recebidas pelas gerações seguintes, Euclides da Cunha nos ilustra em sua literatura uma forma de pensar em relação à ciência da sua época (CARVALHO, 2014).

Entre os cientistas brasileiros mais afetados pelo darwinismo social, em uma posição de relevo, está o médico tornado antropólogo Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), nascido no Maranhão, formado em medicina nas faculdades da Bahia e do Rio de Janeiro, e que viveu sua vida adulta e profissional na Bahia. Pelos títulos dos principais trabalhos publicados por Nina Rodrigues dá para estimar sua visão sobre a presença dos negros e

mestiços no Brasil: As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil; Mestiçagem, degenerescência e crime; Antropologia patológica: os mestiços, e tantos outros. Nina Rodrigues foi o grande responsável pela instalação de institutos de medicina legal como forma de reconhecer criminosos ou delituosos pela raça e seus atributos. Pela simples análise do rosto de uma pessoa já se poderia detectar se ela era ou seria criminoso, e em que grau<sup>14</sup>. O peso do paradigma do darwinismo social era tão grande que Nina Rodrigues não se tremelicava com o fato de, embora filho da elite rural do Maranhão, ter em sua formação genética grossas evidências de sangue negro. Seja como for, Nina Rodrigues via desgraça nas raças inferiores, mas não era um rele racista (GOMES, 2019).

Por mais contraditório que pareça, sua principal e mais duradoura obra *Os africanos do Brasil*, publicado postumamente (1932) por seus discípulos, é um dos primeiros livros brasileiros em que os negros emergem como indivíduos e pessoas, como seres culturais, com origem étnicas e religiosas diferenciadas, com qualidades humanas. Nina Rodrigues teve a sensibilidade de estudar e vivenciar a vida dos últimos africanos originais no Brasil, suas origens étnicas, seus rituais religiosos e suas qualidades humanas. É possível que nos últimos anos de vida, ainda nos seus breves quarenta e poucos anos, Nina Rodrigues estivesse dando uma revirada em sua visada científica sobre negros e mulatos, tornando-a mais sóbria e mais humana. Não teria sido fácil para ele mudar tanto e continuar sendo respeitado como cientista (GOMES, 2019)

Havendo de lembrar que o tempo que vai de 1880 a praticamente 1933 (ano da publicação de *Casa-grande e senzala*), período político da Velha República, é aquele em que foi criada a conhecida e cretina piada sobre Deus ter feito um país maravilhoso, fértil, viçoso, rico em recursos naturais, livre de catástrofes, sem terremotos, sem vulcões, sem tempestades, mas nele ter colocado um “povinho” xucro, ignorante e desgraçado (GOMES, 2019).

Não são poucos os cientistas e escritores, grandes e pequenos, que se declararam desconfortáveis como o povo brasileiro- avaliado em geral por sua feiura, sua pouca inteligência e sua preguiça – sobretudo quando na presença de estrangeiros. Só para citar alguns que fizeram elocuições negativas sobre esses temas: os médicos Carlos Chagas, Oswaldo Cruz, Miguel Couto, Belisário Penna, Artur Neiva, o cientista político Oliveira

---

<sup>14</sup>Exatamente por essa razão que, quando Lampião, Maria Bonita e outros membros do seu bando foram mortos em Angicos, Alagoas, em 1938, suas cabeças foram cortadas e, após serem mostradas pelas cidades do sertão, foram levadas ao instituto de Medicina Legal da Universidade da Bahia, onde ficaram guardadas até serem enterradas por pressão dos novos tempos (GOMES, 2019).

Viana, o educador Fernando de Azevedo, até Roquette-Pinto, que escrevera com tanto sentimento sobre o valor dos índios ainda em 1917, e Monteiro Lobato, o grande escritor infantil, nacionalista e pré-modernista. Diversos deles se empenharam arduamente pelo movimento eugênico que derivava do darwinismo social e se espalhara pelo mundo, criando associações, promovendo medidas políticas e favorecendo a imigração como forma de “branquear” a nação. Os demógrafos até registraram, como em um desejo antecipado, a queda no índice da população negra no censo nacional de 1910 como um bom e forte sinal de uma eventual embranquecimento do Brasil. Pouco se sabia sobre genes à época e, se houve embranquecimento por causa da chegada de imigrantes europeus, os negros, os mulatos e os mestiços continuariam a procriar com o mesmo ardor de sempre e nada drástico haveria de ser perpetrado no Brasil, como foi na Argentina, que desapareceu com seus negros e mulatos, ou na Namíbia, onde foram estabelecidos os primeiros campos de concentração com negros (GOMES, 2019).

Está claro que a abolição da escravidão não significou igualdade social. Como vimos no início do século XX, com as propostas sanitaristas e higienistas, a comunidade negra tornou-se alvo da “limpeza” e, inclusive, a forte crença da sua eliminação por meio das gerações. Era comum, como na fala do médico e filósofo Francisco Soares Franco (1772-1844), ainda no século XIX, algumas sugestões de como os Estados poderiam atuar para um suposto “projeto de branqueamento”. Para ele, “muitos são os meios, de que o legislador se pode servir para acelerar os casamentos dos brancos, e dos mestiços. Esse tipo de referências de um “controle matrimonial” será uma política comum nos processos de eugenia no Brasil. Vale ressaltar como exemplo desde agora – e voltaremos nisso mais adiante –, a frase de Kehl, na obra *Política Eugênica* (1932): “Só motivos acidentais ou aberrações mórbidas fazem um branco se unir com uma negra ou vice-versa” (CARVALHO, 2014).

### 3.3 O MOVIMENTO EUGÊNICO BRASILEIRO – NA VIDA DE RENATO KEHL

O regime getulista havia imposto aos menores de 21 anos um toque de recolher às 21 horas durante a semana e aos domingos. Apenas aos sábados a juventude podia usufruir um pouco mais das noites na capital paulista, já que esses dias eram repletos de bailes e saraus dançantes, organizados no clube Comercial no Jardim América, no Salão Germânia e em escolas de dança. No sofisticado Clube Comercial, no Anhangabaú, o momento mais esperado dessas festas era aquele em que se colocava um tecido sobre as lanternas que iluminavam o salão, deixando o ambiente na penumbra, e cabia, enfim, às moças a escolha dos pares para a dança. Os passos ritmados pelos acordes românticos da orquestra muitas vezes evoluíram para

namoros, noivados e até casamentos. Naquele 9 de julho, esse clima de encantamento foi quebrado pela súbita entrada de um rapaz na pista, que, ofegante, deu o aviso: “Estourou a Revolução! Estourou a Revolução a Revolução!” (LIMA,2018).

Os paulistas perderam a sua revolução diante da enorme desproporção militar frente as tropas federais que cercaram São Paulo provocando o colapso na cidade, juntamente com bombardeiros aéreos. Entretanto, saíram vitoriosos politicamente pois o país ganhava uma Constituição Federal em 1934, dando com isso um certo verniz democrático ao movimento de 30.

Apesar das inúmeras discussões travadas em torno do assunto, a Constituição Federal de 1934 consagrou, em seu artigo 145, o seguinte: ‘uma lei regulará a apresentação pelos nubentes de prova de sanidade física e mental, tendo em atenção às condições regionais do país’; e no artigo 138: ‘Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das legislações respectivas, estimular a educação eugênica’. Ainda sobre esse tema, o deputado Pacheco e Silva (1898-1988), em 3 de junho de 1935, apresentou uma emenda, assim redigida: ‘os estados e municípios incumbir-se-ão, nos termos das leis respectivas, de coordenar e assegurar os serviços sociais, criando para isso os necessários departamentos especializados, com fim de estimular a educação eugênica’ (CASTÁNEDA, 2003).

Os assuntos discutidos na Constituição Federal repercutiram em quase todas as constituintes estaduais; a conveniência de se estimular a educação eugênica foi reconhecida nas diversas assembleias, em que os médicos não constituíram a maioria. A campanha eugênica, que muitas vezes se confundia com a campanha sanitarista, não parou nas últimas assembleias constituintes estaduais: em 1936 foram apresentados dois projetos para a adoção do exame pré-nupcial: um do deputado Nicolau Vergueiro (1882-1956), à Câmara dos Deputados; outro, do Senador Cesário de Melo, ao senado. Nenhum dos dois foram aprovados (CASTÁNEDA, 2003).

No Brasil, as primeiras discussões sobre eugenia surgiram a partir da década de 1910 e se enquadravam na base da maioria das discussões do momento, como a questão da formação da nacionalidade brasileira, e se relacionavam principalmente a questão da saúde, saneamento, higiene e raça (SOUZA, 2005).

O advento da República intensifica-se as expectativas de progresso nacional, mobilizando, cada vez mais, as elites urbanas a buscarem no terreno da ciência os recursos para a identificação das causas dos problemas nacionais e os meios de enfrentá-los. Os

cuidados com a família e a infância convertiam-se em categorias privilegiadas de análise no quadro das preocupações com a nacionalidade, congregando profissionais de áreas diversas. Ao mesmo tempo, os avanços no campo da microbiologia e o êxito alcançado no combate a algumas epidemias abriam caminho à incorporação de “modernas teorias científicas” que prometiam o melhoramento humano, visando, da ótica burguesa, proteger a “boa” estirpe da elite patronal e regenerar as classes populares por meio da higiene e da educação elementar (BONFIM, 2017).

É neste contexto, matizado pelas expectativas de progresso nacional, que a eugenia atraiu a atenção de intelectuais de áreas diversas, prontos a debatê-la e relacioná-la às questões que reconheciam como candentes em sua época, como a determinação das causas do “atraso nacional” e as formas “cientificamente seguras” de saná-las, soluções que variavam, obviamente, em função de perspectivas teóricas e ideológicas (BONFIM, 2019).

No Brasil, o movimento eugênico comportou fundamentações, conceituações, objetivos e propostas de intervenção marcadas pela heterogeneidade de perspectivas em debate. A adesão à eugenia por parte da intelectualidade brasileira, no período em questão, não se traduziu em termos de uma assimilação irrefletida, passiva, mas como uma apropriação mediatizada pelas teorias e ideologias presentes em nossa intelligentsia, sensível, ainda, às demandas internas, às questões que mobilizam amplamente nossa também heterogênea classe intelectual. Como consequência, o Brasil produziu um movimento eugênico polissêmico, abrigando concepções e projetos diversos, alguns mais inclinados à “eugenia negativa” – associada às expectativas de controle do matrimônio e da reprodução humana, à segregação racial e à esterilização eugênica –, outros às perspectivas “positiva” e “preventiva” – em relação direta com a educação, a higiene e o saneamento –, não obstante, vale ressaltar, o contexto interno tenha favorecido, em linhas gerais, o desenvolvimento de uma eugenia mais “branda”, mais alinhada às campanhas sanitárias e educacionais em evidência à época (BONFIM, 2019).

Sumariamente, podemos afirmar que a eugenia no Brasil comportou projetos distintos, gerando polêmicas e debates, confrontando perspectivas mais “brandas”, contempladas em propostas de reforma sanitária e educacional, com concepções mais “severas”, de “eugenia negativa”. O próprio Renato Kehl, em sua trajetória como eugenista, transitou entre uma perspectiva mais inclinada ao binômio educação-higiene e outra mais explicitamente vinculada a proposta “restritivas”, momento em que procurou demarcar, mais rigidamente, os domínios da eugenia no campo da hereditariedade, secundarizando as iniciativas em higiene e

instrução, na consecução dos fins eugênicos, por considerá-las paliativas, sem alcance sobre a raça (BONFIM, 2019).

Renato Ferraz Kehl concentrou grande parte de sua vida para a implantação da eugenia no país. Ele foi responsável pela criação das primeiras instituições eugênicas no Brasil, além de ser o escritor de inúmeras obras responsáveis pela propaganda da eugenia no meio intelectual e político. Dentre essas obras, aqui me detenho daquela que Kehl nomeou como sendo as “lições de Eugenia” que apresenta a radicalização do seu trabalho como eugenista. Ela é o símbolo de sua passagem teórica e prática para uma eugenia ainda mais negativa (FIUZA, 2016).

Filho de Joaquim Kehl e Rita de Cássia Ferraz Kehl, Renato Kehl, apresentado na Figura 28, nasceu na cidade de Limeira, interior paulista, em 22 de agosto de 1889, em um período fortemente marcado pela recente abolição da escravatura, bem como pela crise política que resultaria, poucos meses mais tarde, na transição para o regime republicano. Seu pai era filho de imigrantes alemães, chegados na primeira metade do século dezenove, e alcançou êxito na próspera carreira de farmacêutico, chegando a presidir, em 1920, a Sociedade União Farmacêutica de São Paulo. A carreira bem-sucedida do pai parece ter influenciado as escolhas do filho que ingressou, em 1905, na Escola de Farmácia de São Paulo, formando-se em 1909. No ano seguinte, após assumir por um breve período a farmácia da família, em sua cidade natal, Renato e seu irmão mais novo, Vladimir, ingressaram na prestigiada Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ambos concluindo o curso em 1915 (DIWAN, 2011).

Os anos de estudo na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FM–RJ), na capital federal, o colocou em contato com as modernas ideias em repercussão no meio científico do período, como as teorias de Lamarck, Darwin Spencer e Galton. Particularmente, as ideias deste último e sua discussão sobre transmissão de caracteres à descendência, melhoramento do perfil racial, bem como os temas relativos à evolução, raça e degeneração, tiveram grande influência sobre o jovem acadêmico, marcando sua trajetória futura como médico e eugenista. Os anos passados na FM–RJ também o aproximou de figuras de grande prestígio no meio intelectual e político do período, intelectuais como Miguel Couto, Júlio Afrânio Peixoto e Belisário Penna, nomes que também se destacaram como importantes interlocutores no debate da ciência eugênica no país (BONFIM, 2019).

Figura 28 – Doutor Renato Kehl



Fonte: Domínio Público

Logo após a conclusão do curso de medicina, Kehl regressou à capital paulista onde não demorou a se aproximar da intelectualidade local, incluindo aqueles envolvidos nas campanhas sanitárias que denunciavam o descaso dos governos oligárquicos com a saúde pública. Vale destacar, as primeiras décadas do século comportaram grande instabilidade política, momento de organização de protestos e movimentos, como os que se formaram em torno das cobranças por reformas nas áreas da saúde e da instrução pública (BONFIM, 2019).

Em um período que mobilizou grande parte da intelectualidade na discussão sobre o caráter da identidade nacional – entre argumentos raciais, mesológicos e sociais -, buscando os meios eficazes para colocar o país na marcha do progresso, setores diversos da sociedade brasileira, de matizes políticos e ideológicos igualmente variados, organizavam-se em associações, ligas, movimentos e manifestos cobrando das autoridades o enfrentamento das mazelas nacionais, expondo, assim, uma crescente frustração com a condução do regime republicano (BONFIM, 2019).

Generalizava-se a ideia de que a população brasileira, sobretudo a imensa parcela que habitava a vastidão do país, estava entregue à degeneração, como sugestivamente ilustrava a figura estigmatizada do mestiço Jeca Tatu, de Monteiro Lobato. As causas desta degeneração variavam entre os interlocutores em função dos preconceitos, principalmente o racial, e da adesão a ideias e teorias que circulavam à época, algumas acusando a composição racial do brasileiro, miscigenada, outras apontando as imposições do meio – quando não a uma

combinação de ambas –, com espaço, ainda, para as denúncias acerca da negligência do Estado em promover políticas públicas de saneamento, higiene e instrução (BONFIM, 2019).

Em 1917, a convite dos diretores da Associação Cristã dos Moços de São Paulo, Kehl realizou uma conferência sobre eugenia, episódio que teve caráter inaugural em sua militância em prol da difusão da eugenia no país; a partir de então, o jovem médico empenharia vigorosos esforços em favor daquela “novidade científica”, mantendo-se em evidência no âmbito do estudo e debate das ideias eugênicas no Brasil (BONFIM, 2019).

No final da década seguinte, na conferência que proferiu no Congresso Brasileiro de Eugenia (CBE), em 1929, ao traçar uma retrospectiva da eugenia no país, Kehl apresentou um relato que em muitos pontos assume um caráter biográfico em que se entrelaçam a história da introdução e difusão da ciência eugênica no Brasil e o seu próprio percurso como eugenista, reservando-lhe, nessa narrativa, um lugar privilegiado no desenrolar do movimento eugênico brasileiro (BONFIM, 2019).

A conferência tratou de apresentar a eugenia como uma ciência fundamentada nas modernas leis da hereditariedade, como “*hygiene* raça”, voltada à aplicação social desses conhecimentos científicos em benefício do aperfeiçoamento racial do homem. Nessa tarefa, a educação e a legislação cumpriram papel de destaque, por exemplo, ao impedir os casamentos entre tipos “inaptos”, garantindo-se, dessa forma, as condições para o desenvolvimento eugênico da nação. Em sua exposição, destacou nomes de grande prestígio no campo científico, como Lamarck, Darwin e Mendel – além de Galton, evidentemente – e procurou evidenciar a importância daquela nova ciência no combate a problemas antigos de saúde pública como o alcoolismo, a tuberculose e a sífilis (BONFIM, 2019).

A relação com o direito também foi abordada, enfatizando – se a urgência de uma legislação eugênica para a proteção da família, da raça e da nacionalidade: reclamava a aprovação de leis que estabelecessem a exigência do exame pré-nupcial, de maneira a se proibir o casamento a “indivíduos avariados”, destacando importantes, médicos empenhados na questão, como Souza Lima (1842-1921), Amâncio de Carvalho (1867-1920) e Olegário de Moura (1878-1969) (BONFIM, 2019).

Depois de destacar o avanço da eugenia em países como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Suécia. Kehl defendeu a relevância da imprensa na tarefa de pôr em circulação as ideias eugênicas. De fato, essa divulgação científica parece ter sido uma das principais frentes de atuação destes eugenistas; ao longo dos anos, emvidou esforços importantes para divulgar a

eugenia entre intelectuais e populares, promovendo conferências, fundando associações, editando periódicos e escrevendo para públicos diversificados, entre eles, pais, professores e estudantes (BONFIM, 2019).

Em dezembro de 1917, com o objetivo de discutir o código matrimonial civil brasileiro, à luz das concepções eugênicas, Renato Kehl convocou, juntamente com Arnaldo Vieira de Carvalho (1867-1930), um grupo de médicos da capital paulista para se reunirem no salão nobre da Santa Casa de Misericórdia. Ao final desta reunião, devido às calorosas discussões e a receptividade que as ideias eugênicas vinham recebendo entre estes intelectuais, o jovem eugenista acreditava ser possível a fundação de uma sociedade eugênica voltada para as discussões sobre higiene, hereditariedade e saúde racial (SOUZA, 2006).

Um mês depois, Kehl remeteu uma “carta circular” a dezenas de médicos e autoridades públicas, convidando-os a comparecer na Sociedade de Medicina e Cirurgia com o objetivo de tratar da fundação de uma sociedade eugênica. Nesta correspondência, Kehl destacava a importância do conhecimento eugênico para o aperfeiçoamento moral e físico da espécie humana, as questões relacionadas à hereditariedade, descendência, evolução e a “todos os assuntos que se refere à ciência nova, que Galton denominou eugenia”. Por outro lado, o jovem eugenista procurava dar legitimidade e coerência ao seu interesse em organizar um movimento em prol da eugenia no Brasil, enfatizando as conquistas do movimento eugenista mundial. Segundo ele, “numerosas sociedades eugênicas fundadas na Europa e nos Estados Unidos para combater o álcool, a sífilis, a tuberculose e todos os demais fatores disgênicos, vão aí cooperando enormemente para o aperfeiçoamento das raças humanas” (SOUZA, 2006).

A sessão inaugural da Sociedade aconteceu no dia 15 de janeiro de 1918, na qual compareceram mais de uma centena de médicos, jornalistas, juristas, literatos e autoridades políticas, curiosos por ouvir o que essa “nova ciência” poderia oferecer como mecanismo para melhorar o vigor físico e intelectual do “homem brasileiro”. A sessão foi aberta por Renato Kehl (secretário geral da Sociedade) que, ressaltando a importância da classe médica brasileira no processo de reforma nacional, convocava todos os presentes para auxiliarem na campanha de divulgação e na promoção das práticas eugênicas. Conforme destacava ele, o estudo e a aplicação do conhecimento eugênico seria o meio mais rápido e eficiente para “moldar o plástico organismo humano”, protegendo “as gerações futuras da delinquência” e encurtando “as arestas da imperfeição” (SOUZA, 2006).

Os pressupostos eugênicos defendidos por Renato Kehl ganhavam, assim, um caráter profético. Sua concepção ufanista sobre os significados da eugenia não era, contudo, uma exceção entre os intelectuais brasileiros deste período. A existência de uma tradição científica, especialmente no campo da medicina, permitia que o discurso divulgado pela ciência fosse assimilado profeticamente como a salvação para os problemas nacionais, se não como uma religião, ao menos como panaceia. Inspirado por esta crença redentora, Kehl chegava a ir ainda mais longe, afirmando, em artigo publicado no final dos anos 1910, que a eugenia “é mais que ciência, é religião da saúde, do corpo e do espírito – a verdadeira religião da humanidade –(SOUZA, 2006).

A notícia da fundação da SESP repercutiu na imprensa diária, artigos que aplaudiam a iniciativa em favor da eugenia. Sob o título “Fundou-se ontem a Sociedade Eugênica de São Paulo”, o Correio Paulistano, na edição de 15 de janeiro de 1918, saudava a “bela iniciativa da classe medica paulista” que dava prova da sua orientação progressista (BONFIM, 2019).

A figura de Renato Kehl, como sendo um intelectual não é muito conhecida e existem poucos estudos sobre sua trajetória política e intelectual, mas existem várias citações de suas obras, principalmente em estudos sobre raça e imigração. Sua atuação na propagação da eugenia no país se concentrou mais precisamente de 1917 a 1932, durante esses anos ele produziu livros, revistas e ministrou palestras em eventos, com o objetivo de propagar a eugenia no país (SOUZA, 2006).

Neste contexto fortemente atravessado pelas expectativas de revigoramento da nacionalidade, Kehl encontrou espaço para se firmar como interlocutor respeitado no âmbito das discussões sobre eugenia, higiene e saúde. Em 1919, transferiu-se para o Rio de Janeiro, casando-se com Eunice Penna, filha do médico e higienista Belisário Penna. No Distrito Federal, daria novo impulso à carreira e à propaganda eugênica, assumindo importantes cargos no serviço público e na iniciativa privada, dedicando-se, ainda, ao mercado editorial. Em 1920, Kehl foi nomeado pelo diretor geral do Departamento de Saúde Pública, Dr. Carlos Chagas (1879-1934), para a Inspeção dos Serviços Contra a Lepra e Doenças Venéreas, empreendendo iniciativas na área da higiene; no mesmo ano, foi nomeado membro titular da *Société Française d'Eugénique* pelo mérito de seus esforços em favor da eugenia. No final da década, em 1927, deixou o serviço público para assumir a direção da Química Bayer no Brasil por intermédio da qual realizou uma longa viagem ao continente europeu a fim de visitar a sede, na Alemanha. Em 1932, Kehl foi eleito para uma cadeira na Academia Nacional de Medicina (ANM), presidida pelo influente Dr. Miguel Couto, tomando posse, no ano

seguinte; mais tarde, em 1968, tornou-se membro emérito como louvor pela atividade médica e científica em prol da pátria (BONFIM, 2019).

Na Europa, Kehl aproveitou para conhecer importantes universidades e institutos de antropologia e eugenia, na Alemanha e em outros países, aproximando se daquilo que se convencionou chamar, nos estudos especializados, de “eugenia negativa”. Ao retornar ao país, parece decidido a imprimir um novo ritmo á campanha eugênica, agora sob uma nova perspectiva, distinta daquela que vinha orientando sua atuação no debate e propaganda da “ciência de Galton” (BONFIM, 2019).

O segundo período é caracterizado por uma nova orientação da aplicação da eugenia influenciado pela realidade alemã, Renato Kehl volta de sua viagem à Alemanha em 1928, com seu conceito de eugenia ampliado. Após ter adentrado o campo científico brasileiro, Kehl começa a demonstrar interesse pelo cenário mundial da ciência eugênica. Ele opta então a começar um trabalho visando a “eugenia negativa” com enfoque no estudo biológico propriamente dito e não mais em higiene e educação (FIUZA, 2016).

Vanderlei Sebastião de Souza afirma:

Renato Kehl voltou ao Brasil fascinado pelas novas discussões com que havia entrado em contato em solo europeu. A partir de então, passou a se corresponder frequentemente com cientistas, intelectuais e instituições científicas, tanto da Alemanha, Suécia, Noruega, Inglaterra e Áustria, quanto dos Estados Unidos (SOUZA, 2006, p. 124).

Nesse sentido, demonstramos à adesão de Kehl a “eugenia negativa”, principalmente pela influência que o contexto europeu causou em seu programa eugênico, sem esquecer que a perspectivas. O processo de transferência em si também deve ser observado. Além disso, o contexto social do Brasil nessa época, a aceitação intelectual e política de Kehl nesse meio, e as reflexões sobre os debates eugênicos internacionais são essenciais para a transformação da eugenia no Brasil e conseqüentemente do ideário eugênico de Renato Kehl (FIUZA, 2016).

Embora Renato Kehl tenha, no início de sua carreira, compartilhado dos pressupostos de uma eugenia mais “suave”, ao estilo neolamarckista, a partir de meados da década de 1920 tornou-se descrente quanto às promessas reformadoras propostas pelos médico-sanitaristas. Sobretudo na virada dos anos para os não 1930, seu crescente pessimismo em relação ao futuro da nação o levou a uma radical reformulação do seu programa eugênico. Conforme destacava durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no Rio de Janeiro em 1929, nem o saneamento e a saúde pública, nem a educação ou a religião conseguiram tornar os homens nacionais em seres “eugenicamente superiores”, capazes de colocar o país

no trilho do progresso e da civilização (WEGNER, 2011). Em seu ponto de vista, os problemas raciais, “os contrastes sociais e individuais, as crises e ameaças à paz na família, na sociedade e entre as nações” deveriam ser encarados do ponto de vista biológico, da hereditariedade, que é a força motriz que subjuga o homem, que lhe imprime o temperamento, o caráter, de modo inexorável (KEHL, 1929).

De maneira geral, o programa de Renato Kehl sofreu forte influência das discussões que os eugenistas norte-americanos, alemães e ingleses vinham trabalhando desde o início do século XX. Essa aproximação com um modelo de eugenia mais radical, sobretudo ao estilo da “higiene racial” alemã, ficou mais claro a partir do final dos anos 1920, quando Renato Kehl realizou uma viagem de cinco meses pela Alemanha. Seu contato com instituições eugênicas desse país, como o Instituto de Eugenia de Berlin, e com eugenistas como Eugen Fischer (1874-1967), Herman Muckermann (1877-1962), Herman Lundborg (1868-1943), despertou sua atenção para as principais questões que dominavam os movimentos eugênicos no norte da Europa, quais sejam, a seleção social e a aplicação da política eugênica como um programa para a política nacional (WEGNER, 2011).

O desejo dos eugenistas alemães em construir uma “raça forte”, preservando a tradição arianista e o ideal de formação de um “super homem”, impressionou bastante o eugenista brasileiro. Tanto é assim que, em Lições de Eugenia, livro publicado por Kehl em 1929, já apareciam inúmeras referências elogiosas ao movimento eugênico alemão. Mais sintomático ainda foi o fato de o autor destacar na segunda edição deste livro, publicado em 1935, a importância da criação do “Tribunal Eugênico” alemão, no qual Hitler havia instituído “um verdadeiro Código de proteção racial”. Em suas palavras, é na Alemanha “onde se pratica, atualmente, a eugenia com mais amplitude e coragem” (WEGNER, 2011).

O eugenista Renato Kehl representante da recém criada Sociedade Eugênica de São Paulo, não se limitou a viagens a países da Europa, começou a discutir com outros eugenistas de países latino-americanos a criação de um movimento eugenista entre os países da América.

Sua primeira ação, neste sentido, foi manter estreita correspondência com eugenistas Victor Delfino, da Argentina, e com o peruano Carlos Henrique de Paz Soldan, ambos nomeados como membros honorários da Sociedade Eugênica de São Paulo e com os quais Kehl almejava formar uma frente para divulgar a eugenia na região. Renato Kehl procurou, ainda, manter contatos com intelectuais e cientistas de outros países da América Latina, como no Paraguai, Chile, Cuba e México, que também tinham interesses em participar de um movimento eugenista mais amplo (SOUZA, 2006).

O médico e eugenista Victor Delfino, diretor do Diário *La República*, de Buenos Aires, fazia sua propaganda eugênica desde 1912, quando participou do Primeiro Congresso Internacional de Eugenia, realizado em Londres. Assim como Renato Kehl, Delfino dedicou sua atividade intelectual às discussões e à propaganda relacionada a eugenia e a medicina social. Seu objetivo era organizar, ao lado do higienista Alfredo Verano, o movimento eugênico em seu país, especialmente após a Primeira Guerra Mundial, quando a preocupação dos intelectuais argentinos se voltava para as discussões sobre o progresso da nação, a formação racial, a imigração, as reformas sociais e a constituição da identidade nacional. A grande preocupação que emergia dos pronunciamentos de Delfino, cujas concepções refletem ideias conservadoras e racistas, dizia respeito à necessidade de purificação nacional e, acima de tudo, de controle referente à entrada de imigrantes no país (SOUZA, 2006).

Com o incentivo de Renato Kehl e da Sociedade Eugênica de São Paulo, Victor Delfino – que considerava o eugenista brasileiro como o “herói da grande jornada em prol do aperfeiçoamento físico e moral da nossa raça” – fundou a Sociedade Eugênica Argentina, em março de 1918. O objetivo principal desta organização era o mesmo estabelecido pela congênere brasileira, criada dois meses antes: divulgar os princípios da eugenia entre o público nacional e cooperar nos projetos de regeneração da população local. Em artigo publicado no *La República*, e transcrito na Revista *La Semana Médica*, ambas de Buenos Aires, Renato Kehl saudava a “patriótica iniciativa” de Victor Delfino em prol da eugenia, desejando que a Sociedade Argentina se transformasse num “paradigma a ser imitado pelos países irmãos do continente sul-americano” (SOUZA, 2006, p. 91).

Na cidade de Lima, no Peru, o eugenista e sanitarista Carlos Henrique de Paz Soldan, diretor dos serviços sanitários da capital peruana e editor da Revista *La Reforma Médica*, também vinha mobilizando não apenas os intelectuais do seu país, como da Venezuela e da Colômbia, para aderirem à causa da propaganda eugênica. Diante do “cataclisma” constituído pela guerra na Europa – referindo-se aos problemas sociais criados pela Primeira Guerra Mundial – Paz Soldan acreditava que a previsão mais elementar aconselhava “eugenizar a própria raça”, “o único capital saneado com que contamos” na América Latina. Segundo ele, “os estudos da eugenia e a proteção racial seriam os meios mais eficientes e rápidos que as ‘democracias americanas’ teriam para ‘realizar e prevenir’ seus próprios destinos” (SOUZA, 2006, p. 91).

Segundo a escritora Nancy Stepan:

As atividades eugênicas criadas em outros países das nações latino-americanas, apesar das variações sociais e políticas, seguiram o padrão do movimento eugênico brasileiro. Na maioria dos casos, as campanhas eugênicas eram lideradas por médicos obstetras, pediatras, sanitaristas e higienistas mentais, “e seus objetivos eram divulgar e aplicar a nova ciência da eugenia, mais do que realizar pesquisa sobre hereditariedade e saúde (STEPAN, 2005, p. 61-62).

A propaganda eugênica serviria, ao menos nos primeiros anos de divulgação, muito mais para inserir o discurso da eugenia no campo científico e intelectual de seus referidos países, do que propriamente para aplicar suas concepções médicas, sociais e políticas. Era necessário tornar a eugenia uma doutrina popular para só depois vê-la transformada em projeto, leis e manuais escolares (SOUZA, 2006).

#### 3.4 UMA MENTIRA REPETIDA MIL VEZES – A EUGENIA E SUA PROPAGANDA

A propaganda eugênica realizada por Renato Kehl possibilitou-lhe, como comentamos anteriormente, construir uma rede de contatos com importantes intelectuais brasileiros e latino-americanos, o que teria atribuído autoridade científica aos projetos e as ideias vindas da ciência eugênica. No final dos anos 1910, o prestígio intelectual e o reconhecimento de sua identidade como a principal liderança no movimento eugênico brasileiro rendeu-lhe a nomeação do governo Epitácio Pessoa (1865-1942) para atuar junto à Comissão Médica incumbida dos serviços de profilaxia rural do Distrito Federal (SOUZA, 2006).

Neste período, passou a escrever periodicamente para a Revista Chácaras e Quintais, numa sessão intitulada “Higiene Rural”. Seus artigos, publicados mensalmente, eram em sua maioria orientações sanitárias e higiênicas voltadas para o homem do campo ou, então, comentários sobre os males causados pelas endemias rurais que frequentemente acometiam os moradores das áreas rurais. Nesta mesma revista, respondia as dúvidas dos assinantes sobre os mais variados assuntos médicos relacionados à saúde da família, ao bem estar individual, à higiene e aos cuidados sanitários em geral. Segundo Renato Kehl, era preciso “despertar a consciência” dos lavradores, ainda “desleixados”, para o papel que estes poderiam exercer em prol da campanha pelo saneamento e pela sua própria saúde e vigor físico. Em suas palavras, os colonos brasileiros são como “crianças grandes”, “ignorantes” que, por falta de instrução e “habituação que estão à vida de miséria e da sujeira”, desconhecem os princípios básicos de higiene, o que justificaria o fato de “serem fracas presas dos micróbios” (SOUZA, 2006).

Um escritor brasileiro que permeia todo o trabalho de pesquisa sobre eugenia no país é Monteiro Lobato (1882-1948). Lobato abraçou a ideia da pseudociência do “bem nascer” e

chegou a filiar-se a Sociedade Eugênica de Kehl. Lançou livros racistas como a Histórias de Tia Anastácia em 1937 onde a imagem do negro era construída de forma degradante.

Pois cá comigo – disse Emília – só aturo estas histórias como estudos da ignorância e burrice do povo. Prazer não sinto nenhum. Não são engraçadas, não têm humorismo. Parecem -lhe muito grosseiras e até bárbaras.

- Coisa mesmo de negra beijuda, como Tia Nastácia. Não gosto, e não gosto!

- Bem se vê que é preta e beijuda! Não tem a menor filosofia, esta diaba. Sina é o seu nariz, sabe? Todos os viventes têm o mesmo direito á vida, e para mim matar um carneirinho é crime ainda maior do que matar um homem. Facínora!

- Emília, Emília – ralhou Dona Benta (LOBATO, 1937, p. 132).

Lançado em 1924, Jeca Tatuzinho colabora com o pensamento e a percepção eugênica de Renato Kehl sobre o caboclo, o morador do campo. Jeca Tatu é o personagem símbolo de Monteiro Lobato. O texto se inicia com a seguinte frase: “Jeca Tatu era um pobre caboclo que morava no mato, numa casinha de sapé. Vivia na maior pobreza, em companhia da mulher, muito magra e feia e de vários filhinhos pálidos e tristes” (LOBATO, 1924, p. 1).

Em outros trechos do percebemos a imagem triste e infeliz do Jeca Tatu, totalmente desprovido de esperança e vivendo um dia após o outro. Um dos sórdidos intuitos da construção do personagem Jeca Tatu foi a promoção de produtos farmacêuticos de Cândido Fontoura (1885-1974) e do Laboratório Fontoura Serpe & Cia, em especial do famoso Biotônico Fontoura (ZÖLER, 2019).

Jeca Tatu passava os dias de cócoras, pitando enormes cigarrões de palha, sem ânimo de fazer coisa nenhuma. Ia ao mato caçar, tirar palmitos, cortar cachos de brejaúva, mas não tinha ideia de plantar um pé de couve atrás da casa. Perto corria um ribeirão, onde ele pescava de vez em quando uns lambaris e um ou outro bagre. E assim ia vivendo (LOBATO, 1924, p. 1).

A visão sobre o caboclo brasileiro era demasiadamente desanimadora onde os eugenistas colocavam as razões do atraso do país.

Jeca só queria beber pinga e espichar-se ao sol, no terreiro. Ali ficava horas, com o cachorrinho rente, cochilando. A vida que rodasse, o mato que crescesse na roça, a casa que caísse. Jeca não queria saber de nada. Trabalhar não era com ele. Vez em quando uns lambaris e um ou outro bagre. E assim ia vivendo (LOBATO, 1924, p. 2).

O desejo de um Brasil branco levou a valorização do trabalho do imigrante europeu. Em sua obra Lobato coloca um vizinho italiano para o pobre Jeca e a partir daí faz comparações onde desvaloriza os nativos do Brasil.

Perto morava um italiano já bastante arranjado, mas que ainda assim trabalhava o dia inteiro. Por que jeca não fazia o mesmo? (LOBATO, 1924, p. 4).

O Boletim de Eugenia tinha como objetivo promover a eugenia no Brasil e despertar a sociedade para os problemas do país, que segundo eles, teriam origem na raça. Era o arauto dos eugenistas e durante os anos em que foi publicado a principal voz eugênica em terras brasileiras.

Boletim de Eugenia foi publicado entre os anos de 1929 e 1933 sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Eugenia tendo como diretor o médico e farmacêutico Renato Kehl. Nos primeiros três anos sua periodicidade foi mensal. Posteriormente passou a ser trimestral, tendo geralmente de 4 a 10 páginas. Nele, eram publicados artigos de diversos autores, sendo que os assuntos diferiam conforme os interesses do editor (ROCHA, 2010).

A publicação de Boletim de Eugenia procurava atender a um dos objetivos propostos por ocasião da fundação do Instituto Brasileiro de Eugenia, ou seja, ser um instrumento de propaganda da educação eugênica (ROCHA, 2010).

A partir de julho de 1929, o Boletim de Eugenia foi anexado como separata de uma revista que tinha uma boa circulação nacional entre médicos, farmacêuticos e intelectuais de outras áreas, a Medicamenta. O interesse do diretor Renato Kehl em aceitar o convite oferecido por Theophilo de Almeida (1863-1928), médico, diretor e proprietário da revista, era tornar a eugenia conhecida principalmente entre os intelectuais da época, e difundi-la como uma ciência a ser ensinada nas escolas e nas academias do país (ROCHA, 2010).

Podemos considerar dois momentos significativos e distintos na publicação de Boletim de Eugenia. Nos primeiros anos de publicação, de 1929 a 1931, eram aceitos artigos, trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais sobre eugenia ou áreas relacionadas bem como propaganda de obras tratando da eugenia como os livros do editor Renato Kehl. Quanto aos trabalhos de pesquisadores de outros países, eles podiam ser traduzidos para o português ou não (ROCHA, 2010).

A partir do ano de 1932, o Boletim de Eugenia entrou em uma nova fase devido à mudança da sede da Comissão Central Brasileira de Eugenia do Rio de Janeiro RJ, para Piracicaba SP. As alterações não ficaram apenas na mudança da sede da comissão, mas se referiam também à periodicidade da publicação que passou de mensal para trimestral, além de priorizar trabalhos referentes às leis da hereditariedade escritos por integrantes da Comissão Central Brasileira de Eugenia. Há de se considerar ainda que a partir deste mesmo ano,

Renato Kehl passou a dividir a direção do Boletim com Octavio Domingues (1897-1972) e Salvador de Toledo PIZA Junior (1898-1988) (ROCHA, 2010).

Em junho de 1929, Renato Kehl anunciava a publicação de “Lições de Eugenia”, livro que acabaria se constituindo como a sua principal e mais polêmica obra intelectual. Publicada pela prestigiada Editora Livraria Francisco Alves, essa obra foi propositalmente lançada dias antes da realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, sendo recebida com calorosos aplausos, mas também com severas críticas, tanto por parte dos seus pares que participavam do referido congresso, quanto por parte de jornalistas e da imprensa diária dirigida a um público mais amplo (SOUZA, 2006).

As polêmicas levantadas por Renato Kehl neste livro possibilitaram que a imprensa brasileira o divulgasse amplamente em jornais e revistas de circulação popular, bem como nos periódicos especializados, publicando notas, comentários e resenhas elogiosas. O filósofo e literato João Ribeiro (1860 – 1934), por exemplo, aplaudia Renato Kehl através das páginas do Jornal do Brasil pela publicação do seu recente livro, que, em suas palavras, constituía “uma exposição metódica” sobre os mais novos assuntos da ciência eugênica. O livro de Kehl acabou recebendo, inclusive, uma resenha publicada no jornal alemão *Deutsche Rio-Zeitung*, que circulava para a ampla comunidade alemã residente no Brasil. “Lições de Eugenia” encantaria o público de tal maneira que em poucos meses os exemplares disponíveis já haviam se esgotado. Devido ao sucesso e as polêmicas que suscitou, a Editora Livraria Francisco Alves resolveu lançar, em 1935, uma nova edição para essa obra, agora ampliada e totalmente revisada (SOUZA, 2006).

Como já vinha ocorrendo com os últimos artigos publicados por Renato Kehl desde sua viagem à Europa, seu livro “Lições de Eugenia”, como pretendemos demonstrar, trazia impresso ideias e concepções que refletiam fortemente as influências que alguns eugenistas europeus e norte-americanos passaram a exercer sobre o seu pensamento. Ao longo das 12 lições que constituem essa obra, Renato Kehl não economizou referências a autores e instituições eugênicas com as quais passara a nutrir uma grande simpatia intelectual, sobretudo ao movimento eugenista alemão (SOUZA, 2006).

Renato Kehl sugeria explicitamente nesta obra as principais medidas eugênicas que norteavam os princípios da “eugenia negativa”, ou seja, o controle deliberado da reprodução humana. Nas palavras deste autor, a “eugenia negativa apresenta vários recursos de ordem científica” para melhorar o equilíbrio entre os indivíduos “normais” e os “anormais”, entre a fecundidade dos “bem dotados” em contraposição a dos “mal dotados”. Como formar de

proteger a “boa descendência” e impedir o aumento dos “degenerados” e da “miserável prole”, Renato Kehl explicava sobre os principais recursos a que se propunha a “eugenia negativa” (SOUZA, 2006):

Em primeiro Lugar, a eugenia negativa estipula a propaganda educativa, o apelo aos que, naturalmente, ‘tem consciência’, a fim de não propagarem suas taras e deformidades (...). outros recursos preconizados pela eugenia negativa para evitar a paternidade indigna consistem em medidas legais que autorizem tornar os degenerados e criminosos em condições de não poderem reproduzir-se. Propõe o exame-médico pré-nupcial dos nubentes, proibindo o casamento entre os que se revelarem perigosos à descendência. (...) Outra medida proposta pela eugenia negativa é a esterilização dos grandes degenerados e criminosos. A simples interdição legal ao casamento destes indivíduos constituiria um ‘meio atenuado’, passível de ser burlado, enquanto que a esterilização representa um ‘meio radical’, muitas vezes, necessário (KEHL, 1929d, p. 151-152).

As ideias de uma eugenia negativa defendidas por Renato Kehl sempre tiveram grande resistência na América Latina devido à forte tradição do catolicismo no continente. Os valores da religião, da família, do “sejam fecundos e povoai a terra” falaram mais alto aqui no Brasil para indignação dos eugenistas brasileiros, a começar por Kehl.

É consenso referir-se a Renato Kehl como a principal liderança do movimento eugênico no país. Ainda em vida, o eugenista era conhecido por seus pares como o “pai” da eugenia no Brasil. O jornal A Gazeta, de 21 de agosto de 1964 trazia em suas páginas a lembrança do seu aniversário de 75 anos, sob o título: Homenagem ao dr. Renato Kehl, pioneiro da eugenia no Brasil. Apesar de curta, a matéria advertia acerca dos seus feitos, assumindo ainda na segunda década do século XX as rédeas da organização eugênica no Brasil, além de relembrar sua formação e livros publicados (CARVALHO e SOUZA, 2017).

Os efeitos da Segunda Guerra e os usos da eugenia como uma ferramenta de extermínio humano não colocaram nem Renato Kehl nem a própria eugenia no limbo ou no esquecimento. Assim como outros eugenistas ao redor do mundo, Kehl continuou propagando a ideologia e os princípios da eugenia, com propostas muito próximas daquelas que defendia entre os anos 1910 e 1930. O que foi notado é um discurso “menos duro” na retórica, mas ainda com a presença “dura” dos métodos propostos, ou no papel que a eugenia deveria desempenhar no processo de aperfeiçoamento humano (CARVALHO e SOUZA, 2017).

### 3.5 VIVA O POVO BRASILEIRO – SUA MISTIÇAGEM E BOROĞODÓ

Renato Kehl mostrou o seu desprezo pelos festejos populares como Carnaval, por exemplo. Ele criticou as características físicas e o comportamento das pessoas que participam desta festividade (ROCHA, 2010).

Kehl escreve no Boletim de Eugenia de fevereiro de 1929:

[...]a fealdade physica e a degradação moral aproveitam a oportunidade para se exibirem com todo seu repugnante e verdadeiro aspecto. Os indivíduos não põem mascara, tiram-na. Todo o resíduo informe da plebe, por influência diabólica dos maus instinctos, do álcool e do vicio sobrenada vem à tona para misturar-se com a parte melhor do povo [...] Asneiras de toda sorte são cometidas; a nossa plebe é feia, desengonçada e doente [...] (KEHL, 1929b, p. 3).

Ao comentar: “resíduo informe da plebe” e “a nossa plebe é feia, desengonçada e doente”, Renato Kehl manifesta seu desprezo às características culturais e aos aspectos físicos do povo brasileiro. Neste sentido, pode-se compreender em seu discurso que os aspectos de classe (plebe) são associados a fatores de inferioridade física, intelectual e moral (feia, desengonçada, doente, maus instinctos). Por outro lado, os concursos de beleza realizados no país neste período procuravam valorizar outras características que se opunham a alguma dentre as citadas acima e que seriam as desejáveis, em termos eugênicos (ROCHA, 2010).

Uma modalidade de concurso da época eram os concursos de eugenia como, por exemplo, o 1º Concurso de Eugenia realizado em São Paulo. Sob orientação do Serviço Sanitário do Estado, este concurso atraiu um grande número de inscritos (70 candidatos). Como seus familiares se preocuparam com os ditames morais, Kehl considerou esta iniciativa como: “um ensaio de patronagem da futura elite nacional” (ROCHA, 2010).

O concurso foi articulado pelos engenheiros Pereira Macambira e Heitor Freire de Carvalho, que tiveram a ideia de uma subscrição popular, cujo resultado serviria para premiar três crianças brasileiras que se aproximassem do ideal eugênico. Para a realização do evento, angariaram-se fundos, que foram entregues ao Dr. Candido de Moura Campos, presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia. O concurso ainda serviu para homenagear a Imperatriz Leopoldina, por ocasião do centenário de sua morte, sugestão feita pelo Dr. Waldomiro de Oliveira, diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. Tal proposta tornaria o evento mais expressivo na perspectiva das elites. Ficou a critério de Waldomiro e da comissão organizadora, o exame, a avaliação e a classificação dos candidatos (GÓES, 2015).

A metodologia do concurso deu-se no seguinte formato: a) organizada a lista das crianças candidatas, de ambos os sexos, de 3 a 5 anos, com fichas preenchidas (especialmente preparadas para esse fim) e examinados, não só em relação às enfermidades físicas, como

também as mentais, além de sindicância e ascendência dos inscritos; b) na primeira seleção, foram classificados 70 candidatos, novamente, submetidos a uma segunda seleção, sendo eliminados 40, por vários motivos. Submetidos a um exame cuidadoso, dos 30 finalistas, foram escolhidos 7. Finalmente a comissão classificou os seguintes: primeiro prêmio a Adenir Ferreira de Carvalho; segundo lugar ficou para Ruth de Carvalho Lopes; e, por fim, a terceira posição ficou para Rachel Celeste Bonaro. Os critérios que levaram Adenir a ser classificada como a primeira criança eugênica do Brasil foram: ter 3 anos de idade, oito irmãos, todos vivos, seis tios maternos e sete paternos, todos sadios (GÓES, 2015).

Adenir foi capa do quinto Boletim de Eugenia de maio de 1929, como pode ser aferido na Figura 29:

Figura 29 – Boletim de Eugenia

# BOLETIM DE EUGENIA

MENSAL

<p>EDITADO em propaganda do <b>Instituto Brasileiro de Eugenia</b> Caixa Postal 2926 — Rio de Janeiro — Brasil</p>	<p>MAIO DE 1929 VOL. I — NUM. 5</p>	<p>Direção e Propriedade <b>DR. RENATO KEHL</b> Rua Smith Vasconcellos, 63 — (Aguas Fervidas) CAIXA POSTAL 2926 — RIO DE JANEIRO — BRASIL</p>
--	---	---

## Pelo aperfeiçoamento da nacionalidade

### A 1.ª Brasileira Eugenicizada

Convidado pelo Dr. Waldomiro de Oliveira, director do Serviço Sanitário de São Paulo, fui assistir à entrega dos premios aos vencedores do primeiro Concurso de Eugenia, pela primeira vez realizado no Brasil e, talvez, em todas as Americas. Coube-me a honra de entregar o galardão destinado à primeira brasileira considerada oficialmente eugenicizada.

Como disse em entrevista concedida ao «O Estado de São Paulo», a São Paulo coube a primazia na fundação da primeira Sociedade de Eugenia criada no continente sul-americano e a prioridade na cruzada em prol da sciencia de Galton. Era natural, portanto, que em São Paulo tivesse lugar o primeiro Concurso de Eugenia. Exulte com a sua realização. Ella tem alta significação, como exemplo e emulação para o *fomento da paternidade digna* e como testemunho de que a propaganda do aperfeiçoamento eugenico está dando resultados evidentes e valiosos para a nossa terra e para a nossa gente.

Um dos mais importantes problemas da sciencia de Galton consiste na selecção dos «bem dotados». Isto é, na escolha dos melhor preparados physica, psychica e mentalmente. Dessa selecção derivam varias consequências de valor: em primeiro lugar, concorre para augmentar o interesse publico, fazendo com que os paes se esclareçam no tocante à constituição de proles sadias e bellas; em segundo lugar, serve para a organização de um ensaio de patrongem da futura elite nacional de eugenicizados; finalmente, contribue com preciosos elementos para importantissimos estudos relativos à hereditariedade, ao meio social e familiar, ao cruzamento de raças, etc.

No presente concurso evidenciou-se o alto interesse dos paes, que se preocupavam em discernir as pos-

Cuidar do aperfeiçoamento eugenico é cultivar as bases da felicidade do povo e fortalecimento integral do paiz.

Para a alma humana, um corpo sadio é um asylo; um corpo doente é um carcere. — Bacon.

A Eugenicização é um capital posto a juros a longo prazo pelos patriotas esclarecidos, de vistas largas e de espirito atilado.

selecção dos concorrentes inscritos. Observei ella o seguinte criterio: a) organizada a lista dos candidatos, menores dos dois sexos, de 3 a 5 annos, foram os mesmos fichados (ficha especialmente preparada para esse fim) e examinados, não só em relação ás enfermidades physicas, como mentaes, abrangendo a syndicancia a ascendencia dos inscritos; b) na primeira selecção foram classificados 70 candidatos, os quaes foram, novamente, submetidos a uma segunda selecção, sendo eliminados 40, por varios motivos. Submetidos a um cuidadoso exame os 30 escolhidos foram retirados 7, dos quaes, finalmente, a comissão classificou os seguintes: 1.º premio Adenir Ferreira de Carvalho, 2.º Ruth de Carvalho Lopes, 3.º Rachel Celeste Bonaro.

A Adenir conta 3 annos, tem 8 irmãos vivos, 6 tios maternos e 7 paternos, todos sadios. Como disse na entrevista supra citada, a idade estipulada não me pareceu muito feliz. Seria melhor que o concurso fosse para crianças na idade escolar. Uma verdadeira selecção eugenica deveria comprehender somente individuos em completo desenvolvimento somato-psychico. Entretanto, esta minha restricção em nada pretende diminuir o valor desse bello empreendimento, que teve de subordinar-se ás condições estipuladas pelos idealizadores do concurso e doadores dos premios.

Parabens à primeira brasileira eugenicizada e a seus paes, que devem estar radiantes com a victoria da



Adenir — 3 annos — 1.º Premio do 1.º Concurso de Eugenia realizado em São Paulo, sob a orientação do Serviço Sanitário do Estado.

referido.

O julgamento foi executado com todas as regras. Uma comissão escolhida pelo Dr. Waldomiro de Oliveira e composta dos Drs. Candido de Moura Campos, Clemente Ferreira F., Figueira de Mello, Garcia Braga, Dalmacio Azevedo e Octavio Gonzaga observou o maximo rigor na

Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil

Em artigo publicado no Boletim de Eugenia, no Boletim de Eugenia, Renato Kehl parabeniza a todos aqueles que estavam envolvidos no concurso e congratula a criança pela vitória, e a Sociedade de Medicina e o Serviço Público de São Paulo pela “brilhante execução desta valiosa prova de eugenia e prática” (GÓES, 2015, p. 131).

O que Renato Kehl e outros eugenistas brasileiros desconheciam ou pelos não entendiam de forma clara é que um dos grandes esteios da sociedade brasileira é a sua miscigenação. O índio, o lusitano e o negro e depois o imigrante formaram o povo brasileiro, único em suas características e imbricado e seus múltiplos aspectos culturais.

A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o cunhadismo, velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo (RIBEIRO, 1995).

Isso se alcançava graças ao sistema de parentesco classificatório dos índios, que relaciona, uns com os outros, todos os membros de um povo. Assim é que, aceitando a moça, o estranho passava a ter nela sua temericó e, em todos os seus da geração dos pais, outros tantos pais ou sogros. O mesmo ocorre em sua própria geração, em que todos passavam a ser seus irmãos ou cunhados. Na geração inferior eram todos seus filhos ou genros. Nesse caso, esses termos de consanguinidade ou de afinidade passavam a classificar todo o grupo como pessoas transáveis ou incestuosas. Com os primeiros devia ter relações evitativas, como convém no trato com sogros, por exemplo. Relações sexualmente abertas, gozadas, no caso dos chamados cunhados; quanto à geração de genros e noras ocorria o mesmo (RIBEIRO, 1995).

A função do cunhadismo na sua nova inserção civilizatória foi fazer surgir a numerosa camada de gente mestiça que efetivamente ocupou o Brasil. É crível até que a colonização pudesse ser feita através do desenvolvimento dessa prática. Tinha o defeito, porém, de ser acessível a qualquer europeu desembarcado junto às aldeias indígenas. Isso efetivamente ocorreu, pondo em movimento um número crescente de navios e incorporando a indiada ao sistema mercantil de produção (RIBEIRO, 1995).

Sem a prática do cunhadismo, era impraticável a criação do Brasil. Os povoadores europeus que aqui vieram ter eram uns poucos náufragos e degredados, deixados pelas naus da descoberta, ou marinheiros fugidos para aventurar vida nova entre os índios. Por si sós, teriam sido uma erupção passageira na costa atlântica, toda povoada por grupos indígenas (RIBEIRO, 1995).

Com base no cunhadismo se estabelecem criatórios de gente mestiça nos focos onde náufragos e degredados se assentaram. Primeiros, junto com os índios nas aldeias, quando adotam seus costumes, vivendo como eles, furando os beiços e as orelhas e até participando

dos cerimoniais antropofágicos, comendo gente. Então aprendem a língua e se familiarizam com a cultura indígena. Muitos gostaram tanto, que se deixaram ficar na boa vida de índios, amistosos e úteis. Outros formaram unidades apartadas das aldeias, compostas por eles, suas múltiplas mulheres índias, seus numerosos filhos, sempre em contato com a incontável parentela delas. A sobrevivência era garantida pelos índios, de forma quase idêntica á deles mesmos. Viabilizara-se, porém, uma atividade altamente nociva, a economia mercantil, capaz de operar como agência civilizatória pela intermediação do escambo, trocando artigos europeus pelas mercadorias da terra (RIBEIRO, 1995).

A escravidão, já existente na África há alguns séculos, se moldava por sanções e obrigações culturais, quase como um qualificativo de inferioridade atribuído a etnias inimigas, e também em função da baixa produtividade econômica dos reinos africanos, foi intensificada violentamente pelo interesse das nações europeias que estavam estabelecendo colônias nas Américas. Homens, mulheres e crianças eram aprisionados em ataques às suas aldeias por guerreiros das tribos mais fortes e dos reinos mais bem consolidados. Esses reinos, já hierarquizados por princípios religiosos e sanções étnicas, cresceram e se fortaleceram com a venda desses prisioneiros a mercadores de escravos ingleses, portugueses e holandeses e franceses. Os prisioneiros eram trazidos para portos da costa de onde eram embarcados em navios negreiros para as Américas (GOMES, 2019).

Ao todo, segundo as mais recentes estatísticas históricas, cerca de dez milhões de africanos foram trazidos para as Américas e, cerca da metade desse número, para o Brasil. Os africanos que aqui aportavam já sabiam o que era escravidão, embora não fizessem ideia da dureza pela qual passariam: vários morriam na travessia do Atlântico; muitos faleciam nos primeiros dias de chegada; perdiam a vida nos primeiros meses, por causas variadas, desde doenças contagiosas e epidêmicas, desnutrição, anomia cultural e desorientação psicológica e, muitos mais, nos primeiros anos de trabalho hostil e fatigante. Os sobreviventes, entretanto, encontraram meios e modos para aguentarem o tranco e refazerem-se como seres culturais, seja mantendo sua veia religiosa e musical, como apontava Darcy Ribeiro (1922-1997); seja adotando o cristianismo popular, já relativamente indianizado, das fazendas e vilarejos; seja partilhando do hierarquizado catolicismo urbano, com suas irmandades, seus rituais e seus festejos sincretizados das culturas europeia, indígena e deles próprios. O processo de adaptação cultural foi de tal monta que as línguas africanas foram esquecidas, forçosamente, é evidente, salvo pelas orações praticadas em terreiros religiosos já em ambiente urbano, a

partir do século XIX. Os africanos viraram brasileiros tanto quanto os indígenas do litoral (GOMES, 2019).

Os escravos africanos foram usados como mão de obra nos engenhos, nas fazendas, nas casas, nas cidades e nos portos. Custavam caro aos donos, de modo que o necessário e suficiente cuidado era-lhes dispensado para que, ao longo de sua breve carreira de escravo produtivo (cerca de dez anos no eito, é o que se calcula), o custo de suas compras fosse compensado. Por isso, parte do trabalho nos engenhos e fazendas, mesmo com a presença de escravos, era empreitada a índios e mestiços vivendo nas aldeias de administração, vilas de pescadores e aldeias de missão. Isso deu azo à convivência entre negros e índios, favorecendo o seu relacionamento afetivo e sexual, ainda que com altas doses de rivalidade. Sabe-se o quanto de presença indígena havia nos primeiros grandes quilombos formados não muito longe do rebuliço econômico na Colônia, a exemplo do mais famoso de todos, o Quilombo dos Palmares que, entre altos e baixos, durou por todo o século XVII, mesmo após a morte de Zumbi, em 1694. Embora seja um assunto pouco tocado na historiografia brasileira, o relacionamento entre índios aldeados próximo a núcleos portugueses e negros escravos ou libertos foi bem mais consistente e permanente do que aquele entre senhor e escravos e, portanto, deve ter sido a maior fonte de originalíssima mestiçagem brasileira (GOMES, 2019).

Muitos eugenistas brasileiros atribuíram à mestiçagem a causa da degeneração do nosso povo. Como vimos, muitos foram os estereótipos criados para retratar o mestiço brasileiro. Olhava-se para o branco europeu como a tábua da salvação do Brasil.

Imagine o que teria acontecido se os franceses no Rio de Janeiro, por volta da década de 1560, não tivesse brigado entre si, repetindo a horrenda disputa religiosa que se travava em sua metrópole entre católicos e *huguenotes*, e aqui por causa do relacionamento com as índias. Ou se os soldados holandeses tivessem aproveitado seu tempo para casar com índias tapuias e estabelecer alianças e pequenas propriedades de partideiros de cana-de-açúcar. Franceses e holandeses perderam suas chances de conquistar e se estabelecer definitivamente em pedaços do território brasileiro, ao menos em parte, por estarem sujeitos à ideologia da pureza racial e, conseqüentemente, de desdém sexual (GOMES, 2019).

Ao contrário, a mestiçagem portuguesa foi geral, desde o princípio, com índias e com negras. E, uma vez formadas as primeiras gerações de mestiços, a mestiçagem correu solta pelos campos e vilas. Os primeiros filhos mestiços dos primeiros colonos dividiram-se em função das oportunidades econômicas e sociais oferecidas pela Colônia. Aqueles que foram se

casando entre si e com índias aldeadas e negras fugidas decaíram para o estamento<sup>15</sup> inferior. Alguns poucos foram protegidos pelos pais que, trazendo-os para viver com eles, arranjavam-lhe casamentos com mestiças protegida por seus respectivos pais ou com homens e mulheres trazidos de Portugal, ou com os lusos crioulos, já nascidos na terra, e com isso conseguiram serem abrigados no estamento superior (GOMES, 2019).

Pioneiros da conquista dos trópicos para a civilização, tiveram os portugueses, nessa proeza, sua maior missão histórica. E sem embargo de tudo quanto se possa alegar contra sua obra, forçoso é reconhecer que foram não somente os portadores efetivos como os portadores naturais dessa missão. Nenhum outro povo do Velho Mundo achou-se tão bem armado para se aventurar à exploração regular e intensa das terras próximas à linha equinocial, onde os homens depressa degeneram, segundo o conceito generalizado na era quinhentista (HOLANDA, 1995).

Um dos inúmeros fatores do sucesso da colonização portuguesa em detrimento de outros europeus que tentaram ter o seu quinhão de terra aqui no Brasil foi a miscigenação sem pudor do português com o negro e o índio.

Segundo o historiador Sérgio Buarque de Holanda:

O português entrou em contato íntimo e frequente com a população de cor. Mais do que nenhum outro povo da Europa, cedia com docilidade ao prestígio comunicativo dos costumes, da linhagem e das seitas dos indígenas e negros. Americanizava-se ou africanizava-se, conforme fosse preciso. Tornava-se negro, segundo expressão consagrada da costa da África (HOLANDA, 1995, p. 34-35).

Todas essas características da nossa formação como povo não impediu o racismo no Brasil. Esse mal que perdura de forma estrutural até hoje. Os eugenistas brasileiros e sua ciência racista contribuíram para que esse mal ganhasse ares científicos. Segundo Darcy Ribeiro em seu livro *Povo Brasileiro*, o racismo em nossa nação ganhou uma característica distinta:

A característica distintiva do racismo brasileiro é que ele não incide sobre a origem racial das pessoas, mas sobre a cor de sua pele. Nessa escala, negro é o negro retino, o mulato já é o pardo e como tal meio branco, e se a pele é um pouco mais clara, já passa a incorporar a comunidade branca. Acresce que aqui se registra, também, uma branqueização puramente social ou cultural. É o caso dos negros que, ascendendo socialmente, com êxito notório, passam a integrar grupos de convivência dos brancos, a casar-se

---

<sup>15</sup>Estamento social: envolve o inter-relacionamento dos membros e grupos de uma sociedade não só pela posição econômica de cada um, mas também pela origem, pelo status racial, pela religião e pelas práticas culturais (GOMES, 2019).

entre eles e, afinal, a serem tidos como brancos. A definição brasileira de negro não pode corresponder a um artista ou a um profissional exitoso. Exemplifica essa situação o diálogo de um artista negro, o pintor Santa Rosa, com um jovem, também negro, que lutava para ascender na carreira diplomática, queixando-se das imensas barreiras que dificultavam a ascensão das pessoas de cor. O pintor disse muito comovido: “Compreendo perfeitamente o seu caso, meu caro. Eu também já fui negro (RIBEIRO, 1995, p. 225).

A forma peculiar do racismo brasileiro decorre de uma situação em que a mestiçagem não é punida, mas louvada. Com efeito, as uniões inter-raciais, aqui, nunca foram tidas como crime nem pecado. Provavelmente porque o povoamento do Brasil não se deu por famílias europeias já formadas, cujas mulheres brancas combatessem todo o intercuro com mulheres de cor (RIBEIRO,1995).

Nós surgimos, efetivamente, do cruzamento de uns poucos brancos com multidões de mulheres índias e negras. Essa situação não chega a configurar uma democracia racial, como quis Gilberto Freyre e muita gente mais, tamanha é a carga de opressão, preconceito e discriminação antinegro que ela encerra (RIBEIRO, 1995).

Por último, o imigrante que chegou em nossas terras ainda nos meados do século XIX, encontrou no Brasil um país mestiço e cheio de contrates. Incorporou-se como força de trabalho e ajudou a construir a nossa nação. Muitos fugiram de regiões pobres da Europa e da Ásia e buscavam nas terras brasileiras a esperança de uma vida melhor.

Apesar de numericamente pouco ponderável, o papel do imigrante foi muito importante como formador de certos conglomerados regionais nas áreas sulinas em que mais se concentrou, criando paisagens caracteristicamente europeias e populações dominadoramente brancas. Conquanto relevante na constituição racial e cultural dessas áreas, não teve maior relevância na fixação das características da população brasileira e da sua cultura. Quando começou a chegar em maiores contingentes, a população nacional já era tão maciça numericamente e tão definida do ponto de vista étnico, que pôde iniciar a absorção cultural e racial do imigrante sem grandes alterações no conjunto (RIBEIRO,1995).

Essa massa de mulatos e cablocos, lusitanizados pela língua portuguesa que falavam, pela visão do mundo, foram plasmado a etnia brasileira e promovendo, simultaneamente, sua integração, na forma de um Estado-Nação. Estava já maduro quando recebe grandes contingentes de imigrantes europeus e japoneses, o que possibilitou ir assimilando todos eles na condição de brasileiros genéricos (RIBEIRO, 1995).

Não ocorre no Brasil, por conseguinte, nada parecido com o que sucedeu nos países rio-platenses, onde uma etnia original numericamente pequena foi submetida por massas de imigrantes que, representando quatro quintos do total, imprimiram uma fisionomia nova caracteristicamente europeia, à sociedade e à cultura nacional, transfigurando-se de povos novos em povos transplantados. O Brasil nasce e cresce como povo novo, afirmando cada vez mais essa característica em sua configuração histórico-cultural. O assinalável no caso brasileiro é, por um lado, a desigualdade social, expressa radicalmente na estratificação pela posição inferiorizada do negro e do mulato. E, por outro lado, a homogeneidade cultural básica, que transcende tanto as singularidades ecológicas regionais, bem como as marcas decorrentes da variedade de matrizes raciais, como as diferenças oriundas da proveniência cultural dos distintos contingentes (RIBEIRO, 1995).

#### 4 OBJETIVOS

Os objetivos desta parte da pesquisa são mostrar até que ponto o movimento eugênico brasileiro influenciou a *novel science* brasileira do início do século XX, suas influências no cotidiano do brasileiro comum e o legado do discurso segregacionista que reverbera até os dias de hoje? A presente pesquisa percorre os caminhos que a teoria elaborada por Francis Galton se desenvolveu e como ela ganhou corações e mentes até mesmo em terras brasileiras. Diversos cientistas e intelectuais brasileiros abraçaram a causa do bem nascer. Além disso, na Alemanha Nazista, Hitler e seu grupo decidiam quem merecia viver ou não em nome de uma “raça superior”.

Por fim, mostrar a importância dos escritores como Darcy Ribeiro, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Mércio Gomes que apontaram em seus trabalhos que a mestiçagem na formação do povo brasileiro é o seu principal legado e esteio do nosso país.

## **5 METODOLOGIA**

Esta pesquisa utilizou a metodologia da pesquisa bibliográfica com amplo referencial teórico sobre os assuntos apresentados.

## 6 CONCLUSÕES

Entre as diversas conseqüências globais que resultaram da Segunda Guerra Mundial está a demonização da eugenia, vista como um conhecimento pseudocientífico que serviu aos interesses nazistas e à segregação ou extermínio de minorias étnicas e de gênero. Se após a Primeira Guerra Mundial a eugenia foi aclamada como uma ciência moderna capaz de regenerar “raças” e nações e recolocar o mundo no trilho da evolução e da civilização, o final da Segunda Guerra teria condenado a eugenia ao ostracismo. Entretanto a literatura atual sobre a história da eugenia tem mostrado que as práticas eugênicas permaneceram e suas ideias continuaram circulando nas décadas posteriores à Segunda Grande Guerra. Mesmo com a comoção pública e intelectual propagando as atrocidades em que as ideias eugênicas estiveram envolvidas, os pressupostos eugênicos se mantiveram vivos em discursos e práticas de médicos, juristas, higienistas, biólogos e geneticistas (CARVALHO e SOUZA, 2017).

Na história contemporânea o início dos anos 1940 foi fortemente marcado pelos acontecimentos ligados à Segunda Guerra Mundial, um evento traumático em que a eugenia teve um papel central na legitimação da suposta superioridade da “raça ariana” e na eliminação das populações consideradas degeneradas. Entre suas cicatrizes físicas e morais, a eugenia seria lembrada pela memória coletiva como uma falsa ciência responsável por sofrimentos, segregação e tragédias em nome de idealizações racistas e nacionalistas de formação de uma “raça superior”. Por isso mesmo, os anos que sucederam a 1945, com a derrocada do exército alemão e do nazismo, a eugenia passaria a ser representada quase como sinônimo do *Führer* e suas práticas genocidas durante o Terceiro *Reich*. Uma interpretação que seria fruto da consolidação do consenso de que a Alemanha de Hitler deveria ser resposanbilizada pelos horrores da guerra; uma explicação para o porquê de as propagandas contra a reprodução dos signos do seu regime terem sido tão sintomáticas e particulares (HOBSBAWM,1995).

Em suas diferentes significações, a questão racial foi uma das diversas frentes de tradução que a eugenia representou naquele regime. Sua incorporação pela Alemanha nazista deu-se nos anos de 1930 e 1940, pela reafirmação da suposta existência de “raças superiores” em contraponto a “raças inferiores”. Esse pressuposto, como se sabe, acarretaria uma classificação humana em que os ditos “arianos” teriam um estoque hereditário privilegiado, enquanto negros, judeus e miscigenados incorporariam um “tipo humano” degenerado, inferior e inapto, devendo por isso ser segregado ou excluído. Neste contexto, a eugenia foi

incorporada ao discurso nazista como instrumento de legitimação do pensamento racial e da tradição arianista alemã (CARVALHO e SOUZA, 2017).

Sendo assim, no campo intelectual e científico, um esforço emergiu no pós-Segunda Guerra, na tentativa de desconstruir a eugenia e as teorias raciais como um produto científico carregado de sentidos ideológicos. De certo modo, ela deveria ser desmistificada, negada e estereotipada enquanto “pseudociência”, um termo que implica ausência de legitimidade científica ou de racionalidade técnica. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que fora criada em 1946 com intuito de promover a paz, educação, ciência e cultura, teve papel estratégico nas discussões sobre raça e relações raciais, opondo-se ao racismo científico, ao determinismo biológico e à eugenia (CARVALHO e SOUZA, 2017).

Para o eugenista, o mundo estaria caminhando para um estágio de destruição. Além das críticas ao potencial atômico e armamentista que poderiam destruir a humanidade no contexto da Guerra fria, constatava a gravidade do aumento de doenças mentais responsáveis por incapacitar a sociedade. Outro quadro prejudicial estaria na escassez de alimentos, tema que foi uma de suas maiores preocupações e objeto de numerosas referências em periódicos, sobretudo para enfatizar a necessidade da aplicação de medidas eugênicas como profilaxia (CARVALHO e SOUZA, 2017).

De maneira geral, pode-se dizer que Renato Kehl, assim como seus contemporâneos, também passou a operar outro conceito de raça. Não se tratava de empregar antigos conceitos ou classificações raciais, mas de insistir na crença da desigualdade por meio de outra linguagem. Essa força retórica e agressiva que havia marcado a sua obra até os anos 1940 parece ter sido deixada de lado em troca de “conselhos” e insinuações gerais sobre casamentos eugênicos. Esta mudança não deve ser interpretada como uma “suavidade”, uma vez que suas propostas continuavam voltadas para todo o modelo de eugenia, tanto a “positiva” como a “negativa” (CARVALHO e SOUZA, 2017).

Em sua vasta obra em favor da eugenia Renato Kehl escreveu em seu livro Lições de Eugenia de 1929, frases como: “A nacionalidade embranquecerá a custa de muito sabão ariano” e “Conhecem-se belas mulatas e mulatos bonitos, mas como exceção e não como regra”. Kehl faleceu em 1974, houve tempo ainda para ele assistir um negro de feições grossas, matuto do interior de Minas Gerais e de nome Edson encantar o mundo e nos dar o tricampeonato mundial de futebol. Este gênio do futebol atende pelo nome de Pelé.

No Brasil a eugenia deixou um legado e inúmeros adeptos até a sua implosão com o fim da Segunda Guerra Mundial. Antes disso, seus adeptos utilizavam de argumentos pseudocientíficos para a justificação do racismo e a segregação e apontavam que esterilização eugênica e outras práticas de eugenia negativa poderiam colocar o Brasil em uma rota de desenvolvimento. Um país de mestiços, pobre, analfabeto e com baixa expectativa de vida dirigida por uma pequena elite tacanha que rejeitava suas raízes e olhava para Paris com idealização dos seus sonhos de civilização eram as marcas da sociedade brasileira nas primeiras três décadas do século XX.

Enquanto isso, a alma do brasileiro foi lavada pelo mais profundo estudo sociológico já feito no Brasil, até então, e desde sempre: *Casa-grande e senzala*, publicado em 1933. A ele se seguiram *Sobrados e Mucambos* (1936) e, só anos mais tarde, *Ordem e progresso* (1957), formando juntos uma trilogia de estudos histórico-culturais sobre o Brasil (GOMES, 2019).

*Casa-grande e senzala* lavou a alma dos brasileiros porque demonstrou sem firulas que o negro não é inferior, que o índio pode até ser preguiçoso e indolente, mas não é inferior mentalmente, que a nossa mestiçagem foi boa, saudável e progressista (GOMES, 2019).

O escritor e antropólogo Darcy Ribeiro faz um comentário sobre formação e organização da sociedade brasileira e expõe de forma clara a exploração que os negros e índios, estamentos inferiores, sofriam:

O Brasil foi regido primeiro como uma feitoria escravista, exoticamente tropical, habitada por índios nativos e negros importados. Depois, como um consulado, em que um povo sublusitano, mestiçado de sangues afros e índios, vivia o destino de um proletariado externo dentro de uma possessão estrangeira. Os interesses e as aspirações do seu povo jamais foram levados em conta, porque só se tinha atenção e zelo no atendimento dos requisitos de propriedade da feitoria exportadora. O que se estimulava era o aliciamento de mais índios trazidos dos matos ou a importação de mais negros trazidos da África, para aumentar a força de trabalho, que era a fonte de produção dos lucros da metrópole (RIBEIRO, 1995, p. 447).

Em consequência, coexistiram sempre uma prosperidade empresarial, que às vezes chegava a ser a maior do mundo, e uma penúria generalizada da população local. A sociedade era, de fato, um mero conglomerado de gentes multiétnicas, oriundas da Europa, da África ou nativos daqui mesmo, atividades pela mais intensa mestiçagem, pelo genocídio mais brutal na dizimação dos povos tribais e pelo etnocídio radical na descaracterização cultural dos contingentes indígenas e africanos (RIBEIRO, 1995, p. 448).

A eugenia no Brasil, abraçada por muitos cientistas, médicos e literatos buscava além da solução dos problemas do atraso do país como preconizava Kehl, visava à manutenção e a legitimação de uma elite mestiça que achava que era branca. O discurso e práticas eugênicas

serviram apenas para isolar e estigmatizar o negro, índio e o mulato que era considerado degenerado. Para os eugenistas quem era bom já nascia feito, como diz certo adágio popular.

Os problemas que até hoje atravessamos em nosso país não estão ligados a nossa colonização feita pelos portugueses e sim o processo de pilhagem que a nossa terra sofreu ao longo de sua história. Temos uma elite retrógrada, uma classe média acovardada e resistente a mudanças e a grande massa de negros, índios e mestiços vivendo em uma nação desigual e com abismos sociais quase intransponíveis.

O movimento eugênico brasileiro era tão delirante quanto as suas propostas. Enfrentou a oposição da Igreja Católica e de outros grupos sociais. Entretanto, produziu inúmeros trabalhos, livros, congressos e teve inúmeros adeptos. De certa forma influenciou a nossa sociedade nas primeiras décadas do século XX. Sucumbiu com os novos rumos da humanidade sem antes deixar seguidores e apaixonados pela pseudociência de Galton.

O laboratório de *Cold Spring Harbor* é dirigido hoje por um dos descobridores da estrutura de dupla hélice do DNA, o geneticista James Watson (1928-atual), que atualmente vem propagando ideias claramente eugênicas. Avanços científicos vêm sendo direcionados à identificação de “indesejáveis”, como a utilização de exames que detectam doenças genéticas por companhias de seguro e planos de saúde e o uso de bancos de DNA no controle de imigração. À medida que diminuiu o número de filhos por casal, pressiona-se para que sejam cada vez mais perfeitos. Técnicas de diagnóstico pré-natal permitem detectar bebês com problemas genéticos, e embora a decisão sobre aborto terapêutico seja pessoal, difunde-se o conceito de que é cruel não levar em conta a qualidade de vida e que interrompê-la pode ser um ato de amor. Os pais também são levados a priorizar a qualidade de suas próprias vidas. Como saber, porém, o que faz com que a vida não mereça ser vivida ou não mereça ser cuidada (GUERRA, 2006).

Num futuro próximo, se a eugenia for além dos abortos terapêuticos para de fato projetar bebês que se beneficiem de todos os avanços da genética, provavelmente não fará sentido que a concepção ocorra da maneira tradicional, mas sim em clínicas de fertilização *in vitro* (GUERRA, 2006).

No final de sua vida, Galton escreveu um romance chamado *Kansaywhere*, em que descrevia uma utopia eugênica. Após o exame de suas características genéticas, os habitantes de Kansaywhere com material genético inferior eram destinados ao celibato em colônias de trabalho. Os que recebiam um “certificado de segunda classe” podiam se reproduzir “com

reservas” e os bem qualificados eram encorajados a casar entre si. Em 1997, o filme *Gattaca* esboçava uma versão moderna de um paraíso eugênico em que a procriação ocorria por fertilização *in vitro* e só eram implantados embriões sem defeitos genéticos. Como salienta o geneticista Nicholas Gillham (1932-2018) *Kansaywhere* e *Gattaca* são lugares semelhantes e as questões éticas levantadas são as mesmas – a diferença está em um século de avanços tecnológicos (GUERRA, 2006).

Diante do que foi exposto, e pelos fatos vividos no mundo em nosso tempo como: o surgimento de ideologias racistas, neonazismo, grupos de supremacistas brancos e negros, negacionistas da ciência, revisionistas da história, fundamentalistas religiosos e relativistas. Cabem a nós, historiadores da ciência, sobretudo aqueles que entendem a ciência em sua pluralidade epistemológica, nunca descansar de nossa missão que é relembrar fatos que insistem em nos revistar.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDER, L. Medical Science Under Dictatorship. Estados Unidos da América. **New England Journal of medicine**, 1949.

ALMEIDA, M. E. A gênese da eugenia e algumas reflexões contemporâneas. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v.12, n. 1, p. 183-198, 2019.

ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

AZEVEDO, A. P. de; KOEHLER, C. B. G. Eugenia na Alemanha nazista – o racismo como política de estado. **Revista Scientiarum Historia**, v. 1, 2021.

BERTONHA, J. F. **O Império de Hitler**. A “nova ordem” nazista na Europa, 1939-1945. Rio de Janeiro: Tempo, v.14, p. 239-244, 2010.

\_\_\_\_\_. Terra Negra: o Holocausto como história e advertência. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.37, n. 74, p 195-199, 2017.

BIZZO, N. V. O Paradoxo Social-Eugênico: genes e ética. **Revista da USP**. São Paulo, v. 24, p. 28-37, 1994.

BONFIM, P. R. **Educar, Higienizar e Regenerar: uma história da eugenia no Brasil**. São Paulo. Paco Editorial. 2017.

\_\_\_\_\_. Educação Eugênica: as recomendações de Renato Kehl a educadores, pais e escolares. **History of Education in Latin America – HistELA**. São Paulo, v.2, p 13-16, 2019.

CAETANO, T. L. F. Mein Kampf e o ideário nazista. **Consilium – Revista Eletrônica de Direito. Brasília**, v.1, p. 1-18, 2010.

CASTÂNEDA, L. A. Eugenia e casamento. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.10, n. 3, p 901-930, 2003.

CARVALHO, J. M. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, L. D. **A eugenia no Humor da Revista Ilustrada Careta: Raça e Cor no governo provisório (1930-1934)**. 2014. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. São Paulo.

CARVALHO, L. D; SOUZA.V. S. Continuidades e rupturas na história da eugenia: uma análise a partir das publicações de Renato Kehl no Pós-segunda Guerra Mundial. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 35, n. 3, p 887-910, 2017.

CHAVES, T. F. **Entre Ilhas: Questões de História, Memória e Romance no Arquipélago Gulag**. 2018. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília. Brasília.

CORAZA, R. I; ARAÚJO, T. A Reinvenção de Malthus no Renascimento do Ambientalismo. **Revista Economia Ensaios**, Minas Gerais, v. 24, p 1, 2009.

COSTA, S. O branco como meta: apontamentos sobre a difusão do racismo científico no Brasil pós-escravocrata. **Estudos Afros-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 1/2/3, p. 47-68, 2006.

COUTO, R. C. C. Eugenia, Loucura e Contradição Feminina. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, v. 90, p 52-61, 1994.

CUNHA, E. Os Sertões. Rio de Janeiro. Scielo Books.2010.

DIWAN, P. **Raça Pura**: Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2011.

FAIRWEATHER, J. **O voluntário de Auschwitz**. São Paulo: Universo dos Livros, 2019.

FIUZA, D. H. A Propaganda da Eugenia no Brasil: Renato Kehl e a implantação do racismo científico no Brasil a partir da obra “Lições de Eugenia”. **Aedos – Revista do corpo discente do PPG- História da UFRGS**, Rio Grande do Sul, v. 8, n. 19, p 85-107, 2016.

FREITAS, R. P. J. **Os Protocolos dos Sábios de Sião**: O mito da conspiração judaica sob a ótica nazista. 2013. Trabalho de conclusão da graduação em História. Universidade Estadual de Montes Claros. Minas Gerais, 2013.

GÓES, W. L. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro**: a proposta de povo em Renato Kehl. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. São Paulo. 2015.

GOMES, M. **Visões do Brasil**: Ética, mestiçagem e Borogodó. Rio de Janeiro: TOPBOOKS. 2019.

GOODRICK-CLARKE, N. **Las oscuras raices del nazismo**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2004, 348P.

GUERRA, A. Do Holocausto nazista à nova eugenia no século XXI. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.58, p. 4-5, 2006.

GUIMARÃES, A. S. A. A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra. **Novos Estudos – CEBRAP**, Rio de Janeiro, n. 81, p. 99-114, 2008.

HILTER, A. **Mein Kampf**. Alemanha: Eher Verlag, 1925.

HOBSBAWM, E. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Tradução: Maria Célia Paoli e Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro: PAZ e TERRA. 2012.

HOBSBAWN, E. **Era dos Extremos – o breve relato do século XX**, 1914-1991. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26º ed. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

KEHL, R. O nosso boletim: propósitos. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1, 1929a.

\_\_\_\_\_. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, v. 2, p. 3, 1929b.

\_\_\_\_\_. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, v. 5, p. 1, 1929c.

\_\_\_\_\_. **Lições de Eugenia**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Francisco Alves, 1929d.

KOEHL, R. L. **História Revelada da SS**. Tradução: Felipe José Lindoso. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2015.

LIMA, L. O. **1932**: São Paulo em chamas. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2018.

LOBATO, M. **Jeca Tatuzinho**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1924.

\_\_\_\_\_. **Histórias da Tia Nastácia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

LUZ, E. G. S. **O Eterno Judeu**: antissemitismo e antibolchevismo nos cartazes de propaganda política nacional-socialista (1919-1945). Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais. 2006, p.46-49.

MAI, L. D.; ANGERAMI, E. L. S. Eugenia Negativa e Positiva: significados e contradições. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 14, p. 251-258, 2006.

MEDEIROS, G. S. L. A mentalidade hitlerista: como se formou o ideário político nazista. **Id On Line – Revista multidisciplinar e de Psicologia**, v. 14, n. 49, 2020, p. 615-633.

MISKOLCI, R. A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina. **Cadernos Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 231-233, 2006.

NEWTON, S. M. C. O que é o gene. *In*: COSTA, S. O. P. **Genética Molecular e de Micro-organismos**. Rio Grande do Sul. Cap. 4, p. 79-95, 1987.

OLIVEIRA, A. C. de. A Sombra Nazista sobre o Debate em Relação à Eutanásia. **Revista de Filosofia da Região Amazônica**, Amazonas, v.2, n. 1, p. 30-38, 2015.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed., 1995.

ROLAND, P. **Nazi Files**: Todos os homens do Terceiro Reich Histórias e segredos revelados. São Paulo: M Books, 2016.

ROCHA, S. **Eugenia no Brasil**: análise do discurso ‘científico’ no Boletim de Eugenia: 1929-1933. Tese (Doutorado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2010.

SILVA, K. P. da. Triângulo Rosa: A diversidade memorial dos prisioneiros homossexuais no Holocausto. **Aedos – Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**, Rio Grande do Sul, v. 11, n. 24, p. 80-102, 2019.

SILVA, R. J. B da. **História invisível**: uma análise psicossocial das raízes mágico-religiosas do nacional socialismo. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, V .S. **A política biológica como projeto: A “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932).** (Dissertação em Mestrado em História das Ciências da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. A Eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.23, supl., p. 93-110, 2016.

STEPAN, N. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

TEIXEIRA, I. M.; SILVA, E. P. História da eugenia e ensino de genética. **História da Ciência e Ensino**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 63-80, 2017.

VERMELHO, S. C.; VELHO, A. P. M.; BONKOVOSKI, A.; PIROLA, A. Refletindo sobre as redes sociais digitais. **Educação & Sociedade**, v. 35, p. 179-196, 2014.

VIANA, O. Os Typos Eugenicos. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 3, 1930.

WEGNER, R. Renato Kehl: a eugenia alemã e a doença de Nietzsche. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011.

WILLMONTT, H.P. **Segunda Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

ZÖLER, Z. **Lobato Letrador.** Brasília: Transpolim, 2019.